

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E
CULTURA

RAFAEL CAVALHEIRO

CAOS, NORMA E POSSIBILIDADES DE SUBVERSÃO: PSICANÁLISE
NAS ENCRUZILHADAS DO GÊNERO

Porto Alegre,

2019

RAFAEL CAVALHEIRO

CAOS, NORMA E POSSIBILIDADES DE SUBVERSÃO: PSICANÁLISE
NAS ENCRUZILHADAS DO GÊNERO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura. Programa de Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Milena da Rosa Silva

Porto Alegre

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CIP - Catalogação na Publicação

Cavalheiro, Rafael
Caos, norma e possibilidades de subversão:
psicanálise nas encruzilhadas do gênero / Rafael
Cavalheiro. -- 2019.
120 f.
Orientadora: Milena da Rosa Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Psicanálise. 2. Gênero. 3. Teoria Queer. 4.
Dissidências de Gênero. I. Silva, Milena da Rosa,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nome: Rafael Cavalheiro

Título: Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura. Programa de Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Andrea Gabriela Ferrari

Instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Assinatura _____

Prof. Dr^a. Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Instituição Universidade Estadual Paulista

Assinatura _____

Prof. Dr. Eduardo Leal Cunha

Instituição Universidade Federal do Sergipe

Assinatura _____

Prof. Dr^a. Elizabeth Zambrano

Instituição Centro de Estudos Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência

Assinatura _____

Agradecimentos,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Milena da Rosa Silva, por esses 7 anos de trabalho conjunto. Poder contar e conviver contigo em tantos espaços (monitoria, iniciação científica, projeto de extensão, TCC, estágio de docência e agora o mestrado) foi fundamental. Obrigado pela confiança, por sempre respeitar o meu tempo, pelas leituras absolutamente cuidadosas e rigorosas, por me ensinar quais brigas valem a pena e por me fazer acreditar que é ainda é possível apostar em uma psicanálise ética e menos saturada.

Agradeço à Patrícia Porchat pelas sugestões no exame de qualificações, pelos encontros cariocas e pela parceira estabelecida ao longo deste breve percurso que me foi indispensável. Agradeço igualmente ao Eduardo Leal Cunha, obrigado pelas apostas, dicas e sugestões que foram fundamentais para que a pesquisa crescesse e eu crescesse junto com ela. À Beth Zambrano, por sempre mostrar possibilidades diante das questões e por ter a coragem de apontar e sustentar as violências e preconceitos presentes nos ambientes psicanalíticos que frequentamos, meu único lamento foi ter demorado tanto tempo para ter te encontrado. Obrigado novamente, afinal não se faz pesquisa sem interlocutores.

Por falar em interlocutores, também gostaria de agradecer à Marta D'Agord pela contribuição no exame qualificação e por sempre me encorajar a ver além. À Sandra Torossian, pelo apoio ao nosso querido GTênero e por nos contagiar com seus convites que pensam mais na pluralidade da psicanálise e menos nas suas futilidades. À Andrea Ferrari, pela presença e pelas sugestões nos momentos iniciais e mais críticos dessa pesquisa, pelo teu jeito *easy going* e por me fazer ver que é possível bancar uma psicanálise não institucionalizada.

Ao Joel Birman, pela acolhida na UFRJ, pela enorme aprendizagem, por me mostrar que é possível sustentar uma psicanálise arejada, fértil e consistente. Não tenho dúvida que esse período de convivência produziu os efeitos necessários que essa pesquisa tenha continuidade. Obrigado e seguimos no doutorado.

À Carla Rodrigues, que mudou minha forma de ler e trabalhar com o texto de Judith Butler, tensionou minhas leituras psicanalíticas e me apresentou tantas novas possibilidades. O “grupo das quartas” é privilegiado em poder contar com uma pessoa

tão interessante e interessada. Tenho a sensação que começamos uma boa parceira (não só) de trabalho.

Aos colegas de percurso do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura. Em especial, aqueles com quem compartilhei as angústias de empacar, as possibilidades da docência e a alegria de ver tantas pesquisas potentes saindo de um PPG tão novo: Aline Disconsi, minha parceira de “piração” na escrita e uma fonte inesgotável de afeto e continência. Karla Sousa, valeu por ter aquecido Porto Alegre com a tua vibração e amor pelas coisas. Ah, valeu também por ter me mostrado um pouquinho das belezas alagoenses. Clarice Jahn Ribeiro, pela alegria de ter convivido com uma pessoa tão perspicaz clinicamente e tão afetiva. Agradeço também aos queridx: Karina Sassi, Paulo Barcelos, Michelle Salazar e Mateus Baldisera, Léo Tietboehl.

Ao Daniel Kveller, pela parceira carioca, pela parceria nos artigos, pela parceria na docência e pelas nossas infinitas divergências teóricas e fílmicas que (quase) sempre me inspiram a querer ir além. Te agradeço pelo apoio constante, por todos os pitacos metodológicos e pelos chopps e risadas de desespero pós eventos psicanalíticos. Valeu, Zizi. Ao Léo Tietboehl, de novo, pela parceria que já vem desde a graduação, passando pelos estudos pré-mestrado e pelas descobertas do mestrado. Valeu por ter topado os desafios da docência, os escritos conjuntos, os congressos. Valeu pelos olhares e abraços tranquilos nos momentos em que as ideias da pesquisa eram desautorizadas e as leituras defensivas e endógenas da psicanálise incentivadas. Vida longa ao Édipo *Queer!!!*

Ao Pedro Sobral, por seguir acompanhamento com cuidado e atenção cada questionamento e cada decisão desse processo. Obrigado por dividir tantas coisas que vão desde os questionamentos incessantes à psicanálise até as politicagens da arbitragem na Ginástica Rítmica. À Paula Gruman, pela vivacidade e pela intensidade afetiva sempre tão avassaladoramente importantes. Obrigado por ter lido o estado de “manuscrito” dessa dissertação e por captar para além do texto, algo que só tu poderia ter feito.

Aos amigos porto-alegrenses, obrigado por seguirem me fazendo ver que apostas afetivas são inegociáveis: Ariane Bochi, Samantha Luchese, Thiago Mendes, Helena Riter, Betina Czermainski, Chrystian Kroeff, Juliana Milman, Ricardo Monteiro,

Helena Kessler. Obrigado pela presença constante e por todas as trocas ao longo desses anos.

À Julia Rombaldi, minha companhia de inquietações, problematizações infinitas e desbravadora de cafés para ler Butler.

Ao Sthefan Krinski e ao Vitor Hugo Triska, ler “os seminários” com vocês se torna quase divertido. Valeu pelas trocas e pelas indignações (que foram muito além da teoria).

Aos queridos amigos de Santa Maria, sempre ao lado nos melhores e piores momentos: Carlo Martins, Erick Callegaro, Renata Bubadué, Marianna Assmann, Maiara Fontoura.

Aos amigos cariocas, minha nova geografia psíquica, sem vocês a cidade não seria tão “maravilhosa” assim: Felipe Hautquestt e Mônica Houri (meus parceiros de travessa e estudo nos domingos), Filippo Cavalheiro e Samantha Brasil (a família carioca cinéfila), Aline Demantova, Fernanda Martinez, Gabriela Maia, Fernanda Fonseca, Guilherme Erthal, Nathália Blayer.

À Natasha Helsinger, minha dupla carioca dinâmica. Valeu por causar um verdadeiro turbilhão: de ideias, de sentimentos e de formas de pensar a psicanálise.

À minha família, de modo geral. Ao meu pai, Milton Neves, pelo apoio irrestrito e pelo investimento ao longo de todos esses anos de estudo, obrigado por tornar esse projeto chamado pós-graduação possível. Ao meu irmão, Vinicius Cavalheiro, pelas conversas problematizadoras que viram madrugadas, pela parceira pseudodesportiva, pelos compartilhamentos nos seriados e na vida. Valeu, mano.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, jovem programa que muito me orgulho em ter feito parte. À Fernanda Dalsin, pela eficiência, paciência e pela disponibilidade em sempre ajudar com todas as dúvidas e encaminhamentos burocráticos.

À CAPES por ter investido nessa pesquisa e a expectativa de que possa seguir investindo em outras pesquisas no futuro, mesmo quando o cenário político lamentavelmente aponta para outros caminhos.

Resumo

Cavalheiro, R. (2019). *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Esta dissertação visa analisar e discutir criticamente a recepção, nos últimos 10 anos, de diferentes produções psicanalíticas sobre as temáticas que envolvem as teorias de gênero e a teoria queer, enfocando as dissidências de gênero. Para tanto, faz-se um apanhado histórico do conceito de gênero na psicanálise e em outras áreas como antropologia, história e filosofia, ressaltando seu aspecto interdisciplinar e híbrido. No que tange à discussão psicanalítica, busca-se mapear a produção usando como parâmetro as duas principais bases de dado (Pepsic e Scielo), embora não limitando-se a elas. Após essa análise, são propostos dois eixos de leitura. O primeiro, onde o discurso psicanalítico tende a se tornar uma prática normalizadora quando os/as psicanalistas não reconhecem a variabilidade histórica dos conceitos, a influência da norma na produção de subjetividade e quando a teoria psicanalítica é colocada em uma posição de exterioridade. E o segundo, onde observa-se que quando as produções psicanalíticas aliam-se a outras leituras acerca da temática dos gêneros respeitando o método psicanalítico, há uma tendência em produzir-se uma leitura crítica da psicanálise que visa uma ampliação das possibilidades teóricas e clínicas. Nas considerações finais, discute-se alguns aspectos contratransferenciais suscitados pelo trabalho, especialmente, em relação à análise do primeiro eixo. Por fim, faz-se um encaminhamento da discussão reforçando algumas proposições que viabilizem a positivação das dissidências de gênero por parte do discurso psicanalítico.

Palavras-chave: Psicanálise, Gênero, Dissidências de Gênero, Diferença Sexual

Abstract

Cavalheiro, R. (2019). *Chaos, norm and possibilities of subversion: psychoanalysis at the intersection of gender* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

This thesis aims to analyze and discuss critically the reception, in the last 10 years, of different psychoanalytic production about themes that involve gender theories and queer theory focusing on gender dissidents. To do so, a historical summary of the concept of gender on psychoanalysis and other areas such as anthropology, history, and philosophy, highlighting the interdisciplinary and hybrid aspect, was developed. Concerning psychoanalytic discussion, we seek to map production using as a parameter the two main databases (Pepsic and Scielo), although not limited to them. After analysis, two reading axes are proposed. Firstly, one in which the psychoanalytical discourse tends to become a normalizing practice when psychoanalysts do not recognize the concepts historical variability, the influence of norm on subjectivity production and when psychoanalytical theory is put on an exteriority position. Secondly, one in which we observe psychoanalytic production allied to other readings about gender respecting the psychoanalytic method. These tend to produce a critical reading on psychoanalysis that aims to broad theoretical and clinical possibilities. On the final considerations, countertransference aspects elicited by this work are discussed, especially, when it comes to the analysis of the first axis. Lastly, discussion reinforces some propositions that enable gender dissidence positivation through a psychoanalytical discourse.

Keywords: Psychoanalysis, Gender, Gender Dissidences, Sexual difference,

Sumário

1) Introdução.....	13
2) Capítulo 2	
2.1 – Os intercruzamentos do conceito de gênero.....	17
2.2 – Origens do debate sobre gênero e sua repercussão na psicanálise.....	19
2.3 – Considerações críticas as propostas de Stoller, Bleichmar e Chodorow.....	23
2.4 – Viagens do gênero e o impacto na psicanálise brasileira.....	26
3) Capítulo 3	
3.1 – Sementes dos estudos contemporâneos de gênero.....	31
3.2 – Visão panorâmica de “Tráfico de mulheres”	31
3.3 – Questionamentos de Rubin à psicanálise.....	34
3.4 – Joan Scott: o gênero como categoria útil de análise e mais.....	36
3.5 – Judith Butler: gênero e performatividade.....	40
4) Capítulo 4	
4.1 – O que nos dizem os discursos psicanalíticos sobre os estudos de gênero e sobre a “teoria queer”?.....	44
4.2 – Dissidências sexuais e patologização.....	46
4.3 – Quem tem medo de estudos de gênero/teoria queer?.....	48
4.4 – Gênero e Transidentidades.....	55
4.5 – Feminino/Masculino, Feminilidade/Masculinidade: contorcionismos do gênero?.....	62
4.6 – Discussão	
4.6.1 – Herança Francesa.....	65
4.6.2 – A amorfia do queer e das teorias de gênero.....	68
4.6.3 – Obliterações do Real? (ou o Real como obstáculo epistemológico)	70

4.6.4 – Trocamos de gênero como trocamos de roupa?.....	75
4.6.5 – Desdiagnosticando o gênero e o fantasma da detransição.....	78
4.6.6 – De(sen)cantamento.....	80
5) Capítulo 5	
5.1 – Outros enquadramentos.....	82
5.2 – Diferença sexual em debate: questionamentos psicanalíticos.....	83
5.3 – Diferença sexual em debate: entre Butler e Preciado.....	88
5.4 – Dissidências de gênero para além do caos e a questão da contratransferência.....	91
5.5 – A transmissão em psicanálise tem a ver com gênero?.....	96
Considerações Finais.....	100
Referências.....	105

“O que a teoria pode fazer é defender a necessidade das transformações subjetivas que permitam aos sujeitos terem a força de revolucionar processos nas formas de vida. Mas ela não pode antecipar a forma e a direção das organizações e práticas que nascerão de tais transformações. Ou seja, a teoria pode falar sobre a forma dos processos de emergência de novos sujeitos, mas não pode falar da forma com que eles se organizarão após suas emergências, isto se quiser evitar o risco de fazer do futuro a mera imagem da realização das possibilidades imanentes ao presente” (Safatle, 2017, p.226).

“Afinal de contas, o gênero ou as normas atuam em nós ao mesmo tempo em que lutamos contra eles e tentamos reformulá-los em novas direções. Não somos radicalmente livres para construir a nós mesmo, mas temos a possibilidade de lutar contra as histórias que nos constroem” (Butler, 2017a, p.14).

1. Introdução

Este trabalho parte do espinhoso e profícuo debate acerca do que popularmente é conhecido como: “discussões sobre/entre psicanálise e gênero”. Utilizo como recorte metodológico privilegiado as dissidências de gênero, usando esse termo como uma mera tentativa de agrupar o que se sabe não ser agrupável, pois diz de uma grande e ampla forma de viver e experienciar os gêneros. Uso essa expressão como um “guardachuva”, por abarcar o que há de comum entre as diferentes possibilidades de situar-se no esquema sexo-gênero, tencionando e problematizando a heteronorma. As dissidências de gênero aparecem desde os primórdios das teorizações sobre gênero e, na psicanálise, foram inicialmente compreendidas como “distúrbios de gênero”. Logo, enfatizando o que questiona a matriz heteronormativa, minha proposta guia é tomar o gênero como um conceito híbrido e político, mostrando como ele atua no intercruzamento de diferentes disciplinas e possui diferentes abordagens, com fins de trabalhar a sua relação específica com a psicanálise. Apresentarei o movimento deste debate dentro da psicanálise que culmina em uma explosão de produções, sobretudo a partir dos anos 2000, e que se vincula no discurso psicanalítico com às transidentidades. Minha proposta é trabalhar com os possíveis efeitos que a interdisciplinaridade do conceito de gênero pode agregar ou não para a teoria psicanalítica, bem como apresentar o que dizem os teóricos sobre essa aproximação.

Mesmo que não conceitualizado diretamente, ou mesmo, reconhecido enquanto tal por parte de certo discurso psicanalítico, neste estudo parto da premissa de que o gênero é uma categoria política que faz parte da psicanálise, embora, naturalmente não se restrinja a ela. Não busco fazer uma discussão sobre seu estatuto metapsicológico, mas entendo que, se vamos refletir sobre experiências que desafiam a heteronormatividade, o gênero é uma categoria epistemologicamente pressuposta nessa teoria. Ainda que o conceito de gênero não se apresente como o pensamos hoje, defendo que, nos textos da literatura psicanalítica dita “clássica”, encontramos pressupostos generificados operando subjacentes às suas teorizações centrais.

O que procura-se demonstrar é que o seu não reconhecimento dentro do *corpus* teórico da psicanálise tem consequências nas produções teóricas e na prática clínica (Bulamah & Kupermann, 2016, Barkai, 2017, Perez, 2018). Assim como destacam Scott (1995) e Zambrano (2018), parto da premissa de que é fundamental o reconhecimento do caráter histórico dos conceitos, bem como o exame crítico e situado.

Muito se fala sobre o debate sobre gênero ser novo para psicanálise, porém vale destacar que, do ponto de vista histórico, sociológico e antropológico, não há nada de realmente muito novo (Rubin, 1983/2017). Conforme lembra Kveller (2018, p. 125), talvez a questão sobre as dissidências possa ser pensada somente agora pela psicanálise como formas “[...] legítimas de existência, então deveríamos desconfiar que o problema estava mesmo em nossos olhos, em nossa maneira de enxergar”.

Na primeira parte do trabalho, apresento uma localização/situação histórica de como se deu a relação entre psicanálise e gênero, comentando o trabalho pioneiro de Robert Stoller e de outras autoras como Nancy Chodorow e Emilce Bleichmar. Posteriormente, no capítulo 3, discuto as contribuições de autoras como Gayle Rubin, Joan Scott e Judith Butler, as quais lançaram o que popularmente se conhece por “estudos contemporâneos de gênero”, sobretudo para discutir a ideia da performatividade de gênero trazida por Butler como alternativa a uma prescrição dos gêneros, por suas contribuições destacarem a pluralidade de entendimentos que o gênero pode adquirir.

Na segunda parte, começando pelo capítulo 4, investigo as produções psicanalíticas mais recentes acerca das dissidências de gênero. Cabe destacar que, em relação a esse tema, a literatura psicanalítica dos últimos 10 anos concentra-se quase totalmente no tema das transidentidades¹. Apresento uma sistematização de como essas produções mais recentes possuem algumas chaves de leitura em relação à temática do gênero (e *queer*), de modo que poderíamos agrupá-la em dois grandes eixos: 1) prática normalizadora e prescritiva do gênero e 2) possibilidade de subversão da normatividade.

No capítulo 4, que corresponde ao “Eixo 1”, o discurso psicanalítico tende a se tornar uma prática normalizadora quando os/as psicanalistas não reconhecem a variabilidade histórica dos conceitos, a influência da norma na produção de subjetividade e quando a teoria psicanalítica é colocada em uma posição de exterioridade, denunciando a insuficiência do alcance teórico de outros autores (“de fora da psicanálise”) que não possuem uma compreensão adequada da teoria com a exegese necessária e somente oferecida pelos institutos de formação. Ou ainda, quando se refuta o debate de gênero por se tratar de um conceito sociológico. Também, quando colocam-se *a priori*, como se a psicanálise tivesse a sua teoria da sexuação que nada tem a ver

¹ Utilizo transidentidades pela mesma razão que Ayouch (2015a). Quando me refiro aos trabalhos dos autores mantenho a forma como eles escrevem.

com a reivindicação dos teóricos de gênero, de modo a absorver toda e qualquer mudança dentro dos pressupostos teóricos já consolidados. Nesses casos, vemos leituras que enquadram a teoria *queer* como uma prática perversa que se lançaria em uma empreitada de construção de um novo conhecimento acerca do sexo, desconsiderando sua dimensão real, onde há uma correspondência da anatomia com o suposto “real do corpo”. Para esses/essas psicanalistas qualquer tentativa de problematização da naturalização desses conceitos diz de uma tentativa de apagamento e abolição da diferença, entendida como a diferença anatômica entre os sexos.

Após a apresentação dos artigos discutirei criticamente as implicações dessas produções para a psicanálise. Trabalharei com algumas ideias desenvolvidas ao longo da obra de Judith Butler, em especial aquelas que mostram a dificuldade do discurso psicanalítico em romper com a linearidade do sistema sexo-gênero-desejo. Pensar nas implicações da noção de performatividade de gênero, no sentido de ser uma forma de subversão da prescrição normativa e mortífera dos gêneros, o performativo entendido como uma das formas pelas quais o discurso operacionaliza o poder (Butler, 1993). A escolha por Butler, como falaremos adiante, não é aleatória. Trata-se de uma estudiosa da psicanálise que está preocupada com a questão do sujeito, de como o sujeito generificado está perpassado pelas relações de poder e quais são os efeitos desse assujeitamento para a subjetividade. Logo, entendemos que há uma conversa direta com a ética psicanalítica. Outras autoras como Anne Fausto-Sterling também são mencionadas, além de alguns psicanalistas norte-americanos que tratam de pensar a temática do gênero de modo mais exogâmico.

No capítulo 5, que corresponde ao “Eixo 2”, destaca-se que, quando as produções psicanalíticas aliam-se a outras leituras acerca da temática dos gêneros respeitando o método psicanalítico, há uma tendência em produzir-se uma leitura crítica da psicanálise que visa uma ampliação das possibilidades teóricas e clínicas. Essa psicanálise pode se modificar a partir do diálogo com esses campos, trazendo questionamentos que podem enriquecer a prática psicanalítica, herança que entendemos ser bastante freudiana. Os autores psicanalíticos que abordam a temática de gênero dessa forma se utilizam do diálogo com outras disciplinas e não relutam em aceitar que a teoria psicanalítica não tem uma explicação *a priori* para o que poderíamos chamar de “novos acontecimentos na ordem do sexual” e que o recurso à interdisciplinaridade pode expandir e não dissolver o purismo dos conceitos psicanalíticos. É claro que há

formas dessa discussão ser realizada e não se trata de uma compreensão leviana de que devemos simplesmente importar conceitos de diferentes áreas. Gênero, ele mesmo, pode ser lido como um fio condutor na história da psicanálise. Mesmo sem ser nomeado explicitamente por Freud, podemos fazer uma leitura do Caso Dora, por exemplo, usando este marcador (Van Haute e Geyskens, 2016). A teoria freudiana do complexo de Édipo, do complexo de castração, da inveja do pênis e sua teoria da sexualidade feminina são teorias de gênero. Diversos outros autores, ao teorizarem sobre a sexualidade, “escolha de objeto”, homossexualidade, transexualidade também produzem teorias de gênero, podemos destacar aqui os cânones: Klein, Lacan, Laplanche, Green. A psicanálise sempre teve uma teoria de gênero, embora seja custoso para muitos/muitas psicanalistas admitir².

Neste capítulo, diferentemente do que foi realizado no capítulo 4, não irei fazer um apanhado dos artigos e depois discutí-lo, respeitarei o método que privilegia as produções brasileiras situadas entre 2010-2018, porém a proposta aqui é apresentar alternativas de leituras daquilo que aparece como discurso hegemônico da psicanálise. Não separar o capítulo em apanhado dos artigos e discussões crítica se dá por duas razões: 1) pela maior afinidade e possibilidade de diálogo dos autores utilizados com as obras de autores “de fora da psicanálise”, o que torna o diálogo mais construtivo e 2) por razões que serão discutidas nas considerações finais. A discussão final deste capítulo é sobre o papel da transmissão em psicanálise relacionada ao gênero.

Por fim, nas considerações finais, discorro sobre alguns aspectos contratransferenciais suscitados pelo trabalho, especialmente, em relação à análise dos artigos do capítulo 4. Finalmente, faço um encaminhamento da discussão reforçando algumas proposições que viabilizem a positivação das dissidências de gênero por parte da psicanálise.

² Zambrano (2019, comunicação pessoal) também entende que o gênero sempre esteve implícito na teoria. Para ela, a dificuldade em trabalhar esse conceito talvez se deva ao fato dele “ser eminentemente social, ultrapassando o que alguns consideram ser o limite da psicanálise”.

Capítulo 2

2.1 – Os intercruzamentos do conceito de gênero³

Para começar e a fim de evitar generalizações e deslizes teóricos, gostaria de seguir os passos sublinhados por Zambrano (2018) e apontar algumas diferenças que se colocam ao que se define por *gênero* quando este se aplica à especificidade de cada campo de pensamento. Apesar do conceito de gênero ser comum a várias disciplinas, este, quando é trabalhado através de um viés psicanalítico, toma uma compreensão diferente da maneira como pode ser lido, por exemplo, no contexto da antropologia ou da história. Porque este conceito atua no entrecruzamento de diversas disciplinas, é impossível sua categorização definitiva em uma ou outra esfera de discussão (Rodrigues, 2017).

Assim, conforme veremos adiante, quando muitos psicanalistas pensam o gênero (Stoller, Bleichmar e Laplanche, por exemplo), o associam a processos psíquicos, a identificações e à identidade que o sujeito constrói a partir de determinados eventos, tanto internos quanto externos. Por essa leitura, a atribuição do gênero se dá conforme as normas familiares e a “cultura”. A referência central desta sistemática, porém, encontra-se no indivíduo e no processo individual. Ao realizar uma análise histórica de como o conceito de gênero havia sido pensado até então, Scott (1995) dialoga com a psicanálise apontando que, em suas diversas abordagens, o interesse da psicanálise está em pensar os processos pelos quais a identidade do sujeito se desenvolve. Entende que há também um foco nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero. Tal abordagem, para a historiadora, não trabalha com a historicidade que as concepções de masculino e feminino carregariam, por exemplo, e o quanto influenciam nessa formação. Para Zambrano (2018) trabalhar com o gênero na psicanálise implica em uma revisão de diversos operadores conceituais, tais como o complexo de Édipo e o de castração, além da necessidade de se pensar sobre as relações hierarquizadas e de poder dentro das instituições psicanalíticas.

A antropologia, por sua vez, ao referir-se ao gênero, trabalha o conjunto de regras e normas que agem sobre o sujeito sexuado, que é dependente de fatores socioculturais que são variáveis no tempo, no espaço e na história. Apesar de não ignorar os processos internos de um indivíduo, estes não se colocam como pontos

³ Quando falo de gênero minha questão não é propriamente o feminino ou o movimento feminista, mas sim o debate que algumas feministas (que utilizam o gênero) e a teoria *queer* fazem com a psicanálise.

centrais da discussão, sendo realçada a proposta de pensar, por exemplo, as categorias sociais que se impõem a um corpo sexuado.

Para os estudos feministas e *queer*, o gênero é pensado de maneira indissociável do político. Neste campo, as propostas são feitas tendo como referencial um enlaçamento entre prática e teoria – mesmo que, no caso da primeira, se trate de uma prática do discurso. Seja agindo, seja operando uma militância ou ainda em estratégias que assegurem direitos sociais, são eixos elementares dessa temática as construções discursivas e os recursos de existência ou resistência em diferentes contextos. Preciado (2011, p. 14) diz que o gênero “não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos [...] que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais”.

Também se poderiam citar aqui as elaborações sobre gênero nos campos da linguística e da literatura, que tornam ainda mais visível o fato de que a significação deste conceito depende do contexto no qual ele é trabalhado. Ainda, podemos constatar que *gênero* é um conceito que não se limita a debates acadêmicos e teóricos – e tampouco ao léxico de uma militância – mas que faz ver suas repercussões em um cenário político.

Quando pensamos o gênero na psicanálise, este não deixa de ter um aspecto ético e político (Porchat, 2014a; Cunha, 2016). Obviamente, o que toma especial valor para uma leitura psicanalítica é o reconhecimento do caráter singular de cada situação em que se atravessam fatores relacionados ao gênero – o que deveria se colocar como um *sine qua non* do trabalho clínico. Assim, importa pensar e repensar os processos de nomeação do sujeito na sua relação com determinados contextos, estabelecendo uma escuta não prescritiva dessas possibilidades, que permita o reconhecimento de tais em uma malha discursiva de maneira a tornar viáveis as alternativas que decorrem deste processo. É nesse sentido que a pesquisa tem uma importância sociopolítica e pode contribuir para repensar as coordenadas teórico-clínicas da psicanálise, ponderando “como a ordem simbólica e política do social é a condição de possibilidade para a produção de sujeitos funcionando segundo certas regularidades psíquicas, e não conforme outras” (Birman, 2000, p. 99).

Diante do caráter polissêmico da expressão, apresenta-se a importância de que nos perguntemos, a todo o momento, quando nos propomos a discutir os elementos

relacionados a esta temática: de qual conceito de gênero estamos falando? Sobretudo, como se dá essa relação na psicanálise?

2.2. Origens do debate sobre o gênero e sua repercussão na psicanálise

O primeiro trabalho que introduz a noção de gênero no meio científico é do psicólogo e sexologista John Money e colaboradores e data de 1955. Para Money (1988) sexo e gênero, apesar de comumente usados como sinônimos, são conceitos distintos. Entende que sexo diz respeito àquilo que se nasce, homem ou mulher, enquanto o gênero é o que se adquire pelos papéis e tramas sociais (*gender role, gender script*). Ainda, para Money, “esse uso dá suporte a um segundo uso em que gênero é sexo sem a parte suja e carnal que pertence à genitália e à reprodução” (Money, 1988, p. 52). O gênero enquanto categoria é mais inclusivo que o sexo e atua como um conceito guarda-chuva que comporta diversos componentes da diferença sexual. A necessidade de conceitualizar sobre o gênero advém do contato de Money com pacientes intersexuais que apresentavam genitália ambígua. A partir de suas pesquisas e observações notava-se que diversos desses pacientes foram criados como homens e se comportavam como homens, mas não possuíam o órgão sexual esperado de um homem.

Disso decorre a necessidade de se descolar o sexo da biologia, “por isso que eu me voltei para a filologia e para a linguística e peguei emprestado o termo gênero” (Money, 1988, p. 53). Lattanzio (2011, p. 26) lembra que “a percepção de que o sexo anatômico não é o elemento definidor do que chamamos de masculinidade e feminilidade é algo que antecede muito a Money”. Concordo com essa colocação e podemos resgatar no trabalho de Freud (1920) uma possível teorização de gênero que vai a esse encontro. Nesse trabalho, Freud apresenta uma distinção entre sexo biológico, *caráter sexual psíquico* e tipo de escolha objetal, e coloca-os como três séries de caracteres que “variam independentemente um do outro e se apresentam, em cada indivíduo, em permutações múltiplas” (Freud, 1920/2016, p. 188). Também se faz necessário destacar que, apesar desses esforços, há uma enorme confusão na literatura psicanalítica sobre essa correspondência ou não da série de caracteres mencionada por Freud. Veremos alguns exemplos contidos nas teorizações de Robert Stoller e Emilce Bleichmar sobre o gênero que, apesar de inovadoras, trabalham com certa dureza no que diz respeito à masculinidade e à feminilidade. Apenas para finalizar essa breve revisão de Money, o autor aponta ainda que o gênero no contexto do movimento feminista veio para colocar de lado a questão da diferença na procriação em prol da luta por igualdade

de gênero, direitos civis. A concepção do autor parece equivocada, pois liga uma questão conceitual a um posicionamento político, como se um quisesse anular o outro.

Não muito tempo depois, na psicanálise, o responsável pela proposta de pensar sobre o gênero foi o psicanalista norte-americano Robert Stoller, autor que dedicou boa parte de suas pesquisas à transexualidade. Em seus primeiros trabalhos sobre o assunto, Stoller (1968) seguirá algumas ideias já apontadas por Money e reforçará a diferença entre sexo e gênero, apoiando-se na oposição biológico (sexo) x social (gênero).

Em *Sex and Gender*, Stoller (1968, 1975) pensa o sexo como uma combinação de elementos, tais como: cromossomos, gônadas, quantidade hormonal, etc. Conforme o psicanalista, o gênero é aquilo que corresponde à masculinidade e à feminilidade. A distinção entre sexo e gênero se dá do seguinte modo: sexo como o biológico, diz do ser homem ou ser mulher, aquilo que é biologicamente determinado. O gênero é pensado a partir das características e comportamentos relativos a essa condição, coincidem com o par correlato masculinidade/feminilidade, enquanto a identidade de gênero diz do sentir-se e agir como homem ou mulher. Ainda, outro conceito importante na obra do autor é a identidade de gênero nuclear, essa por sua vez

“é uma convicção de que a designação do sexo da pessoa foi anatomicamente e psicologicamente correta [...] a identidade de gênero nuclear não implica em um papel ou em relações objetivas. Em torno dos dois ou três anos de idade, quando podemos observar a masculinidade definida nos meninos e a feminilidade nas meninas, ela está tão estabelecida que é quase inalterável” (Stoller, 1993, p. 29)

A normalidade estaria associada à ligação entre macho e masculinidade e fêmea e feminilidade, podendo haver uma mescla entre ambas em cada indivíduo, ideia que Stoller depreende das postulações freudianas acerca da bissexualidade. Apesar disso, nessa perspectiva seria concebível a possibilidade de uma criança desenvolver uma identidade de gênero masculina mesmo sem possuir um pênis, o que mostra a autonomia dada por Stoller ao gênero e a valorização do sentimento de ser homem ou ser mulher (identidade de gênero) para além da anatomia. Tais eventos são diretamente associados aos pais e à presença de uma figura masculina que possa sustentar essa identificação. A construção cultural do gênero masculino tem forte impacto. Ao final de sua obra, Stoller (1993) reforça que ambos termos (sexo e gênero) de modo algum se correlacionam e “na maioria dos casos, no ser humano, as experiências pós-natais

podem modificar, e algumas vezes sobrepujar, tendências biológicas já presentes” (Stoller, 1993, p. 21).

Outra autora que se ocupa diretamente da temática do gênero na psicanálise, nesse momento de descobrimento e exploração inicial do conceito, é a argentina Emilce Dio Bleichmar (1988). Hoje poderíamos ler que seu livro tem como enfoque uma análise crítica da produção freudiana sobre a histeria, marcando o papel do gênero contido nela. A autora mostra a quebra do naturalismo produzida pela teoria freudiana pautada na profunda heteronomia entre a pulsão e seu objeto. Após fazer um resgate teórico dos conceitos de sexualidade e pulsão, ela irá mostrar o paradoxo do discurso psicanalítico que aposta na polimorfia da sexualidade, no trabalho flexível das identificações e na descolagem do biológico, mas curiosamente faz quase um retorno ao biológico ao colocar a ênfase sempre na mulher histérica.

A histeria serve como mote para que Bleichmar recupere o trabalho de Stoller. Quando retoma o gênero, utilizando a expressão “transtornos de gênero”, assim como o norte-americano, a autora aponta para a não necessidade da relação entre feminilidade e masculinidade com a anatomia. A “introdução do conceito de gênero encerra a importância da discussão sobre feminilidade primária/masculinidade primária para mostrar que a feminilidade é primária” (Bleichmar, 1988, p. 19), pois existiria “claramente uma feminilidade precoce por identificação primária e/ou especular com a mãe” (p. 19-20). Para ela as contribuições de Money e Stoller vão ampliando o dicionário psicanalítico de modo a mostrar uma clivagem (termo usado pela autora) entre sexo e gênero, o que até então era pensado como sinônimo na teoria psicanalítica, ou ainda, acrescentaríamos, não pensado.

Os passos de Stoller são seguidos quando Bleichmar diz que “sob o substantivo gênero se agrupam todos os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade/masculinidade, reservando-se sexo para os componentes biológicos, anatômicos e para designar o intercâmbio sexual propriamente” (Bleichmar, 1988, p. 33). Ainda, a família agiria como “emissora de um discurso cultural que refletirá os estereótipos da masculinidade/feminilidade que cada um deles sustenta para a criação adequada desse corpo identificado” (p. 33-34).

Bleichmar também parte do mesmo entendimento de Stoller ao admitir que o núcleo da identidade de gênero está sólido desde muito cedo, até os três anos de idade e

que os aspectos da sexualidade vinculados ao gênero são basicamente determinados pela cultura. Nesse sentido, a mãe é o agente cultural e “através de seu discurso o sistema de significações será transmitido; mais tarde, pai, família e grupos sociais contribuirão nesse processo [...] a identificação como operação psíquica daria conta da organização da identidade de gênero” (Bleichmar, 1988, p. 37). Dentro dessa leitura, o núcleo da identidade de gênero é estabelecido antes da fase fálica, o que a leva a crer que uma criança latente não duvidaria de seu gênero, mas apenas da sua orientação sexual. O gênero também é algo transmitido pelos pais e poderia ser apreendido pela criança através da imitação. Ainda, para Bleichmar a proposta freudiana da dissolução do complexo de Édipo não discutiria a questão de gênero na criança e em seus pais, pois essa seria anterior.

Nancy Chodorow (1990) é outra psicanalista que se propõe a pensar sobre gênero em um momento de escassas produções psicanalíticas sobre o assunto. Desde seu primeiro livro “*The reproduction of mothering*”, a psicanalista incorpora o pensamento de Stoller e também de Rubin em sua conceitualização do sistema sexo/gênero. Utiliza Rubin para pensar nos efeitos do “pessoal é político”⁴, ideia que escapou de uma análise mais complexa da psicanálise que não abordou as questões relativas à opressão das mulheres e da dominação masculina em sua articulação com o intrapsíquico. Para ela, a psicanálise é uma teoria de gênero que deveria apontar críticas e fornecer uma análise sobre como a sociedade perpetua os papéis de gênero (Porchat, 2014a). Esse desafio requer um foco nas diferenças individuais, na multiplicidade e nas mudanças nas identificações (Chodorow, 2005).

Para Chodorow (2005) existem dois momentos de efervescência no pensamento psicanalítico em relação às discussões sobre gênero, sendo o segundo momento responsável por um verdadeiro *boom* na teorização sobre essa temática. O primeiro, dá-se nos anos 30 e gira em torno da sexualidade feminina e da feminilidade (Freud 1931; 1933), esse eixo tem como catalisador os consagrados textos freudianos e toda sua repercussão, especialmente, no debate com as primeiras psicanalistas mulheres (Jeanne Lampl-de-Groot, Helene Deutsch, Melanie Klein, Karen Horney). O segundo seria na metade dos anos 70 e início da década de 80, a norte-americana situa que esse momento na França é onde se dá o debate lacaniano em torno da diferença sexual, enquanto nos Estados Unidos há uma forte influência da segunda onda do feminismo que questiona

⁴ Ver Carol Hanisch (1969)

de forma virulenta algumas constatações de Freud (poderíamos destacar a concepção sobre a inveja do pênis e a anatomia enquanto destino). Chodorow (2005) diz que as discussões sobre gênero dessa época impulsionaram uma grande reconsideração teórica da feminilidade na psicanálise. Não se tratava apenas da ocupação cada vez mais maior da psicanálise por feministas, mas da consideração que além do pessoal ser político, ele também era teórico e epistemológico, o que leva (ou deveria levar) a psicanálise a reconhecer suas dinâmicas de poder.

Além disso, a psicanalista diz que a teoria de gênero implícita em Freud (monismo fálico, inveja do pênis, masculino como ativo e feminino como passivo) é naturalmente incompleta, mas não é diferente das teorias subsequentes de Jones, Klein (poderíamos incluir Bleichmar também) da profeminilidade ou feminilidade primária. “Assim, o monismo fálico que começa com Freud não é mais pré-moderno do que a feminilidade primária” (Chodorow, 2005, p. 1104). Ainda, para a autora, é possível constatar um avanço na compreensão clínica a partir da hipótese da feminilidade primária, mas esse raciocínio retém um determinismo biológico e desenvolvimentista.

2.3. Considerações críticas às propostas de Stoller, Bleichmar e Chodorow

“[...] a teoria analítica, embora possa explicar tudo, não explicava, eu senti, a naturalidade de sua masculinidade, sua apresentação desde os primeiros anos de vida (confirmada por fotografias do álbum da família), sua qualidade não-histriônica e sua aceitação, não questionada na sociedade, como homem” (Stoller, 1975, p. 166)

Discutiremos alguns pontos levantados por esses autores, primeiro por se tratarem de três pioneiros/pioneiras no que diz respeito a pensar o gênero na psicanálise, e segundo pela influência que suas teorias tiveram em diversos autores das gerações seguintes. Embora, como veremos mais adiante, o conceito de gênero tenha desaparecido por mais de uma década da teoria psicanalítica, nas surdinas da produção teórica, ele aparece mesmo que não nomeado, sobretudo nos estudos acerca das homossexualidades e das transexualidades. Historicamente, essas duas “categorias” também foram pensadas pela via dos distúrbios de gênero, pensamento que se mostra não raro ainda hoje, especialmente no que tange à questão trans.

Como apontamos, a conceitualização do gênero faz sua estreia na psicanálise a partir dos trabalhos e das pesquisas de Stoller com pacientes transexuais e homossexuais. Sua entrada se dá de modo deficitário, pois o interesse de pesquisa são os distúrbios de gênero: portanto, associado à patologia (Porchat, 2014a). Se analisarmos “A experiência transexual”, Stoller (1975) tenta mostrar e problematizar como um sujeito se torna transexual. Encontramos aí um diálogo com os achados de Irving Bieber, pois ambos tentam estabelecer uma relação entre o que seria a “mãe do homossexual” e a “mãe do transexual”. Observa-se uma espécie de boneca russa do gênero, pois ao tentarem articular e pensar sobre o conceito de gênero, incorrem na utilização ostensiva desse operador em suas próprias leituras de caráter culpabilizante e patologizante das mães. Stoller utiliza a expressão “Mães Próximas-Constringentes-Íntimas” (PCI) cunhada por Bieber para mostrar, através de suas pesquisas quantitativas, como essas mães não encorajavam a masculinidade em seus filhos, eram demasiado sedutoras, faziam do filho um confidente, barravam a presença do pai. Os autores referem que as “mães PCI” obstaculizavam o desenvolvimento heterossexual, pois tinham: “atitudes e comportamentos maternos desmasculinizantes e/ou feminilizantes com intenção e efeito de desencorajar padrões de comportamentos e atitudes masculinas” (Stoller, 1975, p. 166). Além disso, essas mães dificultariam a participação dos filhos em atividades grupais com outros meninos, privando-os da possibilidade de uma identificação masculina que supostamente seria rica através de um grupo de amigos homens e heterossexuais. Os comportamentos descritos adquirem um caráter de introjeção concreta. No item que trata diretamente acerca das interferências do desenvolvimento heterossexual, Stoller supõe que a transexualidade seria uma patologia grave. Haveria pacientes que poderiam desenvolver uma homossexualidade defensiva em vez da transexualidade e a heterossexualidade aparece como sinônimo de um desenvolvimento mais adequado.

Concomitante à produção de Stoller, a feminista Ann Oakley (1972)⁵ já começava a desconfiar da arbitrariedade de um macho ter gênero masculino e uma fêmea pertencer ao gênero feminino, buscando na antropologia explicações de como o gênero era múltiplo e variável em diferentes culturas, provar-se-ia ser necessário que

⁵ Ann Oakley foi pouco traduzida e pouco citada em discussões de gênero, porém considero que seu diálogo crítico em relação ao discurso patologizante da psiquiatria em relação ao gênero merece consideração. Sobretudo, ressalto seu caráter precursor, visto que em 1972 já discutia com autores como John Money.

houvesse uma separação entre sexo e gênero. Seguindo a produção do início dos anos 70, aproximava-se dos psiquiatras e psicanalistas ao falar da homossexualidade e da transexualidade como decorrência de uma forte ligação do filho com a mãe, como se houvesse uma duplicação da identidade de gênero da mãe (Oakley, 1972). O que gostaria de destacar, no entanto, é que conhecendo as esparsas teorias de gênero, incluindo autores como Money e Hamptons, Oakley destaca que o foco da psiquiatria é quase exclusivo no que ficou intitulado como “desordens na identidade de gênero”, de modo que o “normal” não é comentado ou mesmo explicado, mas apenas inferido pela exclusão do que é apresentado nos distúrbios. Mesmo sem utilizar o termo, há uma nítida apreensão do que posteriormente seria nomeado por Gayle Rubin de heterossexualidade compulsória, que baliza o patológico ou desviante, mantendo a heterossexualidade em um lugar quase sinônimo de normalidade ou ideal a ser alcançado.

Não questiono o papel de Stoller em pensar o conceito de identidade de gênero da forma como pensou, e reconheço que sua contribuição foi fundamental. Porém seu alcance teórico mostra-se hoje insuficiente e suas postulações acerca da constituição da identidade de gênero nuclear são questionáveis, ponto que também pode ser criticado em Chodorow. Sua formulação era produto do triunfo da heterossexualidade compulsória, de modo que, ao postular todos os fatores que pensava serem constitutivos da identidade de gênero, ele nos diz que, somente em casos de aberrações (tudo que não era heterossexual) poderíamos ver qual dos eixos havia saído do lugar, como o autor mesmo diz “eles foram descobertos no patológico, não no normativo” (Stoller, 1975, p.30).

A mãe teorizada por Stoller é uma mãe que não possui reserva simbólica suficiente para ela mesma romper a suposta simbiose esperada no nascimento (Fiorini, 2015), sendo assim ela seria uma agente fundamental naquilo que o psicanalista denomina de transexual primário. O pai também é pensado em termos concretos e sua ausência prolongada ou passividade pode provocar perturbações de gênero, pois ele é o responsável pela base da identificação masculina. Se, como o autor postula desde *Sex and Gender*, cada sujeito possui um amálgama de masculinidade e feminilidade, por que esses fatores na constituição subjetiva são pensados de modo estanque no binômio mãe-feminilidade e pai-masculinidade? Aqui, novamente, temos uma teoria de gênero dentro do gênero com fins teleológicos. Essa é uma teorização recorrente na psicanálise,

a dizer: o papel da mãe na produção de distúrbios no desenvolvimento, nesse caso, distúrbios de gênero. Autores lacanianos como Chiland, Frignet e Czermark parecem compactuar com essa perspectiva.

Já Emilce Bleichmar (1988) traz diversos recortes clínicos mostrando o quanto as normas exigem repetição, apresenta argumentos especulativos defendendo que é mais difícil para o menino assumir um ideal primitivo de gênero, pois sua “identificação com a mãe não ajuda na construção da masculinidade” (Bleichmar, 1988, p. 48), sendo necessário um trabalho de desidentificação necessário para a assunção da sua masculinidade. Processo esse que também aparece intermediado pela figura do pai real. A autora também se aproxima de uma ideia que mais parece uma “cartilha psicanalítica” do que “causaria” a transexualidade: “aqui se demonstra a importância da presença real do pai-homem para efetuar o corte da relação dual com a mãe” (Bleichmar, 1988, p. 49)

Tanto em Money, com sua crença na impossibilidade de reversão da identidade de gênero adquirida na primeira infância, quanto em Stoller e Bleichmar, bem como nos primeiros lacanianos que teorizavam sobre às transidentidades, não há nenhuma discussão sobre o papel da norma ou sobre outras possibilidades de constituição familiar, mesmo que alguns desses trabalhos já tenham sido escritos no início da década de 90. Talvez Chodorow entre aqui como uma exceção, pois já apontava alguns questionamentos sobre a manutenção dos papéis de gênero, embora não os desenvolva e também caia em certo biologismo e compreensão essencialista do feminino como decorrente do sexo biológico. Os papéis de gênero (*gender role*) são lidos como expressões culturais destinadas a homens e mulheres como se as brincadeiras “masculinas”, de fato, produzissem masculinidade. O elemento da identidade de gênero (você se sente homem ou mulher) age como determinante do gênero (viver como homem e mulher).

2.4. Viagens do gênero e o impacto na psicanálise brasileira

“[...] a psicanálise é uma teoria feminista que não chegou a se configurar plenamente como tal” (Rubin, 1975/2017, p. 36).

No Brasil, o conceito de gênero foi pensado inicialmente por acadêmicas feministas da área da antropologia e “foi através dos estudos sobre o parentesco e seu papel na constituição das diferentes sociedades humanas, no debate sobre a relação entre natureza e cultura, e na problematização crítica das noções essencialistas e universais sobre masculino e feminino, que a antropologia fertilizou o solo para o florescer de um novo campo: os estudos de gênero” (Perucchi, 2009, p. 1). Nota-se que os estudos feministas deram início à problematização em torno da discussão de gênero, tendo progressivamente se falado cada vez mais em estudos de gênero, inclusive no plural, que de estudos da mulher, das mulheres ou de estudos feministas. Esse processo é muito semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, onde as teóricas feministas começam a entrar na academia com diversas pautas relativa aos gêneros já no início da década de 1970. Também lá essa discussão surge antes na psicanálise e parece ser silenciada pelos próprios questionamentos que a abordagem do gênero implicaria, o que já foi apontado, inclusive, por Gayle Rubin (1975/2017; 1983/2017). De qualquer forma, a história dos estudos de gênero nos interessa aqui apenas para pinçar e situar essa discussão em relação à psicanálise. Não podemos deixar de destacar que o conceito de gênero acabou adquirindo força e se tornou fundamental em muitas discussões das ciências humanas, sobretudo na antropologia, na sociologia, na história e na psicologia, enquanto que na psicanálise ele praticamente desapareceu (San Miguel, 2004⁶; Lattanzio, 2011; Ambra, 2013).

Antes de nos voltarmos para a psicanálise, cabe fazer uma breve apresentação da expressão “teoria *queer*”, que será recuperada diversas vezes ao longo dessa escrita. O termo *queer* é uma apropriação e um rearranjo político de uma palavra normalmente usada, nos Estados Unidos, para insultar pessoas que não se encaixavam nas normas vigentes de gênero. O *queer*, ao ser utilizado com um viés político, torna-se resistente a definições simplistas e se constrói como uma ferramenta de problematização construtivista dos termos que vislumbram categorizações universais. A dita teoria *queer* não é bem um arcabouço conceitual ou metodológico, mas mais um engajamento intelectual que versa sobre as questões de gênero, sexo e desejo sexual (Spargo, 2017). Historicamente, parece diferente pensar o *queer* e pensar nas lutas feministas e nas lutas dos movimentos LGBTTIQ⁷. Estes são movimentos sociais que lutaram e lutam por direitos e carregam em si uma marca identitária. O *queer* não é um movimento

⁶ Todos os artigos citados em espanhol, inglês ou francês foram traduzidos por mim.

⁷ A sigla refere-se a: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e Queer.

identitário, é uma espécie de condição comum que visa desestabilizar a norma, visa colocar-se sempre em oposição a ela. Isso vai ao encontro das ideias de Butler (2015) que dirá que, em sua perspectiva, a palavra *queer* é importante por diversas razões: primeiro, por desviar-se da norma e por abrir-se ao inesperado e, segundo, por formar uma aliança em vez de uma identidade entre um grupo de pessoas que de outro modo não encontrariam muito em comum. Butler diz que há algo no *queer* que resiste a uma identidade unificada. Para Belkin (2018, p. 4), embora o significado do que é *queer* esteja em constante movimento, sua agenda política é clara, trata-se de “desconstruir e desbancar qualquer definição monolítica e unilateral de quem somos como sujeito [...] o *queerness*⁸ ocupa um lugar transicional”.

Voltando à psicanálise, San Miguel (2004) nos diz que é curioso que no campo psicanalítico o gênero não tenha tido a repercussão esperada, pelo contrário, ele é rechaçado por grande parte do discurso psicanalítico por ser entendido como um conceito proveniente da sociologia e alheio ao psíquico⁹. Para Ambra (2013, p. 14) “é possível notar que os estudos de gênero parecem muito mais rapidamente assimilar e criticar a psicanálise que o inverso”. Por mais que a discussão de gênero tenha sido primeiramente colocada na psicanálise, logo é excluída e, de certo modo, retorna devido ao seu uso coloquial massivo. Assim, coloco-me de acordo com as hipóteses de San Miguel (2004) e Ambra (2013), também compartilhadas por Porchat e Zambrano, e questiono também se parte do recente interesse em discutir as relações de gênero na psicanálise não se coloca mais como algo quase da ordem da obrigatoriedade do que de um real interesse pelo tema por parte dos psicanalistas. De todo modo, essa movimentação do conceito e a resistência de grande parte do discurso psicanalítico em trabalhá-lo ou mesmo pensá-lo em seu referencial conceitual e, talvez, até metodológico tem repercussões importantes tanto para a teoria quanto para a prática (que resulta na escuta analítica, na supervisão e na própria transmissão). A respeito desta questão, Barkai (2017) faz uma extensa análise da produção psicanalítica acerca da temática do gênero na infância, utilizando como recorte a produção da década de 90 em diante. A autora faz a opção de recortar esse período por ser o momento após a declaração de não-discriminação por parte da APA¹⁰. De acordo com Barkai, a literatura psicanalítica “não parece estar evoluindo em uma direção consistente com os princípios da psicanálise

⁸ Optei por deixar a expressão tal como consta no original.

⁹ Podemos destacar aqui a chamada do evento Outrarte de 2016 que caracterizava o gênero como conceito proveniente da sociologia.

¹⁰ Ver Bulamah (2016) e Moga (2018).

contemporânea que não patologiza automaticamente a diversidade de gênero” (2017, p. 2-3). Ela destaca ainda as implicações clínicas que esse tipo de leitura pode acarretar, especialmente em crianças que se apresentam em gêneros anti-normativos.

A fim de nutrir o presente debate sobre o gênero em psicanálise, proponho voltar nossa atenção ao gênero como conceito em Gayle Rubin, também à análise empreendida por Joan Scott e a alguns desdobramentos teóricos propostos Judith Butler. A escolha por essas autoras não é aleatória. Rubin e Scott são precursoras na temática do gênero e Butler é quem entendo que oferece um *corpus* ainda mais complexo ao conceito, além de apontar caminhos que podem ser profícuos para a clínica psicanalítica e que serão desenvolvidos posteriormente. Além disso, como o presente enfoque reside em como essa discussão tem se dado nas produções psicanalíticas brasileiras, é fundamental levar em consideração a importância que as traduções e viagens das teorias tem na forma como elas são absorvidas, estudadas e criticadas (Lago, 2010a, 2010b). Rubin e Scott foram duas teóricas populares e amplamente estudadas e difundidas no Brasil, desde a década de 90, e suas teorias influenciaram toda uma geração.

Gayle Rubin lança os estudos contemporâneos de gênero, e é uma das primeiras autoras a trabalhar com conceitos lacanianos nos Estados Unidos. Joan Scott oferece um balanço sobre o conceito de gênero com ênfase em três categorias de análise, dentre as quais ela coloca a psicanálise. Judith Butler é a teórica de gênero mais traduzida e discutida no Brasil atualmente (Lago, 2010a, 2010b), tornou-se bastante popular por seu consagrado “Problemas de Gênero” de 1990, traduzido para o português pela primeira vez apenas em 2003. É notável como praticamente a totalidade dos trabalhos sobre psicanálise e gênero publicados entre 2015 e a escrita desta presente dissertação passa por esse trabalho de Butler (analisaremos melhor as implicações e as formas desses usos no capítulo 4). Butler oferece subsídios teóricos para pensar como o gênero é fixado em um sistema binário de conformidade, sua variância é apagada e o diferente é considerado patológico. Assim, o erro do discurso psicanalítico hegemônico é forçar uma coerência conceitual do sistema sexo/gênero/desejo, em vez de pensar que o gênero não expressa a sexualidade, mas funciona culturalmente como um ideal regulatório (Butler, 1990/2016).

Cabe lembrar que “os estudos de gênero, ao tratarem dos temas de constituição do sujeito, subjetividade, sexualidade, passam necessariamente pelos discursos da psicanálise, reforçando a importância das traduções e viagens das teorias, na promoção

dos diálogos trans e interdisciplinares” (Lago, 2010a, p. 199-2000). Podemos resgatar também Birman (1996), que aponta para a necessidade imperiosa de uma psicanálise que possa se reinventar face às experiências contemporâneas, de modo a pensar mais em uma via da clínica do cuidado de si em detrimento de uma psicanálise totalizante e normalizadora. Entendo que isso passa pela discussão sobre gênero na psicanálise

Capítulo 3

3.1 – Sementes dos estudos contemporâneos de gênero

Esse capítulo tratará de apresentar alguns pontos relativos à discussão sobre os estudos de gênero a partir do recorte de três autoras provenientes de campos diferentes. Primeiramente, utilizo dois trabalhos seminais de Gayle Rubin. É amplamente assinalado pela literatura que seu ensaio sobre o “Tráfico de mulheres” sistematiza uma metodologia de boa parte dos debates feministas até então, além de abrir espaço para as discussões contemporâneas sobre o gênero. Tratarei brevemente do trabalho “Pensando o sexo” para mostrar no que sua abordagem difere do escrito anterior. Posteriormente, apresentarei algumas ideias de Joan Scott, tida como a primeira autora a fazer uma análise histórico-genealógica do gênero enquanto conceito. Mostrarei como a autora compreende o gênero sempre por sua esfera política. Por fim, terminarei essa breve incursão, destacando algumas ideias de Judith Butler, especialmente, aquelas do início de sua obra. Outras ideias da autora serão debatidas em capítulos posteriores. Conforme mencionado, a escolha por essas autoras também tem a ver com a prioridade outorgada por elas à psicanálise e com as políticas de tradução do Brasil. Entendemos que esse recorte metodológico deixou de fora outras autoras e autores interessantes, tais como: Ann Oakley (mencionada no capítulo anterior), Simone de Beauvoir, Donna Haraway, Paul B. Preciado, etc.

3.2 – Visão panorâmica de “Tráfico de mulheres”¹¹

“Uma das características mais notáveis do parentesco é ter sido sistematicamente esvaziado de suas funções – políticas, econômicas, educacionais e organizacionais. Ele foi reduzido a seu esqueleto mais básico – o sexo e o gênero” (Rubin, 1975/2017, p. 51).

Começamos por apontar as condições políticas que motivaram Rubin a dedicar-se ao seu “*Traffic*”. Cerca de 20 anos após sua publicação, em uma entrevista para Judith Butler (Rubin & Butler, 2003), a antropóloga diz que não havia como dissociar o feminismo da década 60-70 do marxismo devido à sua intensa capilarização teórica entre as produções feministas, “[...] em certo sentido, o marxismo permitiu que as

¹¹ Agradeço à professora Carla Rodrigues (UFRJ) pela oportunidade de discussão desse texto e pelo compartilhamento das ideias.

pessoas levantassem toda uma série de questões que o próprio marxismo não podia responder satisfatoriamente” (Rubin & Butler, 2003, p. 158), dentre as quais o gênero seria uma delas. Essa é uma das razões pelas quais Rubin (1975/2017) discute com autores como Marx e Engels em seu trabalho, até posteriormente chegar em Lévi-Strauss e Freud (e também mencionar Lacan).

Nesse ensaio fundamental para qualquer um que pretenda discutir gênero, Rubin (1975/2017) apresenta o “sistema sexo-gênero” como uma forma de compreender as discriminações que esse próprio sistema é capaz de produzir nas relações sociais. Seu interesse é entender como as mulheres se tornam sujeitas à opressão mediante o sistema sexo/gênero, que é “uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (1975, p. 11). A formação da identidade de gênero está vinculada e é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual onde “o sexo, tal como o conhecemos – a identidade de gênero, o desejo e as fantasias sexuais, as concepções de infância – é em si um produto social” (Rubin, 1975, p. 18).

A passagem por Engels e Marx serve para apontar que os marcadores de gênero estão ausentes em suas discussões. Rubin (1975, p. 15) cita diversas sociedades e formas de organização social para mostrar que as mulheres são oprimidas nessas diferentes sociedades e não só em sociedades capitalistas. Se Marx fala das formas de opressão do capitalismo, Rubin mostra que há formas de opressão que não estão restritas ao capitalismo. A opressão de gênero não pode estar subsumida na discussão do capital, pois ela também está presente em outras formas de organização da sociedade.

A discussão com Engels se dá praticamente pela mesma razão, ou seja, para dizer que há algo do sexo que também é adquirido. Há relações de produções econômicas e há relações sexuais e a sexualidade que aparece como inteligível é a heterossexual por ser reprodutora. Nessa passagem do seu ensaio, também é interessante notar que Rubin aproxima a opressão das mulheres à homossexualidade (ponto que será desenvolvido por Butler em *Problemas de Gênero*).

Quando se volta para o estruturalismo de Lévi-Strauss, Rubin dirá que o gênero, para o autor, não se trata apenas de identificação com um sexo, mas de que o desejo deveria estar direcionado para o sexo oposto (heterossexualidade compulsória), por isso há uma aproximação entre o lugar da mulher e da homossexualidade. É explícito em

Lévi-Strauss que parentesco age como uma imposição da organização cultural a partir da procriação biológica. O antropólogo está ciente do papel da sexualidade na sociedade humana. Ao descrever a sociedade, não pressupõe um sujeito abstrato e sem gênero. Pelo contrário, os sujeitos são sempre do sexo masculino ou do sexo feminino. “Como para Lévi-Strauss a essência dos sistemas de parentesco pode ser identificada na troca de mulheres entre os homens, ele constrói uma teoria implícita da opressão sexual” (Rubin, 1975, p. 22).

O problema da troca de mulheres em Lévi-Strauss é que ela é trocada apenas como signo, de modo que há uma perda de direitos sobre a própria vida (a mulher é signo de alianças familiares, eventualmente ela é signo de patrimônios, pode ser signo de poder para quem a detém, pode ser signo de cuidado). De qualquer maneira, parece que Rubin identificou que essas trocas funcionam com fins de: 1) divisão binária dos gêneros, 2) heterossexualidade compulsória e 3) coerção da sexualidade feminina. No que diz respeito à heterossexualidade compulsória, isso também afeta os homens gays e, para a autora, essas são lógicas que mantêm as mulheres na esfera do privado e não do social.

Talvez possamos supor que, quando Rubin recorre a Freud, seja porque, em sua compreensão, o complexo de Édipo conjure esses três fins (binarismo de gênero, heterossexualidade compulsória e coerção da sexualidade feminina), especialmente no que tange ao Édipo da mulher, em que a menina tem que *trocar* a mãe pelo pai e depois abandonar o pai, enquanto o menino não faz esse tipo de *troca*. Ou ainda, pelo menos até o seminário 5 de Lacan, em que prevalece a lógica ter/ser o falo, o Édipo reproduz a matriz da heterossexualidade compulsória. A passagem da mulher de ser o falo para ter o falo transita para ser o objeto de desejo do homem. Logo, seu entendimento de que as mulheres são reduzidas a signos de troca e que seja sempre a passagem de mulher para esposa que promova a união das famílias levará Rubin a dizer que tanto a antropologia de Lévi-Strauss quanto a psicanálise de inspiração freudo-lacaniana são complacentes na naturalização da heterossexualidade e não pensam em formas de subversão.

De acordo com Lago, para Rubin

“[...] a antropologia estruturalista e a psicanálise, mais do que racionalizarem a subordinação das mulheres na organização das relações de parentesco e na constituição psíquica de sujeitos de gênero nas relações parentais/culturais, reproduzem as relações em que as mulheres são oprimidas e

outras manifestações da sexualidade são banidas (Lago, 2010a, p. 195, grifo meu).

Nesse sentido, “[...] o potencial de uma teoria psicanalítica crítica em relação ao gênero passa a ser visível apenas na sintomatologia de sua negação” (Rubin 1975/2017, p. 36).

3.3 – Questionamentos de Rubin à psicanálise

“Rubin reclamava uma análise marxista dos sistemas de sexo/gênero como produtos da atividade humana que podem ser transformados através da luta política. Rubin via a divisão sexual do trabalho e a construção psicológica do desejo (*especialmente a formação edipiana*) como fundamentos de um sistema de produção de seres humanos que atribuía aos homens direitos sobre as mulheres que elas próprias não tinham sobre si mesmas. Para garantir a sobrevivência material, quando homens e mulheres não podem realizar o trabalho um do outro, e para satisfazer estruturas profundas de desejo no sistema de sexo/gênero no qual homens trocam mulheres, a heterossexualidade é obrigatória. A heterossexualidade obrigatória é, portanto, central na opressão das mulheres”. (Haraway, 2004, p. 223-224, grifo meu)

Rubin diz que a batalha entre os estudos feministas e gays com a psicanálise é bastante conhecida. Em seu entendimento, nos Estados Unidos, a psicanálise acabou por fetichizar a anatomia, o que foi alvo de duras críticas feministas. Sua ideia é de que “a psicanálise” se tornou uma teoria dos mecanismos de reprodução dos arranjos sexuais e tornou-se vítima do seu próprio procedimento. Logo, uma crítica à teoria se faz necessária, pois os movimentos feministas e gays lutam justamente para dismantelar os dispositivos de repressão sexual. A antropóloga reconhece as contribuições originais de Freud e Lévi-Strauss, ao falar que ambos elucidam aspectos profundos da opressão sexual e que, se não fosse por eles, talvez tais aspectos não tivessem se tornados tão facilmente apontáveis. O papel da psicanálise seria importante, pois historicamente ela teria agido no sentido de promover certa “libertação sexual”, porém essa libertação também criou armadilhas que a transformaram em um dispositivo regulador (Foucault, 1976).

Anos depois, Rubin diz que desde o “*Tráfico de mulheres*” pensava em uma concepção mais móvel e menos rígida do gênero, e que tal mobilidade fica difícil para a psicanálise lacaniana, por exemplo, pois para a antropóloga a noção de simbólico

enrijece a possibilidade de uma proposição mais fluida (Rubin & Butler, 2003). Rubin trata o registro simbólico como tendo um forte caráter não social.

“[...] deixando de lado o problema de o quanto essas relações sociais e de parentesco realmente se transformaram até agora, a magnitude dessas mudanças, os intervalos de tempo necessários para que isto se dê e o fato de que muito de nossas psiques foram formadas há muito tempo e são refratárias a uma educação tão rápida – o que é esse algo intratável? Uma das vantagens das abordagens psicanalíticas é que elas explicam tanto a mudança quanto o caráter intratável. Mas há algo sobre a especial intratabilidade do que é chamado de simbólico que eu não entendo. Seria algo na própria natureza da estrutura do cérebro e na forma como cria a linguagem?” (Rubin & Butler, 2003, p. 165).

Ao que Butler responderá que “é a estrutura da linguagem, o surgimento do sujeito falante por meio da diferenciação sexual, e o modo como a linguagem cria subsequentemente a inteligibilidade” (Rubin & Butler, 2003, p. 165). Nessa mesma entrevista, Rubin toca em outro ponto basal e também bastante problemático para boa parte do discurso da psicanálise, qual seja, tomar a diferença sexual como principal diferença e muitas vezes única diferença que importa (Butler, 2004; Arán, 2009).

Alguns anos mais tarde, Rubin (1983/2017) publica outro texto seminal intitulado “Políticas do sexo”, onde mostra seu interesse por pensar acerca da hierarquia das práticas sexuais e também com as formas de expressão da diversidade sexual. A antropóloga diz que o feminismo é muito mais uma teoria da opressão de gênero que uma teoria da sexualidade e questiona a colagem feitas por diversas feministas entre sexualidade e gênero, especialmente as feministas que se declaravam “anti-pornografia”. Como destaca Piscitelli (2003, p. 212) “as abordagens feministas, refletindo sobre a subordinação das mulheres, foram pioneiras no questionamento à relação direta e naturalizada entre reprodução e gênero, e um de seus efeitos é confundir sexualidade e gênero”.

Notamos certo refinamento teórico de Rubin em relação ao texto de 1975. Aqui, sexualidade e gênero não se confundem. Tal ponto é retomado na entrevista de Rubin realizada por Butler (Rubin & Butler, 2003) e será onde a filósofa norte-americana se apoiará para questionar a matriz de inteligibilidade do funcionamento linear do sistema sexo/gênero/desejo. Para Rubin “a sexualidade é impermeável à análise política se for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual” (Rubin & Butler, 2003, p. 79). Ainda, aproxima-se da psicanálise quando

diz que a sexualidade é social e historicamente constituída, e não biologicamente determinada.

O que Rubin faz ver por esse ensaio é que a questão das dissidências de gênero só pode ser compreendida através de uma análise que não abra mão do caráter social e histórico e também que as conquistas e direitos das minorias estão inseridas nesse movimento oscilatório da história, apontando para uma não linearidade da história que pressupõe um caminho sempre em direção ao progresso. Recomendações bastante atuais para a situação política que vivemos.

3.4 – Joan Scott: o gênero como categoria útil de análise e mais

“[...] a política constrói o gênero e o gênero constrói política” (Scott, 2017, s/p).

Joan Scott (1995) tem um lugar importante dentro das “teorias de gênero”, pois talvez seja a primeira teórica a preocupar-se com o uso da categoria de gênero e pensar de modo sistemático. Interessa-nos trazer suas contribuições para o debate, pois em seu texto seminal, ela destaca 3 formas de abordagens do gênero enquanto categoria útil de análise histórica, dentre as quais, a psicanálise, ou a teoria psicanalítica, seria uma delas. Resumidamente, essas formas de abordagem seriam realizadas 1) pelas feministas na busca pela origem do patriarcado; 2) através do marxismo e 3) inspirada nas diferentes correntes do pensamento psicanalítico para “explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito” (Scott, 1995, p. 77).

A historiadora retoma as discussões feministas sobre o início do debate sobre gênero e situa como essas diferentes teóricas começaram a utilizar a expressão "gênero", em um sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Scott (1995) comenta sobre a relação entre o feminismo norte-americano e a aparição do termo gênero enquanto conceito sob forma de descrição social das distinções biológicas do sexo. O gênero aparece como um recurso ou mesmo rejeição “ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ e ‘diferença sexual’” (Scott, 1995, p. 72). O termo gênero

“[...]enfaticava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo ‘gênero’ para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender

qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (Scott, 1995, p. 72).

Além disso, suas proposições se situam na discussão sobre gênero ser um termo mais neutro e aspirar a uma suposta cientificidade maior que a expressão “estudos das mulheres”. A partir do gênero, Scott acredita ser possível pensar uma nova história para o lugar das mulheres (para isso exemplifica os teóricos e teóricas que sempre ignoravam a participação e função das mulheres em guerras e revoluções ou ainda aqueles que falavam que não fariam diferença reconhecer que elas haviam participado da Revolução Francesa, por exemplo)¹².

Em relação especificamente à psicanálise, na leitura de Scott, tanto a escola das relações de objeto (Chodorow)¹³ quanto a psicanálise baseada em uma leitura estruturalista e pós-estruturalistas de Freud e de Lacan estão interessadas em pensar em como se forma a identidade de gênero do sujeito recorrendo às etapas iniciais do desenvolvimento. Entendemos que esse argumento faça mais sentido dentro do escopo inicial da obra de Chodorow, mas que pode ser utilizado como uma chave de leitura do início da obra de Lacan também.

Ao referir a forma como o gênero entra no trabalho de Chodorow, Scott diz que sua interpretação “limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios para ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder” (Scott, 1995, p. 81). Para a historiadora faltaria para a psicanálise uma forma de conceber a realidade social em termos de gênero

“sinto-me incomodada pela fixação exclusiva em questões relativas ao sujeito individual e pela tendência a reificar, como a dimensão central do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Além do mais, mesmo que a maneira pela qual "o sujeito" é construído permaneça aberta, a teoria tende a universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino. A consequência para os/as historiadores/as é uma leitura redutiva dos dados do passado” (Scott, 1995, p. 81-82).

¹² Para alguns historiadores, apesar de se tratar de uma nova categoria e de um domínio da pesquisa histórica, gênero “não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (Scott, 1995, p. 76). Veremos, posteriormente, que alguns discursos psicanalíticos (mesmo sem citar Scott) operam nessa lógica.

¹³ A autora refere-se especificamente a Nancy Chodorow e não aos autores ingleses das relações de objeto.

O que parece mais ou menos explícito nas críticas da historiadora à psicanálise é que o caráter não temporal da distinção entre masculino e feminino, se levado a um exame crítico e profundo, reconhecendo as assimetrias de gênero e as relações de poder, afetaria a estrutura da teoria. Assim, gênero como categoria analítica tem um efeito direto no sentido de apontar para a necessidade de situação histórica dos conceitos psicanalíticos que tendem a adquirir um caráter a-histórico. Embora não seja o intuito deste capítulo fazer uma discussão direta com autores psicanalíticos, traremos apenas um exemplo para ilustrar o que parece ir na esteira dos apontamentos de Scott. Traremos algumas pequenas passagens de Joël Dor (1991) sobre o lugar do pai/função paterna na teoria psicanalítica.

Para o psicanalista “[...] a noção de pai intervém no campo conceitual da psicanálise como um operador simbólico a-histórico. Vamos entendê-la, então, como um referente que apresenta esta particularidade essencial de não estar sujeito à ação de uma história, pelo menos no sentido de um ordenamento cronológico” (Dor, 1991, p. 13). Por mais que fale que o pai não é necessariamente encarnado, Dor diz que “[...] em outras palavras, é porque esse pai simbólico é universal – daí a essência de sua necessidade -, que nós não podemos deixar de ser tocados pela incidência de sua função, que estrutura nosso ordenamento psíquico na qualidade de sujeitos” (p. 14). A crítica que Scott faz à literalidade das funções parentais no trabalho de Chodorow também poderia ser estendida a uma certa leitura estereotipada de Lacan. Seguindo com Dor (1991, p. 101) “o processo da metáfora do Nome-do-Pai só assegura sua função estruturante com relação ao desenvolvimento psíquico da criança na medida em que puder se desenvolver sobre a base do recalque originário do significante do desejo da mãe [...]”.

Um ponto que talvez aproxime Rubin e Scott em relação à psicanálise é que para ambas, ao mesmo tempo em que a psicanálise fornece pistas de como se dá a construção do gênero no sujeito e a sua reprodução no sentido da transformação da sexualidade biológica em psíquica (ideia contida desde os *Três ensaios* de Freud), ela também oferece uma visão rígida com aspirações universalizantes que ofereceriam uma espécie de antropogênese de base com invariantes impermeáveis às modificações culturais, tais como destacamos acima. Esse ponto é bastante criticado por Scott, especialmente a noção de angústia de castração que, para ela, colide com a possibilidade de uma investigação histórica e de trabalho no sentido de entender que o gênero “é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 88).

Ao fazer uma revisão sobre seu próprio trabalho, Scott (2013) menciona brevemente sua trajetória com o conceito de gênero, começando pelo artigo comentando anteriormente e diz que, passados quase 20 anos, recebeu um convite para falar sobre ele novamente, o que a fez sentir-se lisonjeada e ao mesmo tempo cansada. Parte do cansaço advinha, para ela, de uma sensação de que a temática de gênero estava quase esgotada e seu significado parecia ter sido aceito e compreendido mundo afora. Porém, após presenciar uma série de explosões raivosas na França em 2011 acerca da discussão sobre gênero, especialmente aquelas relacionadas aos setores religiosos e conservadores, que encontravam apoio no congresso e no senado, a historiadora dá-se conta de que apesar do amplo (re)conhecimento, os significados do gênero estavam longe de ser resolvidos. Inclusive, diz-nos Scott (2013, p. 65) “em vez de (como eu equivocadamente pensei) tornar-se mais claro ao longo do tempo, gênero se tornou mais esquivo/impreciso¹⁴; um lugar de contestação, um conceito disputado na arena política”.

Em seus trabalhos mais recentes (Scott, 2013, 2017) retoma algumas sementes que ela entende não estarem muito bem desenvolvidas em seu primeiro trabalho (Scott, 1995) e sustenta que debater sobre gênero é sempre fazer um debate político, talvez por isso não haja um lugar onde o gênero possa “repousar”, pois ele excede o limite de uma definição e torna-se palco permanente de luta e disputa. Gênero não é apenas um tema que divide opiniões e posições políticas, mas é um debate complexo sobre o que conta como natural e o que conta como social, sobretudo no que se refere à discussão sobre a diferença sexual (Scott, 2013). Por mais que seja comum pensar gênero como uma categoria útil para análise pela arena social, Scott diz que o “objeto da sua análise (as construções históricas das relações entre os sexos) é, irrevogavelmente, conectado à esfera psico-sexual. (Scott, 2013, p. 74). Por essas e outras razões a historiadora não entende ser possível conceber o gênero de modo livre do sexo ou da diferença sexual, ponto que a afasta de Haraway e Butler, por exemplo. As duas últimas defendem que que os significados biológicos do sexo seriam tão culturalmente construídos quanto o gênero.

Depreende-se desses trabalhos a preocupação constante de Scott com a historicização dos conceitos, ponto que no primeiro artigo (Scott, 1995) a faz recuar diante das possibilidades oferecidas pela psicanálise. Observamos, contudo, que recentemente ela diz “contar com a ajuda” da psicanálise para pensar a relação entre

¹⁴ *Elusive*, no original

gênero e política, porém com uma psicanálise que “não é a psicanálise do ego comum nos Estados Unidos dos anos 70, nem a psicanálise das categorias diagnósticas com as etapas do desenvolvimento ou a psicanálise que vai se manifestar em público em contrariedade ao casamento entre pessoas do mesmo sexo como aconteceu na França” (Scott, 2017), possibilidades que ela diz não ter encontrado na teoria da década de 80. Em um de seus artigos mais recentes sobre gênero diz que “[...] de fato, as regulações normativas que estabelecem os papéis de gênero (*gender roles*) são tentativas de tornar a questão impossível de ser questionada” (Scott, 2013, p. 74). Ainda que ela não estabeleça nesse ponto do texto uma relação direta com a psicanálise, pensamos ser de suma importância que as/os psicanalistas trabalhem a teoria e a prática de modo a não se alinharem com esse discurso diante do gênero.

3.5 – Judith Butler: gênero e performatividade

“[...] começamos aqui não porque há uma condição universalmente compartilhada – isso certamente ainda não é o caso” (Butler, 2004b, p. 20).

“Será possível identificar a economia masculinista monolítica e também monológica que atravessa toda a coleção de contextos culturais e históricos em que ocorre a diferença sexual?” (Butler, 1990/2016, p. 37).

Butler (1990/2016) problematiza pontos importantes e tidos como naturais para grande parte do discurso psicanalítico em seu consagrado “Problemas de Gênero”, sobretudo no capítulo intitulado “proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual”. A filósofa questiona algumas certezas tomadas como universais, como, por exemplo, “[...] a invocação performativa de um ‘antes’ não histórico torna-se premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social” (Butler, 1990/2016, p. 20).

O gênero é pensado como uma alternativa interpretativa múltipla da univocidade do sexo. A distinção sexo-gênero aparece em um contexto específico, sobretudo, para questionar as certezas da biologia como destino: “levada a seu limite lógico a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gênero culturalmente construído” (Butler, 1990/2016, p. 26). Logo, não há uma necessária

continuidade entre homens e corpos masculinos, ou entre mulher e corpos femininos. É tido como se a natureza estivesse voltada para o sexo e o social para o gênero, porém Butler nos deixa claro que há certa indecidibilidade acerca do gênero, por isso ele não estaria em par correlato com a cultura, logo o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza. Ainda assim, veremos essa equivalência explorada à exaustão pela maior parte do discurso psicanalítico. Essa proposta tem sido compreendida erroneamente por diversos psicanalistas que, em uma busca purista e frenética dos conceitos psicanalíticos, apresentam-se como obstáculos entre as possíveis discussões com essa teoria.

A ideia de sexo como próprio da natureza também é algo questionado pela autora, que nos interroga se há uma história sobre o sexo. É ele natural? Anatômico? Cromossômico? Hormonal? O que o define e, principalmente, quem o define?¹⁵ Butler ressalta que pensar o sexo como produto de uma ordem politicamente neutra, sobre a qual haveria uma espécie de ação cultural, é precisamente o que lhe assegura um caráter pré-discursivo e incontestável. Veremos como, na psicanálise lacaniana, essa discussão recai na discussão sobre o Real e o real do corpo, instâncias que não coincidem, apesar da insistência de muitos psicanalistas nesta falsa equivalência. Tal construção, justamente, assegura sua estabilidade e sua estrutura interna que reforça o modelo binário “como ponto de partida de uma teoria social do gênero, entretanto, a concepção universal da pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente construídos, em contextos especificáveis” (Butler, 1990/2016, p. 32).

Butler propõe que “a auto justificação de uma lei repressiva ou subordinadora quase sempre se baseia no histórico de como as coisas eram antes do advento da lei” (1990/2016, p. 72), e tal construção apresenta-se como uma narrativa unilinear “que culmina na constituição da lei e desse modo a justifica” (1990/2016, p. 72). Esse ponto remete-nos a uma série de construções e hipóteses freudianas, sobretudo as encontradas em “Totem e Tabu”, que possuem um desdobramento importante para teoria psicanalítica. Ainda, Butler questiona que a história das origens é um jogo de poder que gera uma produção discursiva astuciosa de modo a parecer que a construção da lei é uma inevitabilidade histórica.

¹⁵ Ver também Preciado (2014).

No que se refere ao estruturalismo de Lévi-Strauss, pondera que, se sua hipótese fosse correta, “seria possível mapear a transformação do sexo em gênero, localizando o mecanismo cultural estável – as regras de intercâmbio do parentesco” (Butler, 1990/2016, p. 74). Tal visão corroboraria o ponto de que o sexo viria antes da lei, por ser tomado em uma dimensão cultural e politicamente indeterminada. Lévi-Strauss (1956) crê que tanto o ato incestuoso do filho com a mãe (lógica heterossexual) quanto a fantasia incestuosa instalam-se como verdades culturais universais. Butler, muito precisamente, aponta que nessa perspectiva, fundadora do estruturalismo, a naturalização da heterossexualidade não é algo explicado, mas presumida a todo momento, algo que também aparece de forma menos desenvolvida já no texto de Rubin (1975/2017). Afinal, o tabu produz a heterossexualidade exogâmica, a qual Lévi-Strauss compreende como obra ou realização artificial de uma heterossexualidade não incestuosa, obtida mediante a proibição de uma sexualidade mais natural e irrestrita (hipótese partilhada por Freud, 1905). Ainda, a autora entende que tais construções acabam promovendo uma naturalização e uma erotização do incesto, constatação interessante que aborda essa ideia de erotização do incesto como passível de questionamento.

Em sua conferência no I Seminário *Queer*, Butler (2015) diz para se pensar na performatividade de gênero primeiro como “atribuição de gênero”, pois a escolha é algo que vem depois no processo da performatividade. A filósofa é bastante firme ao dizer que não se trata de transcender todas as normas, mas produzir uma fresta nas normas coercitivas que permeiam a vida generificada [*gendered life*]. Suspende os julgamentos sobre *gendered enactment*¹⁶ serve precisamente para produzir um modo de viver que seja mais vivível. Butler destaca o caráter processual do gênero, que é sempre construído pelos jogos de poder, no e pelo discurso.

Quando fala do gênero nesse momento inicial de sua obra, Butler o pensa como performativo. Para Butler (1990/2016, 1993) o gênero não existe como um dado prévio, ele é performatizado, pois as normas de gênero são esvaziadas de um fundamento natural. A proposta da filósofa em desfazer o gênero é justamente para mostrar que ele não é uma identidade. O gênero é repetição. É repetição em diferença das normas de gênero, pois as normas são sempre repetidas, justamente, por não terem um fundamento

¹⁶ Optei por deixar os termos no original, especialmente o segundo, pois não sinto que haja uma tradução adequada.

em si; elas demandam repetição para adquirirem “materialidade”, ao mesmo tempo em que comportam possibilidades de transgressão. A materialização das normas também está ligada ao discurso.

Butler (1993) responde algumas críticas feitas à concepção de performatividade de gênero, muitas das quais confundiam performance com performatividade entendendo que cada um escolheria seu gênero e que ele poderia ser (des)feito diariamente. Não se trata disso, pois para a autora o gênero não é um papel que se escolhe, pois isso implicaria *um alguém* que precede o gênero. O gênero não é para Butler uma construção cultural, pois o mecanismo o que o define, ou o forma, não é claro ou preciso, nesse sentido Butler se afasta de algumas feministas que entendem que o complexo de Édipo freudiano seria um agente de estabilização do gênero (Rubin, 1975/2017).

Em entrevista concedida a Patrícia Porchat, quando questionada sobre sua interlocução com a psicanálise, Butler diz que a psicanálise estava mais presente em seus primeiros escritos (Knudsen, 2010). De todo modo, a filósofa reafirma a importância da prática psicanalítica e lamenta a ausência de diálogo da psicanálise com as teorias culturais, por exemplo. Além disso, Butler se diz preocupada com a resistência à psicanálise por parte dos movimentos sociais e aqui se refere ao movimento LGBTTIQ. Diz Butler:

Preocupa-me o fato de que tantas pessoas nesses movimentos resistam à psicanálise, que julguem que a psicanálise não é mais do que regulação social, normalização. E por outro lado os psicanalistas resistem de verdade a isso, acham que estão trabalhando numa esfera completamente separável da psique, que esta é autônoma, que segue suas próprias regras, como se o que acontece no interior da transferência fosse algo isolado do que ocorre no mundo exterior. Acho que esse não é um antagonismo necessário, porque a psicanálise pode fornecer uma crítica vigorosa da normalização, uma crítica vigorosa da regulação social, pode nos proporcionar uma teoria da fantasia, pode colocar em questão o corpo natural, pode observar o modo como o poder social toma forma na psique, há várias maneiras de se fazer isso. E acho que os movimentos sociais preocupados com isso podem entender melhor sua própria situação a partir de uma perspectiva psicanalítica. E talvez até desenvolver vocabulários mais complexos para pensar a identidade, ou o desejo, ou a solidariedade, três conceitos essenciais para esses movimentos (Knudsen, 2010, p. 167).

Capítulo 4

4.1 – O que nos dizem os discursos psicanalíticos sobre os estudos de gênero e a “teoria *queer*”?

A proposta que guia este e o próximo capítulo é analisar parte da produção psicanalítica brasileira, especialmente, aquelas revistas que estão indexadas nas bases de dados Scielo e Pepsic, compreendendo o período de 2010 a 2018, e ainda o que foi possível de ser acessado em 2019, para pensar sobre as condições e possibilidades de debate ou não entre a psicanálise e os estudos de gênero e a teoria *queer*. A circunscrição temporal tem a ver com o *boom* de publicações sobre esse tema que começam a aparecer com especial intensidade/interesse psicanalítico a partir de 2010¹⁷. As principais perguntas-guia são: como essa discussão têm aparecido? Quais são os principais argumentos favoráveis e desfavoráveis ao diálogo que estão sendo utilizados pelos psicanalistas? Por fim, após apresentar as ideias dos autores, procederei com uma discussão em cada um desses capítulos.

Na base de pesquisa Scielo, a partir da busca com os termos “Psicanálise e Gênero” foram encontradas 38 ocorrências. Muitos artigos dessa pesquisa não se enquadram no escopo deste trabalho (22 mais especificamente), pois 1) mencionam a psicanálise de modo secundário; 2) não trabalham diretamente com a relação entre estudos de gênero/*queer* e psicanálise, tratam de temáticas como violência de gênero, gêneros literários/discursivos etc... e 3) foram publicados antes de 2010.¹⁸ Após essa filtragem, todos os artigos que se enquadram nos interesses dessa pesquisa foram, ao menos, mencionados.

Além disso, como a incidência de artigos nessa categoria “Psicanálise e Gênero” é muito grande, há muita repetição teórica e/ou análises fílmicas psicanaliticamente embasadas, ou ainda, artigos que trabalham com a análise de livros e autobiografias, como a de João Nery, por exemplo. Optou-se por evitar esses artigos com ideias similares. Para “Psicanálise e *Queer*” há 4 ocorrências, sendo utilizados 3 artigos. Transexualidade apresentou 41 resultados, sendo 7 artigos sobre psicanálise (4 deles anteriores a 2010), a maioria de autoria de Márcia Áran. Destaco também que algumas breves menções são feitas à teoria psicanalítica por autores como Borba (2016), que

¹⁷ Ver também Porchat (2018).

¹⁸ Também há uma quantidade de artigos que não usam a psicologia como referência.

retoma brevemente o gênero nas teorias de Stoller apontando que para a psicanálise a transexualidade seria um desvio da socialização correta. Bento e Pelúcio (2012) comentam sobre a reticência e a desconfiança de muitos psicanalistas em relação às intervenções corporais e a consideração de tais como “mutilações”. Em “transexualismo” há 22 incidências, 7 são psicanalíticas, sendo 4 anteriores a 2010, os demais artigos são referenciados.

Na base de pesquisa Pepsic encontrou-se: 69 artigos em “Psicanálise e Gênero”, sendo 27 de interesse deste estudo, 13 também aparecem no cruzamento com a pesquisa do termo “transexualidade”. Encontrou-se 5 aparições na pesquisa “Psicanálise e *Queer*”, sendo 4 artigos utilizados. A pesquisa do termo “transexualidade” tem 26 ocorrências, 85% dos artigos (22) estão em revistas de psicanálise, número que chamou atenção devido a sua grande expressividade. Desses 22 artigos, pelos mesmos critérios anteriormente supracitados, alguns foram excluídos. Há 13 ocorrências do termo “transexualismo”, 11 em revistas de psicanálise. Excluindo as repetições dos critérios anteriores, todos foram utilizados.

Não vou necessariamente citar todos os artigos encontrados, pois não se trata aqui de uma revisão sistemática da literatura, mas sim de apresentar artigos que representam grupos que utilizam as mesmas chaves de leitura¹⁹. Por exemplo, uma dessas chave de leitura bastante recorrente é a hipótese, por parte de alguns psicanalistas lacanianos, que o conceito de gênero oblitera o registro do real. Diversos outros artigos, além dos citados no corpo dessa dissertação, compartilham essa tese, porém utilizamos apenas alguns. Seguindo essa proposta, os artigos também não serão citados respeitando, necessariamente, uma ordem cronológica, mas sim a proximidade das ideias desenvolvidas por cada autor.

Foram também consultadas outras revistas que não estavam nessas duas bases de dados e outros artigos foram selecionados. Alguns livros foram analisados de modo mais extensivo, a dizer: o primeiro livro sobre psicanálise e gênero na infância, lançado no final de 2018, organizado por Rosa Mariotto, bem como o livro “Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e *queer* no Brasil e na Argentina” organizado por Carla França, Patrícia Porchat e Patrizia Corsetto. Os livros foram utilizados por trazerem

¹⁹ Justamente por não citar todos os artigos digo que não se trata de uma revisão sistemática.

discussões originais e por serem publicações muito atuais que possuem relação direta com a pesquisa.

Destaco, de antemão, que há uma grande concentração das teorizações sobre gênero na psicanálise de orientação lacaniana. Ressalto, também, que a discussão sobre gênero, para a maioria dos autores e autoras, está associada às transidentidades. Por essa razão, o campo lacaniano será mais referenciado. Uma hipótese para essa grande concentração talvez esteja pautada na tentativa de interlocução entre as obras de Lacan e Stoller. Aqui poderia lembrar a citação feita por Lacan (1971) ao psicanalista norte-americano no Seminário 18. Ou ainda, pelo fato de Judith Butler dialogar diretamente com Freud e com Lacan em seus 3 primeiros livros (Butler, 1990/2016; 1993; 1997/2017), momento de sua obra em que a psicanálise é evocada constantemente.

Além disso, a noção de diferença sexual é amplamente utilizada nas produções, essa discussão tem lugar privilegiado no contexto francês de Lacan e de Lévi-Strauss. Seus efeitos perduram até hoje, seja no feminismo, seja na psicanálise. Também, importa realçar que a produção acadêmica em psicanálise, no Brasil, é majoritariamente lacaniana, o que tem efeito para o objeto de estudo.

4.2 – Dissidências sexuais e patologização

A título de situacionalidade histórica, é indispensável recuperar algumas controvérsias e contrassensos no discurso psicanalítico em relação as dissidências sexuais e de gênero. Podemos lembrar as enormes dificuldades e polêmicas da relação entre psicanálise e homossexualidade que surgem desde os primórdios da teoria psicanalítica e persistem até hoje, talvez com menos intensidade, pois o foco parece estar na discussão sobre as transidentidades. De todo modo, historicamente, analistas homossexuais tiveram seu acesso barrado à formação psicanalítica por décadas (Bulamah, 2016), por razões pautadas em usos ideológicos da teoria ou em uma naturalização da heterossexualidade como organização psicosssexual mais organizada. Muitas questões não ficaram perdidas, esquecidas ou guardadas nos porões da história, mas seguiram (re)aparecendo à medida que as lutas sociais conseguiram assegurar direitos, como quando a união estável para casais gays foi permitida na França (PACS). Houve uma série de pronunciamentos de psicanalistas se posicionando de modo contundente e contrário a essa conquista (ver Maya, 2013).

Desde a década de 60, observa-se algumas hipóteses psicanalíticas sobre o que poderíamos hoje dizer ser uma discussão sobre o papel da norma e da heteronormatividade em psicanálise – embora a discussão sobre a homossexualidade não dissesse respeito propriamente ao gênero, implicitamente há uma proximidade. É um prelúdio de um problema crônico no discurso psicanalítico que diz da dificuldade de pensar para além da suposta linearidade do sistema sexo/gênero/desejo (Rubin, 1975/2017; Butler, 1990/2016).

As teorias psicanalíticas, independente da sua pluralidade de correntes, trataram majoritariamente a homossexualidade de modo precário ou patológico por inúmeras vias. A título ilustrativo destacamos: Smirgel (1964/1990) que entende a homossexualidade como uma forma do paciente amarrar um equilíbrio psíquico precário; Green (1999) que aponta para certa inoperância da castração e pensa a homossexualidade como um destino anti-erótico da libido; Nogueira (2005) e Lisondo (2015) que ressaltam a completa negação da diferença entre os sexos, além de fazerem diversas declarações homofóbicas; Zimmerman (2009) que relaciona homossexualidade com uma síndrome que teria diversas causas, empenhando-se em uma busca etiológica; e Melman (2003) que chega a proferir que caso a adoção por casais homossexuais fosse permitida o estado teria que arcar com as consequências no futuro.

A discussão em torno da homossexualidade é muito mais ampla e demandaria um trabalho inteiro²⁰. Minha intenção é apenas sublinhar a importância histórica, no discurso psicanalítico, de uma equivalência entre heterossexualidade, norma e uma teleologia da ideia de saúde. Afinal, o que pode estar em jogo quando alguém é barrado de uma “formação” psicanalítica simplesmente por ser homossexual? Sabemos que isso ainda ocorre em algumas instituições através de perguntas desconcertantes que visam revestir a posição homofóbica do/da psicanalista ou de diversos comentários e “piadas” que geram constrangimentos. Poderíamos perguntar como isso se aplicaria às transidentidades, posto que muitos dos gays que acessam essas formações são gays brancos, casados e de classe média alta (Cunha, 2016a). Será que os pacientes que vivem suas experiências transidentitárias teriam oportunidade de tornarem-se analistas em uma instituição caso fosse seu desejo?

²⁰ O(A) leitor(a) interessado(a) em aprofundar essa discussão pode ver os excelentes trabalhos de: Maya (2013), Ayouch (2015b) e Bulamah (2016).

Aliás, tratando de recuperar fragmentos históricos de teorias generalistas e patologizantes, podemos incluir os trabalhos de André Green (1988, 1999) e de Jean Pontalis (2005) sobre bissexualidade, ambos equivalem a bissexualidade a uma tentativa de apagamento da diferença dos sexos. Green (1988) fará uma equiparação entre a bissexualidade e o que chama de gênero neutro. Em *As cadeias de Eros*, a bissexualidade é pensada de modo generalista, difuso, e levada como sinônimo da recusa da castração. Interessante notar as contradições do autor, que exalta a bissexualidade psíquica e a pensa em termos de potencialidade, mas entende que o Édipo faria um corte regulatório dessa bissexualidade psíquica, de modo que só restaria ao sujeito a possibilidade de fazer uma escolha objetual heterossexual ou homossexual. Ora, tal rigidez teórica (e clínica) só pode levar Green a associar alguém que se entende como bissexual a alguém que não aceita a castração. Para Pontalis, conforme apontam Chnaiderman e Marques de Souza (2015), o bissexual é um assexuado. As autoras questionam as afirmações de Pontalis, perguntando se elas não seriam simplesmente preconceituosas, principalmente quando Pontalis sugere que a bissexualidade seria uma teoria sexual adulta (não infantil) da homossexualidade.

Guignard (2009, p. 27), quando interrogada sobre as possibilidades de transformação da bissexualidade psíquica em identidade de gênero, diz acreditar em uma “evolução e [...] uma ‘consolidação’ da bissexualidade psíquica, que acompanha a instalação serena numa identidade de gênero definitiva”. Apesar de não esclarecer mais detalhes, por evolução a autora faz crer que a bissexualidade psíquica deve ser renunciada como se aportasse a um momento menos estável da identidade de gênero. Será que essa concepção de Guignard não se relacionaria com a crítica feita por Butler (1990/2016) a problemática da bissexualidade em Freud?

4.3 – Quem tem medo de estudos de gênero/teoria *queer*?

Após esse breve percorrido histórico por algumas problemáticas psicanalíticas em relação as dissidências da heteronorma, iniciarei a análise da relação específica da psicanálise com os estudos de gênero e com a teoria *queer*. Começo a análise com o artigo de Vera Pollo Flores (2010) intitulado “A perversão e a teoria *queer*”. Como o título pode sugerir, é feita uma aproximação entre uma estrutura clínica da teoria psicanalítica, a perversão, que tem como mecanismo a denegação, e um engajamento teórico e político, no caso, a teoria *queer*. Por *queer*, a autora entende “Judith Butler”, pois essa é a única teórica supostamente *queer* abarcada na publicação. Para Flores, a

“política feminista denominada teoria *queer*” seria “uma forma contemporânea de laço social que se sustenta privilegiadamente, se não exclusivamente, no mecanismo perverso da *Verleugnung*” (Flores, 2010, p. 132).

Ao longo do texto, a psicanalista argumenta em cima de pontos discutidos por Butler em *Problemas de Gênero*, colocando-se em oposição a diversos de seus questionamentos e mostrando como a teoria do gênero de Butler “[...] localiza o sexo apenas nos registros do imaginário e do simbólico, forcluindo a dimensão de real”. (Flores, 2010, p. 142). Nessa leitura, Butler suporia a anatomia como neutra e apostaria na “crença de um real que se submete plasticamente à linguagem” (Flores, 2010, p. 141). Quando traz Monique Wittig para discussão, Pollo Flores diz que “não existe o impossível nos textos das duas autoras” (Flores, 2010, p.144), logo haveria uma tentativa de apagar o real do corpo e o real do gozo.

Para Miranda (2015, p. 57), há hoje uma “[...] exacerbação do trans que se comprova com a teoria *Queer* entre outras”. Sua compreensão é que o *queer* seria uma “concepção sexual que faz da relação gênero/sexo algo que se pode mudar como se muda de roupa” (Miranda, 2015, p. 57). Ao retomar as fórmulas da sexuação, dirá que o sujeito precisa inscrever-se ou ao lado do gozo fálico (masculino) ou ao lado do gozo não-todo (feminino), logo “não há a possibilidade de um terceiro sexo como pleiteia a teoria *Queer*” (Miranda, 2015, p. 57). O artigo não esclarece a quais autores da teoria *queer* a psicanalista se refere, sobretudo em relação a essa proposta do terceiro sexo. A autora também utiliza a chave de leitura clássica de que “pessoas trans” acreditam conseguir abolir o mal-estar inerente à sexualidade através de uma transformação. Ainda, destaca que “o horror ao pênis que alguns transexuais revelam é, na verdade, horror à ereção, forma de gozar masculina, presentificação do desejo no macho” (Miranda, 2015, p. 57).

Marcus do Rio Teixeira (2016) é outro autor que fala sobre a “teoria do gênero”, referindo-se também apenas à obra de Judith Butler e a um recorte bastante específico de sua obra. Para o psicanalista, “a noção de gênero é apresentada como aquela que permite desvendar a realidade opressora do sexo, que defende as mulheres, os homossexuais e os transexuais da violência” (Teixeira, 2016, p. 69). Por seu entendimento, a “teoria do gênero” situaria a psicanálise como uma adversária, logo, colocada no campo opressor. A teoria de Butler, para o autor, promoveria uma exaltação

das travestis, por exemplo, pois a filósofa entenderia que as identidades sexuais são puramente um jogo de aparências.

“[...] segundo essa lógica, o travesti, que executa uma mascarada da mulher, deve ser considerado uma mulher, tanto quanto um indivíduo com uma anatomia feminina. Na verdade, para Butler, ele deve ser considerado mais legitimamente uma mulher, uma vez que nele a feminilidade seria vivenciada sem o “álibi” da anatomia, em sua essência de pura aparência, como uma paródia” (Teixeira, 2016, p. 73).

Por sua leitura, nada mais justo que perguntar na sequência: “onde ficaria, nessa teoria, o Real?” O real “é totalmente excluído, enquanto real do corpo, uma vez que, como vimos, o sexo anatômico é considerado irrelevante, numa leitura simplista do caráter determinante da linguagem” (Teixeira, 2016, p. 74-75). O real também seria excluído de sua dimensão de impossível, pois a “teoria do gênero” não levaria em conta a dimensão da não-relação sexual. Além disso, “[...] a própria dimensão da alteridade é excluída, pois o Outro enquanto Outro sexo é substituído pelo pequeno outro, o semelhante, o qual se encontra numa posição intercambiável com a do(a) seu(sua) parceiro(a) numa relação especular a/a” (Teixeira, 2016, p. 75)²¹. Mais recentemente, Rio Teixeira (2018) retoma suas ideias que associam o *queer* com o apagamento da diferença sexual e sustenta que o gênero é um conceito estranho à psicanálise. Caso fosse feita uma tentativa de introdução desse conceito no corpus da psicanálise, toda a teoria teria que se adaptar ao gênero. Preocupado com a difusão acadêmica do conceito e com a onda de psicanalistas que pensam uma psicanálise de modo menos endógeno, o autor, em um argumento desesperado diz: “espera-se que os psicanalistas não se deixem intimidar por esses *stalkers* acadêmicos e se mantenham na posição ética do seu discurso” (Rio Teixeira, 2018, p. 69).

Goldenberg (2017, s/p) também discute com a “teoria do gênero”, destacando que o substantivo gênero veio para significar o sexo e que o conceito de gênero “é completamente estranho à psicanálise”. Em sua compreensão, gênero corresponde à oposição masculino x feminino, assim como diz que para Butler o gênero estaria para a cultura como o sexo estaria para a natureza, precisamente o contrário do que a filósofa afirma em *Problemas de Gênero*, quando ressalta a indecidibilidade do gênero para a cultura. Seguindo a esteira de Pollo Flores, Goldenberg diz que, foucaultianamente,

²¹ Sobre essa concepção rasa do autor, o leitor interessado pode consultar a discussão sobre sujeito e alteridade presente em *Relatar a si mesmo* (Butler, 2005/2015)

Butler pensa que não há nada real no sexo e que se trata de construções de determinadas práticas discursivas.

O psicanalista faz algumas ponderações inusitadas, tais como “gênero implica uma análise histórica; a diferença lógica, mal ou bem denominada sexual, não”. Ainda, “a construção sócio-histórica da subjetividade é um campo diferente do analítico, que se ocupa da constituição lógica do sujeito no discurso” (Goldenberg, 2017, s/p). Para ele, a estrutura é desprovida de história e diferentemente de outros marcadores sociais da diferença como classe, raça e gênero, o sexo não estaria marcado pela linguagem. Tal compreensão permite outras afirmações como, por exemplo, que o sujeito da psicanálise, “efeito dos significantes produzidos durante a associação livre, está isento das coerções sociais ou das regras que afetam ao eu do *parlêtre* onde estes efeitos acontecem” (Goldenberg, 2017, s/p). Embora reconheça que há uma dimensão e uma construção histórica da sexualidade, o psicanalista diz que isso “não diz nada sobre a lógica discursiva que se desenvolve nas análises”. É como se a transferência e o trabalho analítico se dessem em uma esfera flutuante afastada e isenta das relações entre sujeição, coerção e poder.

Oliva (2015) também aponta para uma dimensão a-histórica da sexualidade e do registro do real que escapa a qualquer historicização. Para a psicanalista, a teoria de gênero e *queer* nega a dimensão real do sexo e pensa a sexualidade unicamente através de seu efeito coercitivo sobre o sujeito. Afirma que essas teorias deixam de questionar o que é sexo por pensá-lo apenas como um produto discursivo. Ainda, equivocadamente, situa que desde os anos 80 “os posicionamentos feministas apontam para a eliminação da diferença sexual. O significante ‘diferença sexual’ é substituído pelo de gênero, que é uma categoria um tanto neutra” (Oliva, 2015, p. 83). Caberia indagar, de qual feminismo fala a autora?

Alone Gomes (2018) é outra psicanalista que fala explicitamente da teoria *queer* em seu ensaio “diferença anatômica entre o sexo: consequências”. Aqui também “o movimento *queer* é representado pela norte-americana Judith Butler” (Gomes, 2018, p. 37). A psicanalista pretende questionar os “[...] os movimentos da contemporaneidade que visam anular a diferença anatômica, nada querendo saber das suas consequências” (Gomes, 2018, p. 37). Tal anulação inconsequente das diferenças presentificar-se-ia “[...] em países que permitem inscrever sexo neutro em passaportes e documentos

governamentais ou que autorizam a colocação do X no lugar da identificação do sexo, em vez de F para o feminino e o M para o masculino” (Gomes, 2018, p. 37).

Outras manifestações desse apagamento aparecem, segundo a autora, nas discussões propostas pelos estudos de gênero e *queer* “[...] que fala[m] de gêneros plurais ou nas demandas atuais de uma sexualidade constituída fora dos padrões e normas da sociedade” (Gomes, 2018, p. 37). Em seu entendimento os “estudos de gênero e *queer*” recusariam uma sexualidade pautada no modelo homem/mulher, além de proporem “uma transformação social em que o gênero binário deve ceder o lugar às diversas formas de gênero, os gêneros múltiplos” (Gomes, 2018, p. 38). Será que para Gomes a psicanálise seria a guardiã da norma e dos padrões sociais?

Ainda, “o real do corpo confronta o sujeito com o buraco, o ponto de impossibilidade que é o saber sobre o sexo. Isso empurra cada um a assumir a responsabilidade de responder a esse real” (Gomes, 2018, p. 44). A chave de leitura de Gomes é de que a psicanálise não deveria se preocupar com as nomeações (homossexual, transexual, heterossexual) e que o discurso contemporâneo evidencia as dificuldades do encontro do sujeito com o real, o que levaria a “intervenções nos corpos”, isso entendido como intervenções no real do corpo.

Em sua leitura, os discursos provenientes do político (não fica claro o sentido que a autora confere à expressão político) e do social incentivam os sujeitos a abolir a diferença anatômica. Esses discursos teriam um caráter mais próximo da ideologia e “o campo da cultura se apresenta como permitindo qualquer coisa, o semblante e efeitos imaginários entram em cena, e o discurso da moda favorece essa atrapalhação” (Gomes, 2018, p. 45).

Outro autor com concepções bastante “peculiares” acerca da relação entre psicanálise e teorias de gênero é Paul Kardous. Para o psicanalista, é importante esclarecer alguns mal-entendidos por parte dos estudos de gênero, especialmente, em relação aos conceitos de diferença e falo que geraram muitas dificuldades entre esses campos. Em um argumento um tanto generalista, Kardous (2018, p. 128) diz que

“Judith Butler e Camille Paglia usando o referencial de Michel Foucault e aplicando à psicanálise, deduzem erroneamente que a psicanálise afirma que o falo é o significante do poder e que reforça a ideia de que a normatização heterossexual está a serviço da dominação do masculino sobre a feminilidade [...] a identidade de gênero, definida pelos estudos de gênero, são nomeações da

linguagem para tentar regular, estabilizar e garantir uma nomeação que tenha a proporção exata às exigências sexuais naquele momento da vida da pessoa. Tal nomeação seria a cristalização, no imaginário, de um significado que a pessoa pôde conferir a si mesma acerca da sua identidade de gênero. Ou seja, uma tentativa de igualar o significante de gênero ao significado e, com isso, apagando a diferença simbólica entre os dois” (Kardous, 2018, p. 130)

Novamente, ao falar sobre os “estudos de gênero”, Kardous conclui que “de modo geral, defende-se e reivindica-se com frequência que só há diferenças em detrimento do universal do falo só considerando as diferenças de significados, ou seja, diferenças imaginárias” (Kardous, 2018, p. 130). Destaca-se a confusão e a imprecisão conceitual de várias de suas propostas, tais como: a confusão entre dominação masculina e masculinidade, aquela que toma a identidade de gênero como puramente imaginária e a vincula com uma escolha livre do sujeito, além de supor que “identidade de gênero” é um conceito definido pelos estudos de gênero e não por um psicanalista.

Ainda mais confusa é a conclusão de Kardous que diz: “[...] apoiando-se na forma que se dá ao olhar do Outro – bissexual, homossexual, transexual, travesti, pansexual, homem, mulher, etc. –, o risco é de gerar ainda mais discriminação e, em casos extremos, uma fixação imaginária escópica podendo gerar movimentos de execração do diferente” (Kardous, 2018, p. 130). Apesar de suas preocupações não estaria o autor execrando o diferente?

Julieta Jerusalinsky (2018) coloca que hoje o debate sobre a identidade de gênero está em voga e que tal proposição trata do gênero como um constructo cultural. Isso agiria no sentido de descolar a sexualidade da biologia, o que também encontraria ressonância nas teorizações do próprio Freud acerca da sexualidade, porém “[...] a teoria dos problemas de gênero parte não de um debate com a psicanálise, e sim de um embate, acusando-a, *em todo o seu conjunto de correntes*, de ser biologicista, heteronormativa e patriarcal” (Jerusalinsky, 2018, p. 96, grifo meu). Por teoria dos problemas de gênero a psicanalista também se refere unicamente a Judith Butler (1990/2016).

Assim como nos trabalhos supracitados, a autora crê que a teoria de gênero diria respeito apenas ao registro do imaginário. Ainda, “na teoria do gênero, o termo escolha é tomado como ato de um sujeito sem divisão e, portanto, de um indivíduo que faz da sexualidade um ato performativo. Em psicanálise, o termo escolha é inconsciente” (Jerusalinsky, 2018, p. 96-97). O gênero seria um mero ato de vontade, onde o sujeito

seria autor consciente da sua sexualidade. Essas reflexões levam a psicanalista a apontar um suposto imperativo de não submissão à heterossexualidade compulsória que obrigaria adolescentes a provarem tudo, o que poderia gerar danos e sofrimento psíquico.

Da discussão sobre o imaginário e o gênero como pura vontade, Jerusalinsky parte para discutir sobre o termo trans e falar sobre as transidentidades. Para ela, o discurso da atualidade fomentaria uma ilusão de que é possível resolver o mal-estar sexual “alinhando o organismo à identificação sexual” (Jerusalinsky, 2018, p. 111). Ao utilizar a expressão trans diz que tal prefixo “implica não arcar com o preço de fixar-se em lugar nenhum, se somos trans podemos potencialmente tudo, e, assim, não perdemos nada em nossa escolha” (Jerusalinsky, 2018, p. 113).

Algumas ideias desenvolvidas por Jerusalinsky (2018) aproximam-se das de Lombardi (2015), que também entende que, para os estudos de gênero, a escolha do gênero seria deliberada. Porém, o segundo acrescenta que essa “escolha” atenderia a uma demanda capitalista, pois “[...] é verdade que o discurso capitalista mudou as coisas, que a forclusão da castração atrai respostas em que a singularidade se resolve em agrupamentos anônimos de autogerados que encontram uma defesa em sua 'luta para a igualdade plena' no 'coletivo da diversidade sexual' (Lombardi, 2015, p. 104). O autor associa a expressão “escolha do gênero” aos estudos de gênero e aproxima-os dos conceitos de “*narcinismo*” de Soler e de perversão em Freud e Lacan.

Autores como Silva e Santos (2017) comentam brevemente sobre a relação da psicanálise com as teorias de gênero sempre ter sido conturbada, enquanto Simões e Gonçalves (2018) tentam mostrar pontos de encontro e desencontro entre psicanálise e teoria *queer*, reconhecendo a escassez de trabalhos que se propõem a trabalhar essa relação. Porém, em ambos os artigos vemos um subaproveitamento do que essas teorias [*queer*] dizem e notamos uma postura predominantemente defensiva dos aportes psicanalíticos. Os últimos incorrem na mesma chave de leitura de diversos autores citados anteriormente: redução da teoria *queer* a algumas proposições de Butler, sublinham a redução feita pela teoria *queer* em relação aos ensinamentos de Lacan, utilizam expressões como “transexualista” de forma acrítica. Ainda, reproduzem argumentos clássicos e pouco criativos da teoria psicanalítica, para os autores a “[...] divisão entre o gênero e os atributos sexuais seria a base para uma expressão bastante comum, em se tratando do fenômeno transexual e suas apreensões imaginárias: uma

mente feminina em um corpo masculino ou o contrário” (Simões & Gonçalves, 2018, p. 19). Apesar da argumentação refinada no que tange a sexuação, a sensação é a de se deixar interpelar pela teoria *queer* não gera inflexões, apenas busca-se outras formas de reiterar o que foi dito.

4.4 – Gênero e Transidentidades

Se as discussões sobre gênero têm aparecido com cada vez mais frequência na literatura psicanalítica, parte dela está soldada nas discussões sobre as transidentidades. A enorme concentração de artigos sobre o assunto em revistas de psicanálise, conforme apontei anteriormente, parece informar sobre certo fascínio dos/das psicanalistas em relação ao tema. Mostraremos aqui diversas compreensões sobre as transidentidades presentes nas publicações encontradas na revisão, as quais as definem como confusões de gênero, ou inadequação entre corpo e gênero, indo até afirmações clássicas e generalizantes de enquadre das transidentidades em algumas estruturas clínicas.

Começo retomando o recente trabalho de Mariotto (2018) que faz um apanhado histórico das discussões sobre gênero, enfocando a questão da transexualidade e suas progressivas modificações no Manual dos Transtornos Mentais (DSM). Na sua visão, para a psicanálise toda sexualidade é um transtorno que deixaria o sujeito disfórico (fazendo alusão à expressão “disforia de gênero”), pois há “um mal-estar diante de um impossível de correspondência entre sexo, gênero e sexualidade, aqui entendidos enquanto situados no registro do Real, Imaginário e Simbólico respectivamente” (Mariotto, 2018, p. 28).

A autora opõe o gênero, imaginário, que diz respeito à subjetividade que é historicamente e socialmente construída, à identificação “que é resultante de operações inconscientes que atribuem ao sujeito um lugar sexuado no discurso, qualquer que ele seja” (Mariotto, 2018, p. 31).

Seguindo com o trabalho de Westphal (2015) que, consoante ao discurso psicanalítico hegemônico, aponta para uma inadequação do corpo ao sexo ou do corpo ao gênero. Para a autora, o “transexualismo” apontaria sempre para uma convicção inicial e precoce para o sentimento de sentir-se uma mulher (não há especificações sobre homens trans). Destaca que “os transexuais evocam uma disforia entre o gênero original que legitima todos os esforços para obter as transformações corporais. O

travestimento não é suficiente, a roupa deve vestir um corpo de mulher” (Westphal, 2015, p. 14).

Autores como Graña (2010, s/p) são ainda mais categóricos quando dizem que a "confusão" de gênero pode ser efeito de perturbações familiares ou de "uma lacuna na identidade sexual do pai ou da mãe (ou dos dois) ou nas gerações passadas da família pode contribuir para o desejo da menina de ser e se vestir como um guri". Para o psicanalista, "é importante dar liberdade para a criança escolher suas roupas e brinquedos. Porém, quando há compulsão por algo do sexo oposto, há transtorno, que pode afetar áreas do desenvolvimento e trazer dificuldade de interação social".

Hipóteses similares às levantadas por Graña também podem ser encontradas em Ceccarelli (2008, 2013), para quem a transexualidade é como uma solução psíquica que diz de uma mudança puramente aparente das insígnias de gênero de um sexo pela aparência do outro. Ao referir-se à dinâmica familiar de uma “pessoa trans” o psicanalista conclui que

“no caso da criança, futuro transexual, a possibilidade de elaboração do luto da ‘criança imaginada’ é inexistente: antes de sua vinda ao mundo, no inconsciente daqueles que a acolhem, o lugar, o sexo e sexuação da criança já foram, de certa forma, estabelecidos. A criança ‘destinada’ a tornar-se transexual não conseguiria tomar posse, habitar - no sentido freudiano de *Besetzung*: ocupar, investir - seu corpo anatômico” (Ceccarelli, 2008, p. 61).

O autor compara as cirurgias realizadas por pacientes trans a uma mudança de fachada, onde apenas o exterior é modificado. Esse ponto é retomado em Ceccarelli (2014)²² quando é feita uma associação entre a “verdade do sexo” e os cromossomos, logo os transexuais não mudariam de sexo, pois a intervenção cirúrgica mexe apenas na morfologia. Seria esse recurso aos cromossomos mais uma roupagem que diz do real, aquilo que se apresenta como verdade última?

Além da questão relativa à dinâmica familiar, Ceccarelli (2008, 2013) propõe que todo transexual vive seu corpo como um inquilino, e que as informações libidinais não se convertem em zonas erógenas, o que o leva a associar tais experiências ao conceito de narcisismo negativo de André Green. As transidentidades são descritas de modo pouco especificado, como se “o sujeito transexual” sempre sentisse que nasceu no corpo errado e fosse “inflexível” em sua exigência de adequação ao outro sexo (Ceccarelli, 2014, p. 54).

²² Esse argumento é o mesmo utilizado por Chiland (2005)

Apesar dos alertas de que “o que não se tem ouvidos para escuta não aparece na clínica” (Lopes, 2017, p. 111) e de que a maioria das abordagens psicanalíticas em relação às transidentidades causaram perplexidade – bem como de enunciar a intenção de se lançar em uma empreitada menos patologizante –, Lopes também incorre em uma aposta teórica que pensa as transidentidades por uma via deficitária. Inspirado nas teorizações de Ceccarelli (2013), o autor concorda com a suposição de que “transexuais” tiveram um investimento libidinal que se caracterizaria por um narcisismo negativo, o que provoca uma sensação de rechaço aos órgãos sexuais que os impeliria a “extirpá-lo” (Lopes, 2017, p. 111).

Próximo aos argumentos generalistas, encontramos o de Rinaldi (2011, p. 445), que taxativamente diz:

“[...] o transexual se transforma na verdadeira Mulher – “A mulher que não existe”, como diz Lacan (1972-1973) – no sacrifício de seu próprio corpo. Sua reivindicação cirúrgica visa realizar o Outro completo, pela extirpação da marca do sexo, diferentemente da posição em que se encontram o homossexual e o travesti, que exigem a permanência do órgão por este estar investido de valor significante. Tanto o homossexual quanto o travesti gozam de seu órgão, ao contrário dos transexuais que destituem o órgão de qualquer atribuição fálica, tendo horror e repugnância pelo seu pênis. Enquanto os neuróticos ficam siderados pela dúvida “sou um homem ou sou uma mulher?”, por conta de sua reivindicação fálica, o transexual masculino não se coloca esta dúvida, nem ao menos chega a formular “O que é uma mulher?”, já que é exatamente o que ele quer ser. Prisioneiros do real de sua anatomia sexual excluem-se dessa vacilação imaginária”.

Maria Cristina Antunes (2016) propõe uma distinção entre o que entende ser “a clínica do transexual” e “o discurso sobre o transexualismo” (Antunes, 2016, p. 43). O discurso sobre o transexualismo se “constitui a partir dos formadores de opinião a respeito do tema do transexualismo, ou seja, médicos (psiquiatras, endócrinos, cirurgiões), psicanalistas e psicólogos” (Antunes, 2016, p. 43).

A proposta de seu trabalho é refletir sobre o apagamento da diferença sexual na dita cultura contemporânea (chave de leitura também utilizada por diversos autores supracitados). A autora entende que “parece haver um novo gosto na cultura contemporânea que, em nome da liberdade e dos direitos do indivíduo, rejeita a diferença sexual” (Antunes, 2016, p. 43). A diferença sexual em psicanálise é sustentada pelo argumento do falo. A clínica “do paciente transexual” seria uma espécie de ramo

da psicanálise aplicada, pois esses sujeitos não procuram análise de forma espontânea ou não apresentariam demanda.

Antunes (2016) finaliza seu escrito apontando que o que está em jogo na transexualidade “é a ilusão de eliminação do real” (p. 61) e vai ainda mais longe: “a partir desse desmentido, opera-se progressivamente, a passagem do transexualismo do campo da psicopatologia (século XIX) ao campo dos direitos humanos (século XXI)” (Antunes, 2016, p. 61).

Esse argumento também se aproxima dos de Pollo (2016) e Marques, Lavinias e Muller (2018). Para a primeira compete ao psicanalista:

"diferenciar entre o transexual que deseja se fazer operar porque seu corpo não está de acordo com o ‘mais íntimo sentimento de si’, segundo a expressão de Stoller (1982), e o transexual que se considera provido de órgãos masculinos e femininos, ou seja, que se posiciona do lado de fora da partilha dos sexos" (Pollo, 2016, p. 186)

Já os outros autores entendem que há uma proposta de “atrelar corpo e gênero” por parte do discurso médico, “prometendo um encontro harmônico do sujeito com seu sexo”, alertam que “na sexualidade há um real em jogo que não é simbolizado, permanecendo indizível” (Marques, Lavinias & Muller, 2018, p. 135). Há uma presunção de ingenuidade em relação ao discurso médico que positivaria de modo otimista toda e qualquer demanda por intervenções corporais, restando a somente psicanálise o lugar de cautela e escuta.

Seguindo nessa esteira, encontramos reverberações dessas ideias também em Coutinho Jorge e Travassos (2017) que escreveram sobre “a epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?” Para os autores, esse “raro quadro psiquiátrico tem agora presença espetacular na mídia” (Coutinho Jorge e Travassos, 2017, p. 308). Questionam o “que ocorreu para que, atualmente, nascer com a alma feminina num corpo masculino (e vice-versa) *seja reconhecido em todo o mundo* como uma condição que deve receber da medicina total apoio e incentivo visando a mudança da anatomia corporal?” (Coutinho Jorge e Travassos, 2017, p. 308, grifo meu).

A linha argumentativa adotada pelos autores deduz, igualmente, que o discurso médico é totalmente acrítico e estaria a serviço de uma economia neoliberal, pois não questionaria a verdadeira demanda dos pacientes, apenas oferecendo soluções provisórias e rápidas. Os psicanalistas mostram-se surpresos com essa oferta não questionada por parte do discurso médico “[...] que oferece como numa linha de

montagem a escolha do gênero e suas insígnias tal qual uma esteira de produção industrial, sendo o objeto de consumo o corpo” (Coutinho Jorge e Travassos, 2017, p. 311).

Em outro trabalho, Travassos e Coutinho Jorge (2018a) reforçam suas preocupações com a “destransição”, termo que explicam referir-se a pacientes transexuais que fizeram a transição e depois retornaram ao sexo biológico por arrependimento. Assim como em outros trabalhos, os autores não complexificam nem explicitam o que, de fato, entendem por “destransição”, apenas usam como referência um documentário. Nota-se pela argumentação sensacionalista uma preocupação com o real do corpo e com a forma rápida como o discurso médico oferece a possibilidade de alterações corporais para as pessoas que as solicitem. Para os psicanalistas “não há fuga daquilo que o real do corpo impõe”, logo “mudar de sexo tratar-se-ia, então, de um engano uma vez que o que está geneticamente marcado no corpo não pode ser modificado; *o real é irreversível!*” (Coutinho Jorge e Travassos, 2018a, p. 304, grifo meu)²³. O “corpo é in-corporação significativa, portanto o único bisturi que opera em seu registro real é a letra. O que vela o resto é semblante” (Coutinho Jorge e Travassos, 2018, p. 305).

Para Travassos e Coutinho Jorge (2018a) nas transidentidades haveria uma redução do ser homem e do ser mulher às “insígnias corporais”. Para eles, “a escuta do dito transexual revela que sua questão está na superfície que serve de anteparo para a imagem e não necessariamente se reduz ao pênis ou à vagina. O enunciado ‘nasci no corpo errado’ é absolutamente distinto de ‘nasci no sexo errado’” (Coutinho Jorge e Travassos, 2018, p. 305).

Ainda, para os autores a diferença sexual anatômica seria enigmática, como um fato biológico dado, o sexo é o real imposto pelo corte e que se revela como impossível de ser simbolizado. Assim como Goldenberg (2017), pensam o gênero pela oposição binária masculino/feminino, e dizem que “nos casos extremos temos pessoas agênero e *genderfuckers*, pessoas que intencionalmente tentam expressar-se de forma subversiva e *imprecisa* em relação aos gêneros tradicionais” (Coutinho Jorge e Travassos, 2018a, p.

²³ Endereço-me brevemente à clínica, lembro do relato de uma mulher trans que me falava explicitamente sobre o uso do termo “destransição”. Criticando-o, dizia que estava em transição e que seu corpo era transição. Relatou diversos debates sobre essa questão em um coletivo que fazia parte e que tanto ela quanto outros membros do grupo compartilhavam a ideia de que: “evocar esse fantasma da destransição por arrependimento é só mais uma estratégia de seguirem nos patologizando, nos invisibilizando e nos tratando como pessoas imaturas” (sic).

47, grifo meu). O gênero está relacionado ao papel social vinculado ao sexo, logo o gênero masculino deve linearmente se ligar ao macho e vice-versa (Coutinho Jorge e Travassos, 2018a). Remeto, brevemente, ao texto de Daniela Andrade (2018), onde a autora comenta a entrevista dada pelos psicanalistas, mostrando que a realidade de uma pessoa trans que depende do SUS, por exemplo, para realizar procedimentos cirúrgicos é muito mais complicada e lenta do que Coutinho Jorge e Travassos (2018b) alertam.

Caldas Teixeira (2012), sintetiza muitos dos pontos apresentados até aqui, quando aproxima o que chama de “transgêneros” de uma total liberação da determinação natural, onde o sujeito não “[...] está mais obrigado a se conformar à anatomia, a esse dado essencial da natureza humana que, desde o nascimento, distribuía a gente entre o lado homem e o lado mulher da diferença dos sexos” (Caldas Teixeira, 2012, p. 44). Nota-se que ao longo de suas pesquisas há uso reiterado dos termos “transexualismo” e “transexualista”, ambos já em desuso na época de publicação devido ao histórico de preconceito e violência, mesmo termo empregado por Simões e Gonçalves (2018). Além disso, a expressão “transexualista” remete às concepções de Henry Frignet (2002) que não são em nenhum momento problematizadas. Essas colocações serão examinadas criticamente ao fim deste capítulo.

Argentieri (2009) é uma das poucas autoras que traz um recorte clínico para falar sobre transidentidades. Primeiramente, para a psicanalista, seria importante analisar se as circunstâncias psicossociais favoreceriam a transexualidade enquanto organização defensiva. A autora questiona se houve “um aumento dessa patologia ou se simplesmente ela veio à tona” (Argentieri, 2009, p. 168), e defende que a tarefa da psicanálise e do psicanalista seria a de recuperar sua autonomia teórico-clínica e manter-se “distante da confusão e da chantagem das ideologias” (Argentieri, 2009, p. 168). A psicanalista apresenta dois recortes clínicos e diz de um paciente que

“gradativamente, tenho a impressão de uma pessoa sensível, inteligente, levemente melancólica – em outras palavras, um neurótico médio, que poderia se beneficiar de uma análise, *a não ser pelo núcleo relativo à sua identidade de gênero, cuja resistência é a de uma parede de rocha dura*” (Argentieri, 2009, p. 170, grifo meu).

Nesse caso, trata-se de um homem trans e, para a autora, à medida que a análise prosseguisse ele teria de se haver “inevitavelmente com a impossibilidade de se tornar um homem de verdade, e, por outro lado, com a irreparabilidade da *destruição* que perpetrou em seu corpo de mulher, com sua própria cumplicidade; e, especialmente,

com a renúncia definitiva a ter filhos” (Argentieri, 2009, p. 171, grifo meu). Aqui também destacamos que há uma teoria sobre o que se espera de uma mulher, podemos pinçar esses elementos a partir da descrição contratransferencial de cunho moral: impossibilidade de se tornar homem de verdade e renúncia definitiva de ter filhos.

Segundo a autora às transidentidades seriam uma “pseudoidentidade” impossível de ser realizada, o “transexualismo só fornece a solução desesperada e extrema de sacrificar a sexualidade com a parte do corpo que a representa” (Argentieri, 2009, p. 173). Teoricamente, sua compreensão é de que

“a teimosa obstinação de buscar uma solução no nível biológico é sintoma da falta de acesso ao simbólico, enraizado numa área pré-simbólica de separação incompleta entre self e não-self. Minha resposta às questões iniciais, portanto, é que precisamos continuar fazendo uma distinção entre travestismo e transexualismo, e que ambos devam ser considerados, ao menos teoricamente, como perversões” (Argentieri, 2009, p. 174).

Para encerrar essa sessão, remetemos a Souto et al (2016), onde aparecem diversos dos pontos expostos aqui. Os autores também trabalham com a hipótese de um preenchimento da falta através de intervenções no real do corpo, de modo que “o transexual” buscaria uma espécie de completude através das intervenções cirúrgicas. A problemática do discurso médico é abordada

“[...] a realidade vivida pela possibilidade de se submeter à cirurgia de redesignação evidencia um sintoma contemporâneo ao trazer medidas paliativas de solução para o mal-estar transexual. Apoiados na prerrogativa de que o sujeito está convicto de que é prisioneiro num corpo que não condiz com seu ser, a medicina, em seus avanços, contribui com uma resposta do ‘você pode trocar de sexo’ e o sujeito é compelido a um desejo muito enérgico de passar, por todos os meios, para o outro sexo” (Souto et al, 2016, p. 202).

No contrassenso de suas próprias ideias acerca do papel da psicanálise, que deve se ocupar de uma escuta singular do sujeito, os autores alertam para os perigos e as não garantias das cirurgias em pacientes trans, “há que se pensar, portanto, no lugar ocupado pelo transexual em sua escolha pela cirurgia de redesignação sexual, e a que esta vem a servir enquanto possível solução para o sujeito em sofrimento” (Souto et al, 2016, p. 203)²⁴. Como aparece em diversos artigos revisados nesse capítulo, há certa solda no

²⁴ Esse tipo de “alerta” em relação às cirurgias não são raros na psicanálise. Coutinho Jorge e Travassos (2018b, dezembro) protagonizaram outra polêmica em relação ao tema, ao darem uma entrevista para o Estadão advertindo sobre os riscos de intervenções corporais. Para uma resposta crítica e interessante a fala dos psicanalistas ver Beatriz Bagagli (2018).

discurso psicanalítico entre cirurgia “no real do corpo” e fim do mal-estar. Embora alguns autores reconheçam que não há garantias nesses procedimentos, fica uma ideia das cirurgias como um fim imaginário pleiteado pelos “sujeitos trans”. Contudo, essa questão tem aparecido de forma muito mais complexa e diversificada na clínica, o que me faz questionar se, de fato, esses teóricos já tiveram contato com uma pessoa trans ou se simplesmente reproduzem a teoria psicanalítica herdada na expectativa de lançar alguma contribuição, visto que há uma “epidemia” de produções psicanalíticas acerca dessa temática, como destaquei após consultar as principais bases de dado.

O que se intenta fazer é buscar uma posição não generalista, situada, crítica, e que leve não só a clínica em consideração, mas também as discussões da arena social que, conforme entendo, são indissociadas da prática psicanalítica. Muitos artigos supracitados buscam fórmulas simples para dar conta de problemas complexos. Retomo Coutinho Jorge e Travassos (2017), por entender que há questões importantes que são ignoradas como, por exemplo, a cisnormatividade jamais ser questionada nessas teorias. A discussão desses autores, mas não só deles, parece ir no sentido de procurar uma verdade do sexo, suas argumentações levam a crer que eles acreditam em um “verdadeiro sexo”, e quando tentam desatrelar as experiências do biológico caem nessa mesma problemática em relação ao gênero, como se houvesse também um verdadeiro gênero (Birman, 2018).

4.5 – Feminino/masculino, feminilidade/masculinidade: contorcionismos de gênero?

Apresentarei algumas ideias de autores de diferentes escolas psicanalíticas que, do meu ponto de vista, contribuem para a manutenção de um não questionamento acerca da arbitrariedade da relação entre homem/masculino/masculinidade e mulher/feminino/feminilidade, pela forma como a discussão se dá é como se nada dissessem sobre gênero ou como se o conceito de gênero empobrecesse suas potencialidades. A maioria dos artigos mantém certo familismo associado ao triângulo pai-mãe-filho onde cada um teria uma função delimitada ou intuitiva, associando-se ao universo maternal/paternal. Por mais que alguns autores tentem escapar das interpretações mais obnóxias, muitas vezes acabam reificando-as como vemos em: Penot (2009), Guignard (2009), Barison (2010), Costa (2017), Haudenschild (2008, 2009), Oliveira (2017), Wolff (2009, 2018).

No que diz respeito às questões envolvendo a masculinidade, tomo algumas ideias apresentadas por Barison (2010), para quem as questões ligadas à definição de gênero são de grande interesse na psicanálise atual. O autor salienta que a construção da masculinidade não tem recebido o mesmo investimento teórico que a feminilidade. “É importante observar que no movimento psicanalítico os estudiosos das questões de gênero voltaram-se quase que unanimemente a tentar entender o universo da feminilidade” (Barison, 2010, p. 86). A partir de alguns casos clínicos com crianças latentes, Barison destaca a presença do futebol de botão em sua sala de análise, referindo que [...] “a entrada no universo do futebol representa um espaço potencial na masculinização” (Barison, 2010, p. 83). O futebol atuaria como expressão simbólica do processo de tornar-se homem. Para o autor:

“há um momento, com o crescimento do menino, que é *salutar* que a mãe permita que o pai saia com o filho para atividades que sejam reconhecidas como masculinas. Levar o filho ao futebol, quer para assistir, quer para jogar, é requisito geralmente atribuído ao pai. Tanto é que quando eles não agem assim, muitas mães reclamam, questionando uma possível falha da masculinidade do marido” (Barison, 2010, p. 87, grifo meu)

O futebol seria uma forma privilegiada de diferenciar os gêneros. O esporte ainda “favorece tanto na atividade necessária ao fazer, quanto aos modelos de adultos potentes, quanto à *sublimação dos aspectos homossexuais*. Tudo isso colocado com certo incentivo da mídia e aceito na maioria dos lares” (Barison, 2010, p. 98, grifo meu). O jogo com o futebol de botão parece próximo de uma substância como se, de fato, pudesse produzir masculinidade, o autor toma insígnias culturais e as repete, carecendo de uma problematização maior, especialmente quando fala do lugar das mulheres.

Wolff (2009, 2018) defende a ideia de um feminino pré-gênero, ligado a uma dimensão arcaica e não-representada. Em seu entendimento o feminino é “inicial, fundante, e não está ligado ao sexo ou ao gênero. É diferente de feminilidade, que tem a ver com o tornar-se feminina” (Wolff, 2009, p.157). Sua ideia fica confusa, pois toma feminilidade como sinônimo de torna-se feminina.

No artigo de 2018, Wolff dirá que

“não quero falar do feminino apenas enquanto algo da ordem do gênero, nem do feminino enquanto da ordem do materno, nem do feminino como algo pertencente à ordem do ideológico, e sim de um feminino que também está ligado à mulher enquanto um ser com potências que nem sempre são reconhecidas [...]” (Wolff, 2018, p. 496)

Por mais que tente dissociar o feminino do gênero, do sexo, das “ideologias feministas”, a psicanalista traz uma distinção entre feminino, feminilidade e identificação feminina que é basicamente uma discussão de gênero. Ao falar sobre o feminino, retoma as ideias expostas anteriormente acerca do não-representado, da potência, etc... A feminilidade está referida ao processo de “tornar-se mulher e feminina como uma qualidade, constituindo-se em um entrelaçamento entre o biológico e o cultural” (Wolff, 2018. p. 500). Já as identificações femininas são “assentadas sobre várias significações atribuídas pela mãe em sua relação com o bebê” (Wolff, 2018, p.500). Essas ideias também nos lembram o artigo de Lopes (2017) que fala da identificação feminina primária, que seria uma etapa posterior ao feminino primário.

Ao descrever o “feminino na cultura”, Wolff fala sobre o feminismo utilizando como referência um verbete da Wikipédia. Concluirá essa parte do seu escrito falando sobre “ideologia de gênero”, por essa expressão ela entende que:

“a ideologia de gênero ou a ideologia da ausência de gênero, como também ficou conhecida, é a ideia de que a sexualidade humana seja parte de construções sociais e culturais e não um fator biológico. De acordo com esta ideologia, os seres humanos nasceriam neutros e poderiam, ao longo da vida, escolher seu gênero sexual” (Wolff, 2018, p. 502)

Lamenta-se a ausência de qualquer referência teórica nessa parte do artigo, fica difícil compreender o que seriam esses seres humanos que nascem neutros e escolhem o gênero em algum momento da vida. Ao fim de sua reflexão, Wolff (2018) diz que há uma desconsideração da potência feminina na cultura, pois predominariam os estereótipos de submissão da mulher em relação ao homem. Ou seja, a desigualdade de gênero é pensada somente como um estereótipo.

Costa (2017) diz que o conceito de gênero corresponde à masculinidade e à feminilidade e, de certa forma, empobrece essas experiências. Em sua crítica ao gênero, entende que tal conceito limita a singularidade dos comportamentos sexuais. Para o autor, o gênero é “constituído por comportamentos, preferências, interesses e posturas, incluindo a forma de se vestir, andar e falar, histórica e socioculturalmente estabelecidos, configurando a masculinidade e a feminilidade” (Costa, 2017, p. 35). O psicanalista crê que o gênero mantém a binaridade da sexualidade, “cuja linearidade com o sexo anatômico estabelece um padrão de normalidade quando identidade sexual e identidade de gênero são concordantes e um desvio quando são discordantes” (Costa, 2017, p. 35). Alvares (2017) também segue esse caminho, que aliás é o mesmo que

Stoller apontava na década de 70, “embora a masculinidade combine com a qualidade de ser homem e a feminilidade com a qualidade de ser mulher, sexo e gênero não estão diretamente relacionados” (Alvares, 2017, p. 190).

As concepções de função materna e paterna e suas ligações com a construção da feminilidade e da masculinidade são bastante exploradas na literatura psicanalítica. Diversas abordagens, como as de Haudenschild (2008, 2009) e de Oliveira (2017), mantem a lógica do sexo biológico como definidor da capacidade de eficácia dessa função, de modo que, por mais que mencionem brevemente que o pai pode exercer a função materna e vice-versa, sempre voltam para a associação direta entre função e sexo biológico.

4.6 – Discussão

“Há também algo de perverso nas propostas políticas da teoria *queer*”
(Flores, 2010, p. 145).

4.6.1 – Herança Francesa

Antes de discutir sobre as inúmeras questões suscitadas pelos trabalhos revisados nesse capítulo, gostaria de lançar uma hipótese de trabalho que diz respeito às heranças da transmissão psicanalítica. Conforme mencionado, muitos dos artigos são de orientação lacaniana e versam sobre a tríade gênero/*queer*/trans. Há uma constante reiteração direta ou indireta daqueles primeiros autores que se ocuparam do tema dentro do lacanismo, sobre às transidentidades poderíamos destacar 4 autores/as que produziram sobre esse assunto: Marcel Czermak (1986/1991), Catherine Millot (1992), Geneviève Morel (2000) e Henry Frignet (2002).

Retomarei sinteticamente algumas ideias desses autores, pois suponho que suas chaves de leitura ainda são recorrentes nas produções brasileiras atuais. A bibliografia brasileira utilizada é essencialmente francesa. Excetuando autores como Patrícia Porchat, Eduardo Leal e Lucas Bulamah²⁵, não há qualquer referência aos psicanalistas norte-americanos que trabalham na interface da psicanálise com os estudos de gênero/teoria *queer*, desde meados da década de 90. Mesmo as referências argentinas que tem entrada costumam ser as mais canonizadas, autores lacanianos famosos no Brasil e que não discutem gênero (Zuberman, Eidelsztein). Outros autores, como

²⁵ Os trabalhos de tais autores serão revisados no capítulo a seguir.

Facundo Blestcher, começam a ser traduzidos ou ter trabalhos publicados a partir da segunda metade de 2017 e se constituem como exceção²⁶. Também sublinho a importância política do livro de Françaia, Porchat e Corsetto (2018) que traz entrevistas inéditas com um número expressivo de psicanalistas argentinas que vem problematizando a relação entre psicanálise e gênero há mais de 20 anos²⁷. Do lado norte-americano, Jessica Benjamin não tem nenhum trabalho traduzido para o português, Ken Corbett tem apenas um artigo de 1991 traduzido em 2009 pelo Jornal de Psicanálise e Adrienne Harris tem apenas seu *key-paper* do congresso da IPA de 2017 traduzido pela Revista Brasileira de Psicanálise, para citar alguns exemplos. Jessica Benjamin, por exemplo, é uma psicanalista que discute, dentre tantos assuntos, psicanálise e gênero desde a segunda metade dos anos 80 e chama atenção como suas ideias tenham uma circulação tão reduzida no Brasil. Vale destacar seu trabalho sobre “O declínio do Complexo de Édipo” de 1987. Benjamin faz uma análise crítica acerca dos discursos psicanalíticos vigentes que versavam sobre uma suposta queda da autoridade paterna. Diz que a subjetividade da mulher é reiteradamente negada e ela é colocada em um lugar de objeto. A validação e a autonomia seriam projetadas na figura do pai, enquanto amor e aceitação seriam projetados na figura da mãe, reificando um modelo que toma a mulher como sinônimo de fusão e aprisionamento, enquanto o homem é o vetor de autonomia e liberdade (Benjamin, 1987).

Voltando aos cânones lacanianos, Czermak (1991/1986), por exemplo, interpreta que travestis e transexuais não possuem nenhuma diferença. Nesse momento de sua obra a transexualidade (usada no singular) é lida como uma insuficiência da identificação imaginária que demanda uma sanção real. Segundo o autor, a relação que os transexuais têm com os médicos é como se eles (médicos) fossem um todo poderoso sem sexo e as demandas pelas retificações corporais são lidas como um frenesi maníaco e impossível. Afinal, tratar-se-ia de uma “forçagem do real” e de um colapso do corpo que buscaria uma “tradução delirante” (Czermak, 1991/1986, p.96).

Ao falar sobre mulheres trans o autor diz que:

²⁶ Ver Blestcher (2017)

²⁷ Recordo a fala da Profa. Débora Tajer (UBA) que em um congresso sobre Psicanálise e Feminismo realizado na USP em 2017, disse como a psicanálise brasileira ficou com o umbigo apontado para o outro lado do oceano e de costas para os vizinhos argentinos, que se dedicam a pensar a relação entre psicanálise, feminismo e gênero há muito tempo e só agora recebem reconhecimento ou mesmo traduções para o português.

“é necessário dizer que fica subentendido que esta mulher em que o transexual quer se transformar – qualificativo que ele atribui ao que é dotado de beleza, de unidade, de completude, esta genitora universal, este tudo em um – esta mulher apresenta-se como A mulher, ou seja, um dos Nomes-do-Pai, o que nos convence do caráter basicamente psicótico do que estamos tratando” (Czermak, 1991/1986, p.95).

Vale destacar seu postulado acerca da direção da cura:

“se alguns afirmam que melhoraram, as observações relatadas só raramente contam em que consiste este melhorar. A análise ensina-nos suficientemente para desconfiar deste tipo de afirmação: há ‘melhoras’ dolorosamente definidas, das quais a psicose é exemplar para mostra-la cruamente e relembrar-nos o valor do transexualismo schreberiano” (Czermak, 1991/1986, p.96)

Millot (1992) fala da confusão entre pênis (órgão) e falo (significante) no “transexualismo”, pensado como suplência do Nome-do-Pai. A autora utiliza o *lacanês costumeiro* para dizer das pretensões transexuais em querer encarnar *A mulher*, negando que a mulher, segundo Lacan, é Não-Toda. Para Morel “o gênero é um sistema de identificações imaginário e significante, que não esgota a relação do sujeito a seu sexo, e aquele dos outros, pois a relação de cada um ao seu sexo é também real, coisa que o gênero não alcança” (Morel, 2000, p. 141). Frignet (2002) em seu livro, certamente o mais citado entre os lacanianos, propõe a diferença entre transexuais e transexualistas. O transexual soldado à estrutura psicótica e o transexualista “sendo esse fundamentalmente não o resultado de uma história de vida e constituição subjetiva singulares, marcados pela ausência da metáfora paterna, e sim o sintoma de um modo particular de funcionamento social que caracterizaria o mundo contemporâneo” (Cunha, 2016b apud Frignet, 2002). Qual o impacto da utilização acrítica dessas teorias para a prática clínica?

Outro ponto levantado por Millot e que reverbera, pelo menos, em Ceccarelli (2008), Argentieri (2009) e Antunes (2016) diz respeito ao quanto “esses pacientes” (trans) não procuram análise. Interessante é notar que nunca há um questionamento se o problema não poderia estar na forma como os analistas historicamente têm escutado essas questões. Sempre há uma compreensão que age na linha de um “é como se esses pacientes não possuíssem demanda para uma análise” ou que só procurariam análise depois de serem frustrados pelo “saber médico”. Também vale destacar a separação colocada por alguns autores entre psicanálise e saber médico, no sentido de uma soberania da psicanálise que colocar-se-ia apartada de discussões ideológicas e que não

responderia às demandas endereçadas por esses pacientes como o saber médico o faria, ponto que será debatido nesta sessão (Coutinho Jorge & Travassos, 2018).

4.6.2 – A amorfia do *queer* e das teorias de gênero

Todos os artigos que mencionam teorias de gênero ou *queer* falam somente de Judith Butler, exceto Oliva (2015), que também menciona Paul Preciado, e Pollo (2010), que cita brevemente um trabalho de Monique Wittig. Estudos de gênero e Teoria *Queer* são tomados como sinônimos, constituem uma massa amorfa de estudos com pouca ou nenhuma especificação. Diversos autores apenas mencionam “teoria do gênero” ou “*queer*” sem sequer citar um autor que represente tais teorias. Os argumentos expostos dessa maneira visam desqualificar o outro campo teórico, colocando a psicanálise em uma posição de exterioridade ou mesmo de superioridade epistemológica, o que se faz ver pelos argumentos que procuram salientar insuficiências teóricas das obras dos autores, o que se dá com especial frequência com a obra de Judith Butler, que falhariam em compreender os preciosismos teóricos da psicanálise.

A compreensão do que seria o *queer* é muito simplista, encontramos algumas menções em relação a reapropriação política da palavra ou a ideia de que o *queer* visa uma produção neutra do gênero ou a criação de um terceiro sexo. Os autores que mencionam a teoria *queer* não se preocupam em contextualizá-la e pensar nas formas como ela é apropriada e utilizada no Brasil, quais seriam os efeitos e diferenças do “*Queer* nos trópicos”²⁸ e quais seriam os efeitos para a psicanálise brasileira. Para Glória Anzaldúa (2009) é imprescindível considerar as especificidades do que seria o “*queer*”, pois muitas vezes o termo é tomado como lugar onde se misturam diferentes marcadores como classe, gênero e raça, fazendo com que pareçam homogêneos. Para Jota Mombaça (2016, s/p):

“a produção teórica *queer* brasileira deve desafiar, desde as margens, os postulados projetados como verdade pela colonialidade do saber, regime que visa definir – segundo uma hierarquia na qual os saberes do ‘Sul Global’ são necessariamente inscritos por efeitos de subalternidade, ao passo que as produções euroestadunidenses são hiperestimuladas e sobrevalorizadas – o que conta ou não como ‘teoria de ponta’”.

Voltando a questão da posição de externalidade da psicanálise, Perez (2016) sublinha a fabricação discursiva posta em jogo para reforçar o argumento

²⁸ Expressão utilizada pelo Prof. Pedro Paulo Pereira

desqualificatório das teorias de gênero por parte de certo discurso psicanalítico. O autor também comenta o artigo da Rio Teixeira (2016), mencionado anteriormente e diz:

“[...] no caso em análise, a singularização da suposta “teoria de gênero” me parece uma estratégia político-discursiva, relançada por M. do R. Teixeira (2016), para reduzir a complexidade e as disputas teóricas próprias aos campos dos estudos de gênero e *queer* a uma homogeneidade que, embora imaginariamente forjada, facilita o movimento de desqualificação dos argumentos teóricos de estudiosas/os do gênero como J. Butler. O texto é bastante reativo e sua leitura dos argumentos dessa autora, por exemplo, revela, em algumas passagens, equívocos de compreensão. Não me parece haver a intenção de sustentar um diálogo crítico autêntico, nem de aprofundar a compreensão dos argumentos e, conseqüentemente, sua crítica, mas apenas o desdobramento de um *parti pris* [...]” (Perez, 2016, p. 157)

Essa posição de não diálogo e de alçar as teorias de gênero à categoria de intrusas ou de adversárias da psicanálise é politicamente complicada, sobretudo no atual momento de recessos de direitos e de “limpeza ideológica” no Brasil. Os artigos que se mostram preocupados com o futuro das crianças ou que dizem que essa suposta liberdade de gênero poderia provocar confusão parecem se alinhar com um projeto político em curso que visa uma completa normalização da sexualidade e que, sim, pretende apagar as diferenças, as tão preciosas diferenças repetidas incessantemente em muitos dos artigos²⁹. É possível pensar em uma psicanálise sem gênero? Ou eximir-se da necessidade e do impacto dessa discussão para a teoria e para a clínica psicanalítica?

Seguindo na esteira das *diferenças*, outro aspecto importante e notável nos argumentos anteriores, diz respeito à herança psicanalítica que segue pensando às transidentidades como um déficit ou que tomam as empreitadas de ampliação e questionamento do campo normativo das teorias de gênero como apologias ao apagamento da alteridade. Isso pode ser um efeito *après-coup* das teorizações iniciais da psicanálise e do lugar que o gênero ocupa(va) nessas discussões um lugar patológico, algo que rompe com a conformidade normativa e, portanto, necessitava correção. A ideia de “transexualismo” presente em autores como Stoller e Frignet está assentada em uma prerrogativa familista onde o transexual é concebido como órfão de transmissão ou “produto” de algum tipo de desinvestimento. Essas leituras ainda aparecem em algumas das hipóteses desenvolvidas por Ceccarelli (2008, 2013) ou mesmo Coutinho Jorge e

²⁹ Para Zambrano (2019, comunicação pessoal) “atualmente esses argumentos talvez sirvam como alinhamento a uma situação política, mas eles são usados há muito tempo e falam de algo mais amplo: a estrutura patriarcal e a dominação masculina, e o controle da sexualidade, sempre apoiadas na importância dada pela Psicanálise à diferença sexual”.

Travassos (2018a). Entendemos que as raízes e as vicissitudes dessa discussão são bem mais amplas e novamente remontam para um problema crônico de boa parte da psicanálise que é pensar para além da linearidade do sistema sexo/gênero/desejo.

4.6.3 – Obliterações do Real? (ou o Real como obstáculo epistemológico³⁰)

A discussão em torno dos estudos de gênero e da teoria *queer* centram-se, entre os psicanalistas lacanianos, sobretudo na suposta obliteração do real. Os argumentos mais notáveis variam desde o gênero ser algo totalmente imaginário e voluntário até a crítica de uma suposta submissão completa do real à plasticidade da linguagem, intervenções no real do corpo ou ainda que as teorias de gênero propõem a eliminação do real. Nesse sentido, o real aparece próximo daquilo que Bachelard denominou de obstáculo epistemológico. Para Bachelard (1996) os obstáculos epistemológicos produziram um impedimento da possibilidade de avanço do conhecimento, tornando um conhecimento cristalizado e não pensado, a capacidade de conhecer parece estar estagnada. Triska (2016) faz uma excelente e extensa análise bibliográfica para mostrar como há uma chave de leitura usual no discurso psicanalítico que associa acriticamente a contemporaneidade com o declínio da função paterna. Esse tipo de leitura produz um discurso nostálgico do passado e pensa a atualidade por uma via deficitária

“[...] assim, o pai acaba se tornando um obstáculo epistemológico: uma teoria – que pertence a um contexto e nele serve para resolver certos problemas –, quando utilizada para novos problemas, correrá o risco de esconder sua insuficiência atribuindo ao seu novo objeto características negativas. A contemporaneidade, portanto, além de tomada como dado direto e observável, se compreendida apenas a partir da problemática do pai, só poderá produzir a idealização do passado” (Triska, 2016, p. 58).

Qualquer semelhança com o discurso produzido em torno das questões de gênero não é mera coincidência. Guardadas suas devidas proporções, o que na análise de Triska aparece como obstáculo epistemológico em relação ao pai, aparece nas discussões de gênero em relação ao Real. O real é usado como recurso para apoiar o crítico e fazer tropeçar o criticado.

Em muitos artigos analisados o conceito de real é falseado para alertar para os perigos das intervenções “no real do corpo”. Além disso, há uma associação entre o real e anatomia, onde ele, de fato, representaria os órgãos sexuais. Essa leitura aparece

³⁰ Agradeço a Vitor Triska por ter me apresentado esse livro de Bachelard

fixada às transidentidades, onde as supostas modificações no “real do corpo” são, comumente, compreendidas como perigosas, ou mesmo, delirantes.³¹

Goldenberg (2017) aponta para uma noção de sujeito intrinsecamente ligada e produto da transferência, um sujeito que em análise estaria “livre” de coerções sociais e dos efeitos da norma. Para Ambra (2018, p. 82), esse tipo de leitura não encontraria espaço para perguntas como “o sujeito tem gênero? ou a noção de falo é heteronormativa? tais questões “cometeriam um equívoco fundamental, pois ignorariam que a construção conceitual em Psicanálise se submete exclusivamente à primazia da experiência psicanalítica”. Ayouch (2015, p. 71) destaca que há uma série de “representações sociais, culturais, históricas, políticas e subjetivas, que excedem o processo analítico, o acompanham irredutivelmente e podem enchê-lo de imaginarização”.

As discussões propostas pelos autores/autoras que se apoiam no “real do corpo”, expressão nunca utilizada por Lacan, geralmente, apresentam uma confusão e uma imprecisão na compreensão do registro do real que acaba sendo tomado como sinônimo de realidade, tal como podemos ver em Kardous (2019, s/p) “[...] pais que não querem declarar filhos como ‘machos’, especialmente o pai, estão negando a realidade, estão negando o real do corpo dos seus filhos. Isso tem consequência sérias, principalmente vindo do pai [...]”. Para Ambra (2018, p. 84) “desenha-se aí uma poderosa e intocável noção de diferença sexual que não conhece nenhuma exterioridade, dado que extravasa sua pertença nos registros real, simbólico e imaginário, categorias que, à princípio, serviriam para limitar-se mutuamente”. Já Preciado (2018a) diz que a ontologia ótica expressa na associação entre real e visível se afastaria de uma ontologia imaterial, da qual o inconsciente freudiano seria um exemplo.

O argumento envolvendo a evocação do “real do corpo” ou “real da diferença sexual” implicaria, para Ambra (2018), em um “curioso achatamento dos três registros que Lacan buscou insistentemente separar ao longo de sua obra” (p. 84). Os termos consagrados jogariam com uma indistinção entre “1) a percepção imaginária da diferença anatômica entre os sexos; 2) a associação feita por Lacan entre a binariedade

³¹ Exemplos podem ser encontrados em, pelo menos: Westphal (2015), Pollo (2016), Jerusalinsky (2018), Coutinho Jorge e Travassos (2017, 2018a), Travassos e Jorge (2018), Gomes (2018), Kardous (2018), Kondera (2018)

diferencial da linguagem, base do simbólico, e a oposição ‘homem’ e ‘mulher’ e; 3) a diferença irreduzível entre as duas incidências do gozo apresentadas em Mais, ainda” (Ambra, 2018, p. 84).

Contra o argumento do real ser pré-discursivo e não possuir uma estrutura ou história, em seu texto intitulado “Discutindo com o Real” - curiosamente jamais citado por qualquer autor que critique a obliteração do real na teoria de Butler - a estadunidense começará por esclarecer algumas críticas em relação à ideia de performatividade de gênero, complementando sua proposição desenvolvida em *Problemas de Gênero*. “Para poder materializar uma série de efeitos, o discurso deve ser entendido como um conjunto de cadeias complexas e convergentes cujos ‘efeitos’ são vetores do poder” (Butler, 1993, p. 187), logo o discurso é entendido como uma modalidade específica de poder.

Para Butler (1993, 2005/2015) o discurso não é fixo, ao mesmo tempo em que há uma restrição de possibilidades daquilo que figura ou pode figurar no discurso, essas possibilidades são moduladas pelos enquadramentos oferecidos, os quais assentam as contingências de ação dos efeitos discursivos. É importante consideramos que os termos que tornam viáveis o reconhecimento (de si) e geram inteligibilidade estão sempre inscritos em um regime de verdade. As normas não são abstratas, mas dizem respeito ao que é ofertado ao sujeito como possibilidade constitutiva em um momento primordial de assujeitamento. Será somente a partir daí que o reconhecimento poderá se dar ou não, ou seja, esse regime de verdade é que *decide* o que pode ser e pode não ser reconhecível.

Nas palavras da autora, *decidir* “talvez seja uma palavra muito forte, pois o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento” (Butler, 2005/2015, p. 34-35). Assim, “o poder que tem o discurso para materializar seus efeitos é, pois, consonante com o poder que tem para circunscrever a esfera da inteligibilidade” (Butler, 1993, p. 187). Essa breve discussão importa, na medida que muitos discursos sobre o real e críticas feitas a Butler dizem do voluntarismo de sua ideia de performatividade de gênero, justamente por ignorar o “real” ou as normas (Gomes, 2018). Para isso, a filósofa alerta que

“a leitura da ‘performatividade’ como uma decisão voluntária e arbitrária faz perder o ponto que a historicidade do discurso e, em particular, a historicidade das normas (as ‘cadeias de iteração invocadas e dissimuladas no enunciado imperativo) constituem o poder do discurso em fazer realidade/decretar³² o que nomeia” (Butler, 1993, p. 187).

Essa passagem parece responder àqueles que teorizam o gênero como algo que diz respeito somente ao registro do imaginário em contraponto ao sexo (real), no sentido de esclarecer a confusão de que as teorias de gênero não dariam conta da identidade sexual, pois o gênero seria uma vontade consciente do sujeito, ou como uma roupa que se pode mudar e escolher diariamente.

Por fim, quando discute com Žižek sobre o estatuto do conceito de real em suas teorizações, especialmente àquilo que o esloveno chama de “real da lei”, Butler diz que:

“aqui parece que ‘o real da lei’ é a força ameaçadora da lei, a lei por si só, mas não a falta que a lei forçadamente institui, porque a lei não poderia ser compreendida como uma substância, uma vez que a falta será sempre definida como aquela que é e sempre vai ser sub-repticiamente encoberta pela aparência da substância, a falta do ser que produz o desejo de encobrir a lacuna por meio da significação de efeitos que carregam o desejo pela substância que, dentro do campo social, nunca é atingido. A figura da substância, então, aparece fora de lugar aqui, a não ser que nós a consideremos uma figura por incontrovertibilidade especificamente, o status inquestionável da lei, onde a lei é compreendida como a lei da castração (Butler, 1993, p. 201).

Esses são alguns dos questionamentos feitos por Butler de como e quando aquilo que é proveniente do social é atribuído ao registro do real para, então, ser colocado em lugar de indizível. As diferentes compreensões que aparecem ao longo desse capítulo são de um real fixo. Afinal, que tipo de mudança de enquadramento ou de cambio discursivo pode se esperar de um conceito que é tratado por muitos autores como a-histórico?

Será que o pânico de parte do discurso psicanalítico advém do questionamento desse real que, quando reduzido ao corpo, abala as certezas e interroga o estatuto natural do sexo? Parece que as associações apocalípticas e as acusações de abolição do real vêm de uma reação aos questionamentos do caráter dual e natural do sexo em psicanálise. Se para alguns psicanalistas a problematização da naturalidade corpo/sexo ainda causa estranheza, ou mesmo, horror, para algumas teóricas feministas, que realizam trabalhos advindos de áreas como a biologia e a história, tais problematizações não são tão novas

³² *To enact* no original.

assim. Podemos referir dois nomes: Nelly Oudshoorn (1994) e Anne Fausto-Sterling (2000, 2018). Ambas trabalham com a perspectiva que a “naturalidade dos corpos” é, na verdade, um artifício criado e utilizado pelo discurso científico/médico. Mesmo considerando, estritamente, apenas o ponto de vista biológico, a tese de dois sexos opostos e excludentes desintegra-se com uma inspeção mais minuciosa, pois há um cruzamento e um espectro menos linear entre cromossomos, hormônios e genitálias do que se possa crer (Fausto-Sterling, 2000).

Ainda, Fausto-Sterling (2018, s/p) diz que:

“um bebê com cromossomos XX pode nascer com um pênis, e uma pessoa que tem cromossomos XY pode ter uma vagina e assim por diante. Esse tipo de discrepância frustra qualquer plano de atribuir o sexo como homem ou mulher, categoricamente e perpetuamente, apenas olhando para os genitais de um recém-nascido”.

Diferentemente do que argumentam alguns psicanalistas, não se trata de propor uma neutralidade ou um terceiro sexo, mas de poder, ao menos, interrogar as certezas e desconfiar de conceitos que se revestem de certa imutabilidade. Para Júnior (2014, p. 49)

“[...] a busca, ainda hoje, no corpo ou na mente, pela causa daquilo que geraria o ‘verdadeiro’ sexo ou gênero dos sujeitos e a manutenção conceitual de uma biofisiologia que determina o gênero revela menos uma curiosidade científica e mais uma luta pela continuidade das distinções hierárquicas entre os tais Homens e as tais Mulheres (seja lá o que ou quem define onde começa um e acaba o outro)”.

As problemáticas psicanalíticas aqui colocadas lembram-me do trabalho de Haraway (1995) sobre os saberes e as epistemologias situadas. Apesar de fazer apenas uma brevíssima menção à psicanálise, penso que a discussão proposta pela autora oferece possibilidades potentes para o discurso psicanalítico, caso tratasse/reconhecesse sua episteme como situada. Para Haraway (1995, p. 25) “a visão é sempre uma questão de poder ver – e talvez da violência implícita nos nossos modos de visualização”. Toda teoria e todo o olhar são sempre situados e só é possível conhecer a partir de algum lugar, isso se dá a partir de conexões e mediações que fazem certas experiências visíveis e deixam outras invisíveis (Haraway, 1995).

4.6.4 – Trocamos de gênero como trocamos de roupa?

No início desse trabalho e no item anterior expus a compreensão do gênero como um ato deliberado do sujeito, consciente e voluntário, e como tal compreensão atravessa diversas produções psicanalíticas. Somente nos artigos citados a ideia de que “escolhemos” nosso gênero como “escolhemos roupa” aparece, pelo menos, 6 vezes. Aparecem também ideias que indicam que a “teoria de gênero” pensa uma sexualidade fora das normas e que um dos seus riscos é gerar ainda mais preconceito. Nesse sentido, irei esclarecer e mostrar algumas dessas confusões e como elas carecem de amparo teórico.

Na literatura psicanalítica “mais atual” essa discussão é conhecida e vários autores tem desenvolvido ideias que complexificam esses lugares comuns (Layton, 2007, Corbett 2008, 2011; Harris, 2017), trabalhando com a indissociabilidade da relação psíquico/social e interrogando sobre os efeitos da internalização das normas e as possibilidades de subversão/análise das resistências. Corbett (2008, p. 841) diz que “separar o simbólico do social resulta em um conjunto de distinções falsas e impossíveis que perpetuam pressuposições mal fundamentadas e antiquadas sobre parentesco e gênero”. Tanto para o psicanalista quanto para Butler, o gênero está ligado à sujeição, coerções e formas regulatórias que têm efeitos na subjetivação. Butler (2017) aponta para o duplo papel da norma que constitui o sujeito ao mesmo tempo que exerce uma regulação, mas que também oferece possibilidades de subversão, logo “as normas que algumas vezes funcionam em nome da liberdade podem também converter-se em veículos de imperialismo cultural e falta de liberdade” (Butler & Athanasiou, 2017, p. 67). Para Athanasiou (2017), as normas de sexo e de gênero, ao nos anteciparem e nos excederem, são verdadeiras formas de desposseções. Essas perspectivas fazem ver a completa inveracidade de proposições psicanalíticas que a acusam de pensar a sexualidade desligada das normas ou mesmo de querer construir um novo saber sobre o sexo. Não há possibilidade de pensar sexo e gênero que não seja em relação com a norma, portanto, sustentar que a escolha de gênero é voluntária e conscientemente determinada implica em desconhecimento teórico e ingenuidade epistemológica.

Butler já comentava os equívocos interpretativos da ideia de performatividade de gênero desde 1992, quando, em uma entrevista para Liz Kotz, diz que a leitura mais popular de seu livro é aquela baseada na ideia do gênero ser algo escolhido no guarda-roupa diariamente. De acordo com Butler, essa leitura é uma “mercantilização do

gênero” que o toma como algo a ser “consumido” (Kotz, 1992, p. 83). O que está em jogo na proposta da performatividade diz das condições de surgimento do sujeito generificado, onde o gênero não é uma escolha radical nem voluntarista, há uma pequena parcela de liberdade colocada por essa indecidibilidade do gênero. A performatividade de gênero “[...] não tem a ver com estilo. Performatividade tem a ver com repetição, muitas vezes com uma repetição opressiva e dolorosa das normas de gênero para forçá-la a ressignificar” (Kotz, 1992, p. 84).

O que permanece importante para Butler ao longo de sua obra é perguntar: o que fazemos com as normas que nos fazem? Nós nos tornamos sujeitos mediante uma força que regula o gênero e, portanto, somos afetados pelos termos que o designam. Desde as inscrições prévias à linguagem, o gênero e as normas “nos fazem”. O simples fato de ser nomeado é uma atribuição de gênero e todos esses efeitos só poderão ser pensados em *après-coup* (Ahmed, 2016). “Nós poderíamos dizer que as atribuições de gênero nos encontram, desde o início, somos vulneráveis aos seus efeitos” (Ahmed, 2016, p. 485).

Butler (2002) repete inúmeras vezes como procura conceber a sexualidade para além de um dualismo radical entre construção e determinação. As ideias de construção e determinação estão comumente associadas a liberdade e fixidez, respectivamente. A dimensão performativa sempre é pensada através das restrições impostas pelas normas e de suas possibilidades, situa-se entre esses polos, “[...] a performatividade não pode ser entendida fora de um processo de reiteração, um processo de repetição regularizada e obrigatória das normas” (Butler, 2002, p. 145). Não se trata de uma repetição efetuada por um sujeito específico, mas de uma “[...] repetição que habilita o sujeito e constitui a condição temporal desse sujeito” (p. 145). São esses atos intencionais e gestos performativos que materializam o gênero. É pela veiculação desses atos e gestos, e também pelos signos de cada cultura, que ocorre a construção de corpos entendidos como masculinos e femininos. Em *A Vida Psíquica do Poder*, Butler (1997/2017, p. 149) dirá que “em oposição à ideia de sexualidade que ‘expressa’ um gênero, entendemos que o próprio gênero é composto precisamente do que permanece inarticulado na sexualidade”.

O que se propõe aqui é a tese de que se a psicanálise reconhecesse a dimensão performativa do gênero, ao invés de pensá-lo pela via dos binarismos clássicos, ela estaria caminhando em uma direção oposta à da “normatividade dos gêneros” ou da “pedagogia prescritiva de gênero” (Tietboehl, Cavalheiro & Kveller, 2018) e permitiria

uma leitura mais singular dos processos de subjetivação. Isso implica considerar criticamente a incidência da norma nos processos de subjetivação, pois não se pode esquecer que também há uma dimensão inconsciente da norma e que o próprio inconsciente é construído “normativamente” (Butler, 2017). Logo, a psicanálise será normativa, mas talvez fazer essa hipótese/aposta pela via da performatividade aja no sentido de produzir outras normas. A aceitabilidade de outras referências normativas pode agir de modo crítico à heterossexualidade compulsória (Butler, 2004a). Ao considerar as estratégias de reconfiguração do campo normativo, a psicanálise pode operar dentro desses eixos de possibilidades. Essa proposta pode ser aproximada de algumas ideias de Birman quando diz que a psicanálise deve propor um método anti-naturalista de considerar o sujeito. Para Birman (2000, p. 100) “nesta perspectiva, não existe a possibilidade de delinear o sujeito como sendo um indivíduo, isto é, como uma mônada isolada face ao que lhe é exterior e estrangeiro, mas como algo constituído pela articulação entre o dentro e o fora, o interior e o exterior”.

Para encerrar, a discussão relativa à feminilidade/masculinidade, destaco o artigo de Wolff (2018), pois é muito interessante notar que, por mais que a autora tente fugir do *mainstream*, suas ideias reproduzem o senso comum da teoria psicanalítica sobre o assunto ao reificar o lugar do feminino como potência, como fonte de desconhecimento, de continência e de não narratividade. A psicanalista cai na armadilha do raciocínio binário ao longo de sua escrita e muitas vezes equipara feminino com o que é culturalmente associado a este conceito, ou quando associa feminilidade com torna-se feminina ou diz que as identificações femininas são atribuídas pela mãe em sua relação com o bebê. O que nos leva a questionar, de fato, o que seria esse feminino pré-gênero, seria um modelo desenvolvimentista onde o gênero é adquirido posteriormente? Se esse feminino não tem a ver com gênero ou sexo, então por que é feminino? Ainda, por que ele é associado a uma dimensão arcaica? O que não parece ser questionado é aquilo que Corbett (2008, p. 842) chama atenção e pergunta se “a criança se identifica com a feminilidade primária da mãe ou com a complexa relação da mãe com a feminilidade como uma categoria social-simbólica complexa?”. Essas armadilhas também podem ser encontradas em Wolff (2009), Costa (2017), Oliveira (2017) e em Penot (2009) para quem a feminilidade só é transmitida com especial eficácia na relação mãe-bebê, o autor também comenta sobre as dificuldades do analista homem em transmitir a feminilidade. Vale destacar que a discussão sobre gênero não pretende de forma alguma reificar ou

configurar masculinidades e feminilidades: tal conceito se coloca com o intuito de, justamente, questionar tais concepções, que foram essencializadas por parte do discurso psicanalítico.

4.6.5 – Desdiagnosticando o gênero e o fantasma da destruição

Butler (2009) realiza uma análise rigorosa acerca da necessidade diagnóstica para que pacientes transexuais possam realizar as cirurgias de “mudança de sexo” ou receber auxílio em suas transições via plano de saúde. O procedimento médico-jurídico, da forma como está montado, reduz o sujeito a categorias rígidas que não correspondem às multiplicidades de experiências e formas de viver os gêneros. Apesar de não descartar a importância que o discurso “pró-diagnóstico” possa ter justamente nessa situação paradoxal que ao mesmo tempo gera autonomia e também reforça as normas de gênero, patologizando tudo aquilo que não segue um imaginário teleológico, o foco de Butler é dissecar a forma como esse aparato médico-legal age em prol da manutenção, mesmo que não deliberada, da linearidade do sistema sexo-gênero-desejo, relegando às transidentidades um espaço de não inteligibilidade.

Ao referir-se à terapia compulsória que os sujeitos são submetidos, Butler questiona:

“solicita-se que um terapeuta se preocupe com a questão de se você é capaz, psicologicamente, de se integrar em um mundo social estabelecido que se caracteriza pelo conformismo em larga escala para com as normas de gênero aceitas, mas o terapeuta não é solicitado a dizer se você tem coragem suficiente, ou tem suporte social o bastante para viver uma vida transgênera quando as ameaças de violência e discriminação contra você aumentarem. O terapeuta não é solicitado a perguntar se seu modo de viver o gênero ajudará a produzir um mundo com menos restrições acerca do gênero, ou se você se dispõe a essa tarefa tão importante” (Butler, 2009, p. 105).

A parte que dialoga com a psicanálise, vem a seguir, quando Butler diz que “o terapeuta é solicitado a prever se sua escolha levará a arrependimento no pós-operatório” (Butler, 2009, p. 105). O desejo aqui, não é o desejo tal qual entendido pela psicanálise, mas sim um sinônimo de persistência, Butler alerta para o risco que daí decorre a compreensão das transidentidades como transtorno psíquico. Por tais razões, a autora critica o que engendra o diagnóstico de disforia de gênero, que pressupõe uma estabilidade necessária do sujeito em querer ser do gênero oposto e que além da convicção haja um plano prático para que possa viver sua vida nessa futura “outra

condição”. O ponto central é que “o diagnóstico, dessa maneira, busca estabelecer que o gênero seja um fenômeno relativamente permanente [...] o que acontece com o gênero enquanto um modo de transformar-se?” (Butler, 2009, p. 102).

Essas parecem ser algumas das questões ignoradas por certo discurso psicanalítico e que encontra espaço no fantasma de “destransição” reiterado nos trabalhos de Coutinho Jorge e Travassos (2017, 2018a), que em nenhum momento questionam o papel das normas de gênero, de outras formas inteligibilidade, ou ainda, sequer questionam a qual discurso estão alinhados quando anteveem o possível arrependimento desses sujeitos para uma “destransição”. Talvez o importante fosse fazer uma torção na ideia de arrependimento associada a um erro relativo à fixação do gênero e pensá-la mais em termos das condições sociais e relacionais que irão emergir a partir da transição³³. Esse tipo de argumento “[...] aloca a suposta origem dos sofrimentos psíquicos na identidade trans em si (o fato de alguém ter transicionado) e não nas estruturas de exclusão e estigma social que recaem sobre pessoas trans” (Bagagli, 2017, s/p).

Butler (1993, 2009) mostra como as modificações culturais produzem efeitos nas normas de gênero, novamente, sublinhando o caráter não-estático do gênero, isso tem efeito nos discursos produzidos sobre às transidentidades que gozam não só de mais visibilidade, mas também da forma como esse significante começa a ser ofertado como possibilidade para muitos sujeitos. A psicanálise deve questionar e não simplesmente se acoplar ao discurso que aceita as normas de gênero de modo a teorizar que, se elas não são adequadamente assimiladas, há um problema ou uma falha no desenvolvimento do sujeito e que isso pode levar a eventuais arrependimentos. As dissidências de gênero são dissonâncias da norma binária, os argumentos psicanalíticos citados aqui apontam para outra direção, aquela que ainda inscreve o trans

“no registro específico da patologia médica, de forma a não restringir a sua leitura ao discurso psicanalítico, pois o significante “epidemia” além de remeter ao discurso da medicina e da epidemiologia em particular, indica a existência de um risco grave de uma dada enfermidade para a saúde pública da população concernida” (Birman, 2018, p. 152).

Algumas produções psicanalíticas retomam o que Freud (1912/2009) diz em seu escrito técnico “*A Dinâmica da Transferência*”, recolocando algumas leituras deste

³³ A discussão sobre “arrependimento” vem ganhando mais força no cenário psicanalítico brasileiro ligada a discussão sobre gênero e modificações corporais na infância

processo. Lacan (1960-61/1991) dedicará um seminário para trabalhar com a temática da transferência, colocando em jogo uma dimensão dialética. Para este autor, uma relação em análise se produziria menos por reciprocidade do que por disparidade, lógica que justifica o que se diz aqui de uma singularidade: cada encontro se coloca de forma singular em função da imprevisibilidade das disparidades que ali se produzirão.

Para encaminhar essa discussão, gostaria de lembrar Cunha (2016b) que escreve sobre algumas dúvidas que seguem sendo minhas e que aqui foram atualizadas:

“por que tantos psicanalistas se deixam mobilizar de tal modo pelas transformações no campo da moral; por que a psicanálise deveria se posicionar tão fortemente em tal esforço de demarcação dos limites do humano e da antropogênese? Mais ainda, por que setores importantes ou mesmo hegemônicos do pensamento psicanalítico se deixam enredar nos discursos de enunciação da norma, que a partir da reflexão moral se desdobrarão no regramento jurídico, muitas vezes, ao que parece, procurando fazer da psicanálise um saber que sabe a verdade da norma e dos seus fundamentos?” (Cunha, 2016b, p. 10).

Termino perguntando: o que significa arcar com o custo de não se fixar em lugar nenhum? O que significa arcar com o custo de uma identidade que não se totaliza? Ou de uma transição que não se completa? Não seriam esses questionamentos, isentos de qualquer prognóstico, mais coerentes para a teoria e para a clínica psicanalítica?

4.6.6 – De (sen) cantamento

Para encerrar, gostaria de destacar alguns pontos sobre os 36 trabalhos que apareceram nos subitens que falavam sobre gênero (de modo geral) previamente citados:

1) De modo geral, não há nenhuma absorção/problematização da movimentação do debate sobre os gêneros e de suas múltiplas leituras e abordagens, a discussão fica precarizada, pois a única análise feita é com relação a um livro específico de Butler, e, mesmo em relação a essa única referência, as leituras mostram-se equivocadas e tendenciosas. Não há possibilidade de diálogo, visto que “a teoria de gênero” é tomada como uma adversária da psicanálise. Desconsidera-se as múltiplas formas de trabalhar com o gênero ou pensar no seu intercruzamento interdisciplinar, como nos exemplos do capítulo em que trago Rubin, Scott e Rubin. Logo, não são abordados os diálogos potencialmente produtivos com a psicanálise, pois existe somente o gênero de Judith Butler e essa autora é, em geral, vista como crítica e como uma inimiga. Em função disso, fica difícil saber exatamente com qual noção de gênero trabalham os psicanalistas

que criticam os estudos de gênero. Boa parte das críticas dizem respeito ao suposto apagamento da diferença sexual proposto por Butler e por “outros autores”, fantasmas inomináveis (ou excesso de imaginário?). Minha hipótese é que esses autores tratam o gênero precisamente no sentido que Butler critica quando fala da metafísica da substância (Butler, 1990/2016).

2) Quando o debate se dá em torno das questões da infância, a discussão fica ainda mais imprecisa e vaga. As argumentações dos psicanalistas que escrevem sobre gênero e sexualidade na infância têm em comum o medo que os estudos gênero deixem as crianças confusas acerca das suas sexualidades. Instala-se uma argumentação por pânico moral, onde Butler e seus “aliados” estariam lutando em prol de uma sociedade que abole as diferenças e prega por uma sexualidade libertária, andrógina, sem limite e performática. Até mesmo a expressão “ideologia de gênero” é utilizada (Kardous, 2019), o que certamente não é o caso e faz ver a necessidade de uma reflexão séria e crítica sobre essa questão.

3) Não há questionamentos sobre a norma e sobre o impacto do que significa afirmar que as “intervenções cirúrgicas” oferecem uma solução simples para a “transexualidade”. Não é considerado, por nenhum dos autores/autoras, que o sistema que permite o acesso às cirurgias teve um efeito na produção discursiva dessas pessoas. Ao problematizarem essas questões, parece que muitos psicanalistas se detêm apenas na resposta e não tentam entender o que está por trás das perguntas, ignorando suas relações ideológicas (Caldas Teixeira, 2012; Coutinho Jorge e Travassos, 2018a; Travassos e Coutinho Jorge, 2018). Mesmo com pouca “experiência clínica”, os relatos de pessoas trans que ouvi indicam vivências bastante plurais³⁴. Muitas vezes esses pacientes têm de omitir diversas de suas experiências e vivências transidentitárias em prol de conseguirem o atendimento. Será possível que todos os autores recebam “o mesmo tipo de vivência trans”, ou será que a problema está, de fato, nas formas de ouvir?

³⁴ Porchat (2014b), por exemplo, traz um breve exemplo de um paciente que não dizia ter nascido no corpo errado. A psicanalista e escritora Letícia Lanz (2018, comunicação pessoal) ao falar sobre a sua própria transição também se opõe a essa narrativa, destacando o lugar comum que essa declaração ocupa na psicanálise

Capítulo 5

5.1 – Outros enquadramentos

“[...] creio que o debate sobre o lugar das teorias psicanalíticas sobre sexo e gênero só ganha relevância quando o próprio estatuto da teoria é posto em questão e não apenas suas formulações” (Cunha, 2017, p. 20).

“[...] nossa prática se baseia na transferência. Trabalhamos no caso a caso, mas inseridos na nossa época. Acredito que o risco para a prática analítica, se não nos interrogarmos sobre tudo isso, é transformar a psicanálise num discurso comum, ordinário; é reproduzir. Para mim, hoje, a vocação crítica da psicanálise implica o feminismo – um feminismo que trabalhe a questão da emancipação das mulheres por meio da psicanálise” (De Oliveira & Santos, 2018, p. 18).

Este capítulo, diferentemente do anterior, não foi construído como uma descrição de artigos seguida de análise crítica, e sim como uma apresentação de outras formas de ler e abordar a questão do gênero e das transidentidades em psicanálise, um modo que entendo ser mais propositivo, crítico, situado e menos defensivo ou catastrófico. Também foram utilizados diversos artigos, respeitando o método apresentado anteriormente. O debate sobre a importância do reconhecimento da contratransferência e de algumas questões relativas à “diferença sexual” foram incluídos e discutidos aqui. Para isso, parti de diversos psicanalistas que, embora não desconsiderem a materialidade do corpo, problematizam a naturalização adquirida por essa noção em psicanálise e sobre seu lugar hierarquizado e pouco questionado. Autores como Butler e Preciado são resgatados à medida que os psicanalistas aqui citados também os mencionam e se utilizam de seus aportes, que muitas vezes servem como analisadores externos para (re)pensar a própria psicanálise. Na parte final, reflete-se sobre a questão da transmissão em psicanálise e sua relação com o gênero.

Porchat (2018) mescla sua trajetória e a forma como pensa o conceito de gênero na psicanálise com a própria historicidade do conceito na psicanálise brasileira, destacando que até 2007 não havia espaço para pensar sobre essas questões: “gênero e psicanálise já estavam em diálogo na argentina desde 1980 e Butler já havia sido traduzida na década de 1990. Em 2007, quando defendi minha tese de doutorado, ninguém falava disso no Brasil” (Porchat, 2018, p. 38). A psicanalista comenta sobre a imensa proliferação da discussão sobre gênero nos últimos 10 anos e também como Judith Butler se tornou uma referência para os psicanalistas. Marca que, por diversas

razões, observa-se um amplo interesse por parte do discurso psicanalítico brasileiro nas temáticas relativas às transexualidades e às travestilidades, “a psicanálise no Brasil começou a olhar as pautas feministas através da visibilidade que a transexualidade alcançou a partir de 2010” (Porchat, 2018, p. 40).

Françoia (2018) entende o gênero como plural e considera suas diferentes concepções e suas viagens teóricas, destacando algumas ideias de Wittig, Haraway, Braidotti para mostrar como a psicanálise também foi convocada a repensar algumas de suas coordenadas e as relações de poder promovidas pela própria teoria. Nesse sentido, Françoia resgata autoras como Hélène Cixous, pouquíssimo discutida nos trabalhos brasileiros. Vemos como essas psicanalistas que eram declaradamente feministas, algumas discípulas de Lacan e que em algum momento acabaram rompendo com ele, foram marginalizadas na história da psicanálise³⁵. Luce Irigaray, por exemplo, só foi traduzida no Brasil em 2017. Naturalmente, há uma política envolvida nas traduções dos autores para determinado idioma (Tajer, 2017), contudo é interessante pensar nas eventuais razões pelas quais os autores, sobretudo as autoras, críticos a Lacan tiveram tão pouco espaço nas políticas de tradução brasileiras.

Para Ambra (2018), a psicanálise lacaniana é aquela que paradoxalmente mais resiste ao diálogo com as teorias de gênero, ao mesmo tempo em que “se prestaria muito bem a esse tipo de confrontação” (p. 82). O autor também se mostra crítico a postura de parte dos psicanalistas que sobrevaloram a primazia da clínica, essa onde pode ser encontrada a “verdadeira” psicanálise³⁶. Por essa visão, a preocupação com as reivindicações feministas ou das teorias “do gênero” agiriam no sentido de “sociologizar” a psicanálise. Essas ideias podem ser encontradas em Goldenberg (2017) e na argumentação dogmática de Rio Teixeira (2017) que teme uma proliferação de “leituras butlerzidas” de Lacan, o que, para o autor, provocaria confusão em todos aqueles que se aproximam da psicanálise.

5.2 – Diferença sexual em debate: questionamentos psicanalíticos

O intuito desse item é apresentar algumas contribuições psicanalíticas alternativas em relação àquelas que foram apresentadas no capítulo anterior que tomam a diferença sexual como: 1) uma decorrência natural e inquestionável; 2) sinônima do

³⁵ Aqui estou me referindo especificamente a Cixous e Irigaray.

³⁶ Ver o comentário de Ayouch (2015b, p.44) sobre a utilização do recurso a clínica.

registro do real³⁷; 3) sendo alvo de ataques das teorias de gênero e *queer* que advogariam pela sua abolição, gerando pane social. Além disso, também são apresentadas algumas contribuições de Paul Preciado e Judith Butler que fornecem pontos interpretativos menos saturados.

A questão da diferença sexual se coloca desde (e sobretudo por) Freud, no texto sobre as *teorias sexuais infantis* (Freud, 1908/2015), quando o psicanalista dirá que nada chama mais atenção de uma criança e lhe é mais enigmático que a diferença anatômica dos sexos. Em 1931, dirá que primeira a distinção que fazemos quando vemos outro ser humano é separá-los em homens ou mulheres. Freud (1925) em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, destaca a ênfase psíquica dessa diferença, embora declare, paradoxalmente, que “a anatomia é o destino”, mostrando-se reticente às demandas feministas. Em Lacan, especialmente a partir dos anos 70, a diferença dos sexos pode ser expressa nas formas do sujeito se situar na linguagem diante das modalidades de gozo, não tendo relação alguma com a anatomia. Apesar das boas intenções dos autores, muita incompreensão se colocou ao redor desse debate. Inclusive, por vezes, a questão da diferença sexual é entendida como um organizador social que mantém certa coesão, logo, quando tentam desconsiderá-la ou “aboli-la”, alguns avanços sociais são vistos como formas de dissolução dos sujeitos. Uma discussão como essa é muito complexa e ampla, precisaríamos de mais tempo para poder abarcá-la com a devida atenção pelo menos em Freud e Lacan, porém isso excede o escopo e as possibilidades desse trabalho. Para tanto, destaco as teses de Mariana Pombo (2016) e Rafael Cossi (2017) e o *mémoire* de Paula Gruman (2018) que fazem um longo e profícuo debate com consistência sobre o tema em questão.

As questões colocadas pela “diferença sexual” são historicamente problemáticas não só dentro do discurso psicanalítico, mas também fora dele (Ayouch, 2015a). Por muito tempo, no discurso pós-freudiano, prevaleceram teorias que partiam de uma associação direta entre homossexualidade e um apagamento ou negação da diferença sexual (às vezes escrita como diferença dos sexos). Isso também se aplicava à bissexualidade, onde a leitura estereotipada apontava para uma forma de “driblar a castração” (Green, 1999) e, conseqüentemente, também seria uma forma problemática de se posicionar diante dessa diferença. Algumas autoras como Luce Irigaray

³⁷ Para Zucchi & Coelho dos Santos (2006, p.121) “a anatomia não é propriamente o destino, mas o fundamento da sexuação. O que haveria de mais real”

defendiam, desde a década de 1980, que a diferença sexual era o grande tema da época. Mais recentemente, Fiorini (2015, 2017) vem trabalhando no sentido de problematizar a hierarquia que tal concepção adquiriu na história da psicanálise, sendo alçada, por vezes, ao estatuto de *diferença das diferenças* (Rubin & Butler, 2003). Para Butler (2004a), a leitura engessada da psicanálise sobre esse tema, muitas vezes desconsiderando sua variabilidade histórica, gerou grandes empecilhos no debate com muitas feministas e teóricos/teóricas de gênero, pontos também já anunciados por Rubin (1975/2017) anos antes. Conforme Cunha (2016b, p. 14, grifo meu)

“[...] enquanto para alguns – como os estudiosos do gênero, feministas radicais e teóricos queer – a discussão se refere à configuração e reconfiguração de gênero e, portanto, aos limites e possibilidades de cada um em seus processos singulares de estruturação subjetiva, para o qual o máximo de liberdade é o único horizonte normativo aceitável; para outros tais processos e tal liberdade só podem se fundar na garantia da ordem simbólica ancorada na interdição do incesto e para a qual o virtual apagamento da divisão binária entre os sexos se apresenta como ameaça real.

Na contracorrente do senso comum no qual circula certa parte do campo psicanalítico, Martins e Poli (2018) apontam que uma possível convergência dos estudos *queer* com a psicanálise possa se dar justamente pela categoria de diferença. A aposta das autoras é a invenção de uma epistemologia em comum que estaria atravessada pelo conceito de pura diferença “ou de diferença não binária, que nos permite discutir a transexualidade para além dos marcos do Édipo” (Martins & Poli, 2018, p. 65).

As autoras entendem que os psicanalistas não podem se furtar à discussão teórica e política implicada nas identidades trans e mostram-se críticas a algumas abordagens lacanianas (Chiland, Frignet) que tratam a diferença sexual enquanto anatomia como “a diferença”, recorrem à ideia de fixidez do corpo de Butler para problematizar que “o apelo à consistência material de uma diferença entre os sexos, comumente imputada à anatomia, assume ares normativos” (Martins e Poli, 2018, p. 57). Ainda, “recuperar o diálogo com os estudos *queer* nos permite investigar a existência de um terreno epistemológico em comum, onde outra ordem de diferença poderá se inscrever” (Martins e Poli, 2018, p. 57).

Fiorini (2017) trabalha com a ideia de transição, presente tanto na organização social quanto cultural e também na psicanálise. Partindo do que chama de “famílias e parentalidades não convencionais”, destaca o significante “diversidade” para pensá-lo

junto com a categoria “diferença”. Por sua visão, diversidade e diferença sexual podem se comunicar ou não, o interessante em seu argumento é o deslocamento realizado da questão: quem reconhece ou não a diferença dos sexos ou quem exerce determinada função (materna/paterna), para pensar no funcionamento triádico da mente e na função terceira. Para a psicanalista

“no marco da categoria diferença, também propusemos pensá-la na intersecção de três variáveis: heterogeneidade dos corpos sexuados, diferenças de gênero (baseada nas identificações) e diferença sexual. Essa tríade está atravessada pelas categorias de diferença segundo o consenso cultural, que precisa ser desconstruído” (Fiorini, 2017, p. 96).

A diferença dos sexos seria apenas uma dentre múltiplas possibilidades de acesso à categoria diferença. Essa consideração também faz lembrar a de Porchat (2015, p.38) quando diz que “apesar de não ser uma questão crucial para a maioria dos analistas, considerações sobre os gêneros a partir da diferença sexual instauraram um problema para aqueles que sofrem seus efeitos discursivos”.

Autores como Sodré e Arán (2012), Ambra (2017) e Pombo (2016, 2018) trabalham para dissociar transgressões de gênero a um imaginário de negação da diferença sexual. As primeiras retomam o trabalho de Thomas Laqueur (1990) que, a contragosto do que creem muitos analistas, explica como a naturalidade em relação à diferença dos sexos nem sempre foi tão evidente. Ela se dá na passagem do século XVIII (onde predominava a compreensão do sexo único) para o século XIX, onde “[...] baseado em um paradigma cientificista orgânico, o sexo anatômico e biológico passa a determinar a diferença entre uma essência natural do sexo masculino e outra do sexo feminino” (Sodré & Arán, 2012, p. 300). Esse não reconhecimento histórico tem efeito em teses clássicas da psicanálise que não distinguem dimorfismo sexual de diferença, de modo que “a experiência do masculino é adotada como paradigma hegemônico da subjetividade, restringindo as outras formas de subjetivação a um lugar marginalizado, de não reconhecimento” (Sodré & Arán, 2012, p. 298; Gruman, 2018).

Laqueur (1990), refuta uma concepção definitiva da “verdade” sobre o sexo. A diferença sexual é uma forma de se habitar o mundo (Butler, 2004), ela é produto da história, da medicina, da religião e aparece em um momento estratégico (Laqueur, 1990). Essa discussão é criada, reiterada inúmeras vezes e, logo, materializada. Laqueur (1990) sublinha como Freud inseriu a psicanálise dentro do paradigma em voga na transição do século XVIII para o século XIX, de modo que a psicanálise não se furta aos

entendimentos vigentes sobre os corpos, afinal tais entendimentos “[...] são sempre derivados enunciativos de um discurso dominante, logo, não há verdade sobre os sexos sem um discurso que os crie” (Gruman, 2018, p. 30).

Já Pombo (2018), no que tange à psicanálise, apresenta a ideia de lógica do limiar de Jô Gondar, que propõe pensar em algo que ainda não se diferenciou para além dos lados binários oferecidos pelas fórmulas da sexuação. O limiar é “como uma zona de transição, que remete a mudança e fluxo. Não é um limite, porque enquanto este estabelece duas posições e indica um para além (justamente a lógica do quadro lacaniano da sexuação), o limiar implica movimento contínuo, trânsito” (Pombo, 2018, p. 556). Logo, “a abordagem da diferença pela lógica do limiar e do espaço potencial significa, portanto, admitir que as sexualidades e os modos de sexuação são múltiplos e permanentemente inacabados” (Pombo, 2018, p. 558). Pombo (2016) também faz uma aposta teórica de pensar para além da diferença sexual através das multidões *queer* de Preciado, que discutirei posteriormente.

Ambra (2017, p. 115) faz uma crítica política ao discurso de parte da comunidade lacaniana “receosa com a perda de ações no mercado do saber/poder sobre a sexualidade”, que mantém posições dogmáticas onde sujeitos não binários, por exemplo, negariam a diferença sexual. O psicanalista dirá justamente o contrário, destacando que as “identidades minorizadas pelo discurso hegemônico, que insistem em se nomear, ao mesmo tempo que tal nomeação implica seu fracasso ou seu limite, marca aquilo que é mais fundamental no sexual: a *diferença*” (p. 115, grifo do autor).

Gruman (2018) lança uma hipótese interessante sobre os textos freudianos (1925, 1931, 1933) em que a sexualidade feminina ganha destaque. Para a autora, pela dificuldade de pensar para além da ordem fálica, Freud estaria se reaproximando do paradigma do sexo único, tal como Laqueur menciona, no sentido do falo ser o correspondente desse paradigma. Nesse sentido, “a diferença sexual em psicanálise é tão construída quanto o gênero” (Gruman, 2018, p. 37). Esse também é um dos caminhos apontados por Arán (2009), para quem a diferença sexual em Freud e Lacan é uma forma masculina de se pensar sobre a história dessa diferença na cultura ocidental. Em entrevista recente para Luiz Eduardo Prado de Oliveira e Beatriz Santos, a psicanalista Laurie Laufer diz que “a ferramenta do gênero favorece a atualização do saber como um campo que constitui uma verdade partilhada, com normas, usos,

lugares-comuns, notadamente sobre a diferença sexual” (Prado de Oliveira & Santos, 2018, p. 30).

Se por um lado vimos que a diferença sexual é tomada como transcendental quando associada aos estudos de gênero ou às transidentidades, por outro, o que tentou-se mostrar aqui é justamente seu caráter histórico-contingente. Não se trata de negar certas diferenças na materialidade dos corpos, mas sim de pensar sobre o uso que disso se faz em psicanálise. Porque a “diferença” fica quase sempre associada à diferença dos sexos, com a “recusa” de tal “fato” implicando a própria exclusão do sujeito da categoria da neurose? Seria a diferença dos sexos o rochedo que, quando questionado, ameaçaria os assentamentos da estrutura teórica? Se a psicanálise não levar em consideração que a concepção de diferença sexual foi produto de sua inscrição histórica e cultural, criando um verdadeiro dispositivo diferença-sexual (Arán, 2009), se mantivermos a visão de que ela é um dado natural e inquestionável, o que vai se produzir diante da diversidade que vivemos e noticiamos hoje são leituras por vieses deficitários, legitimando discursos conversadores e excludentes (Pombo, 2018).

5.3 – Diferença sexual em debate: entre Butler e Preciado³⁸

"[...] por que não poderia ser o caso de estarmos na borda da diferença sexual para qual a linguagem da diferença sexual não é suficiente, e que isso seja, de certa maneira, consequência de um modo de entender o corpo como constituído por e constituindo múltiplas forças?" (Butler, 2004a, p. 197-198)

“Vivemos um momento de crise do paradigma científico da diferença dos sexos” (Preciado, 2019, s/p).

Porchat (2014a) utiliza as contribuições de Butler (1990/2016, 2000, 2004a), para destacar que há, pelo menos, três momentos distintos para pensar sobre a questão da diferença sexual. Em *Problemas de Gênero*, a diferença sexual é discutida e criticada por Butler por estar associada à heterossexualidade compulsória, agindo de modo a conferir inteligibilidade para os corpos que responderiam adequadamente a essa diferença. Logo, é resguardada à heterossexualidade essa condição, enquanto relegariam os demais corpos ao lugar da abjeção. Ao discutir sobre essa questão, Butler está discutindo diretamente com a teoria lacaniana e com alguns lacanianos que objetaram suas hipóteses (Zizek, Copjec). Conforme destaca Porchat (2014a, p. 120)

³⁸ Algumas considerações acerca da contrassexualidade utilizadas aqui são produto do artigo “quem tem medo de crianças queer? Alguns questionamentos às normatividades em Psicanálise” (Tietboehl, Cavalheiro & Kveller, 2018).

“a preocupação de Butler diz respeito, o tempo todo, à possibilidade de incluir os gêneros não-inteligíveis de maneira não-patológica dentro do campo humano. É a partir dessa perspectiva que ela avalia o modo como estes conceitos lacanianos aparecem e são utilizados, seja na clínica, seja na mídia, seja no campo jurídico, através de pareceres que auxiliarão juízes em suas decisões sobre adoção, casamento, mudança de documentação, autorização para cirurgia, etc.”

Aqui é fundamental questionarmos: “a psicanálise” é o texto de Freud/Lacan ou é o que os psicanalistas fazem com seus textos?

Em *Undoing Gender*, quando retoma a problemática da diferença sexual, Butler (2004a) utiliza o conceito de pulsão, ausente em suas proposições anteriores (Butler, 1990/2016, 2000). Talvez seu principal intuito seja separar a decorrência da diferença sexual das expectativas sociais (padrões e papéis sociais). Esse ponto ilustra com precisão o problema crônico da argumentação psicanalítica, que disso se fez/faz valer para apontar os apagamentos da diferença dos sexos, novamente indicando que o caminho mais facilitado empreendido pelas leituras psicanalíticas é aquele que pouco questiona a arbitrariedade do sistema sexo-gênero-desejo. Os pontos de Butler também se aproximam da menção que fiz ao trabalho de Anne Fausto-Sterling (2018). Por mais que Freud e Lacan tenham deixado pistas que poderiam ser utilizadas para um desprendimento entre diferença anatômica e biologia, o que se torna hegemônico nos discursos é o entendimento da diferença sexual enquanto algo transcendental.

Para Butler (2004a), a psicanálise pode ter um papel importante no questionamento das sexualidades que não se conformam às normas binárias de gênero, o conceito de pulsão entra aqui e serve para ilustrar um lugar entre o biológico e o cultural, pois não é exclusivamente nem um nem outro. A diferença sexual é também psíquica e social, de modo que se torna difícil determinar onde começa um e onde termina o outro (Butler, 2004). Tal aproximação com o conceito de pulsão se faz valer quando Butler diz que:

“tal como a entendo, a diferença sexual é o lugar onde se coloca e se recoloca a pergunta da relação entre o biológico e o cultural, onde deve e pode se colocar, mas onde, falando rigorosamente, ela não pode ser respondida. Entendida como um conceito fronteiro, a diferença sexual tem dimensões psíquicas, somáticas e sociais que nunca são totalmente colapsáveis uma na outra, mas não são, por essa razão, distintas”. (Butler, 2004a, p. 186)

Talvez aqui Butler e Preciado possam ser aproximados, pois ambos questionam as possibilidades de se pensar em um contexto múltiplo e não apenas binário. A

proposição contrassexual, elaborada por Preciado (2014), resistiria às naturalizações impostas pela diferença sexual, pois os corpos veriam uns aos outros como falantes, muito mais do que como uma separação binária entre homens e mulheres.

Ao falar que a contrassexualidade joga com duas temporalidades, Preciado dirá que uma delas parece nunca ter sofrido qualquer tipo de mudança; alguns conceitos como: ordem simbólica, universais transculturais, diferença sexual e natureza seriam apropriados para descrever seu funcionamento. As tentativas de ressignificá-la seriam tratadas como uma espécie de uma psicose coletiva ou de um Apocalipse Humano. Talvez, possa-se pensar que a parte da psicanálise que falha em sua reflexividade e joga com um *a priori* catastrófico funcionaria dentro dessa temporalidade, destituindo-se, assim, de suas origens transgressoras e funcionando como uma pedagogia prescritiva de gênero. Já a segunda temporalidade apresentada, por seu escape ao que é prescrito, dir-se-ia, por seu escape mesmo à lógica linear de uma prescrição, seria o “campo efetivo em que a contrassexualidade incorpora as tecnologias sexuais ao intervir diretamente sobre os corpos, sobre as identidades e sobre as práticas sexuais que destes derivam” (Preciado, 2014, p. 24). Essa parece uma aposta clínica interessante para a psicanálise.

Preciado (2011, 2018a) insere o gênero como parte do regime sexopolítico, pensa na multidão *queer* como um dispositivo de ação sexopolítica engendrado pelas minorias sexuais que resiste à normalização dos corpos e dos gêneros³⁹. Não se trata, contudo, de pensar essa multidão em “relação com um ‘terceiro sexo’ ou com um ‘além dos gêneros’”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes” (Preciado, 2011, p. 16).

A diferença sexual é entendida como transcultural e transhistórica, algo que “revelaria uma diferença de natureza e que deveria estruturar a ação política” (Preciado, 2011, p. 18). É justamente contra isso que a multidão *queer* se oporia, contra qualquer binarismo essencializante e impermeável a uma análise histórico-contingente. Para o pensamento *queer*: “[...] não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (Preciado, 2011, p. 18).

³⁹ Ver também Preciado (2018b)

O que se faz ver, pelas discussões apresentadas até aqui, é a importância atribuída pelos autores à dimensão ética e política dessas discussões para a psicanálise, diferentemente do que foi mostrado no capítulo precedente. As formas como os autores abordam as questões das dissidências de gênero é múltipla e, por seus argumentos, podemos sublinhar que aqueles que pensam ser possível cindir a psicanálise de uma prática política, ou que simplesmente não mencionam esse aspecto, tendem a produzir discussões excessivamente imaginarizadas, frequentemente com um *quê* nostálgico. Por sua vez, os autores, que pensam permanentemente sobre o caráter contingente dos conceitos psicanalíticos e estão atentos às implicações ético-políticas suscitadas pelas dissidências de gênero tendem a ser mais propositivos, apontando que os conceitos precisam ser historicizados, repensados e que os saberes são sempre situados (Haraway, 1995). Ao mesmo tempo, recuperam aquilo que da psicanálise pode ser utilizado para uma subversão e positivação dessas experiências, para além da patologização.

5.4 – Dissidências de gênero para além do caos e a questão da contratransferência

Nessa sessão, analiso mais extensamente dois artigos que oferecem outras possibilidades para pensarmos sobre as dissidências de gênero. Ambos ressaltam o papel da história da psicanálise. Ao longo da sessão, amplio a discussão para outros autores, especialmente, para pensar no papel da contratransferência que as experiências que interrogam a heteronorma podem provocar.

Cunha (2013) faz um resgate histórico da utilização e da subversão do termo *queer* para resumidamente abordar alguns pressupostos da “teoria *queer*”, tais como os questionamentos à heteronormatividade, interrogando assim a própria norma e a matriz de inteligibilidade oferecida por esse enquadramento normativo, além da crítica da identidade e da possibilidade de se pensar a experiência subjetiva por uma via não identitária. O resgate histórico e o movimento *queer* são o mote para o psicanalista apontar como se dá a recepção de algumas dessas propostas pelo discurso psicanalítico. Seu texto também se orienta por, pelo menos, duas formas diferentes de analisar essa recepção: uma que desqualifica a teoria *queer*, aproximando-a da estrutura clínica da perversão, e outra que procura pensar quais seriam os efeitos para psicanálise de tais questionamentos. Para Cunha (2013, s/p) “a crítica radical da psicanálise à teoria *queer* se estabelece quando o que se coloca em questão é o suporte teórico-político oferecido pelos teóricos *queer* aos transexuais e a outras performances de gênero”.

Nesse eixo, o autor traz a contribuição de diversos autores (Macary-Garipuy, Smirgel, Flores, Braunstein, Lebrun) mostrando chaves de leitura parecidas com as que foram expostas no capítulo anterior: vinculação do gênero ao registro do imaginário; acusações de que a teoria *queer* desprezaria o real, especialmente, o real do corpo; apoio repetitivo na ideia de um gozo ilimitado e mortífero e de uma exaltação da onipotência infantil. No outro eixo, é proposto um diálogo com autores como Javier Saez, Juan Bauzá e Tim Dean que teorizam no sentido de uma aproximação entre os campos, aproximações essas que encontrariam algumas ressonâncias na proposta freudiana da sexualidade perverso-poliforma e outras contribuições lacanianas, especialmente aquelas desenvolvidas ao longo dos seminários 19 e 20. Mesmo o real, tal qual lido por Saez, entraria nessa discussão, porém aqui o

“[...] real não se referiria a um ponto de ancoragem na materialidade do corpo e sim a uma dimensão de indeterminação e negatividade que seria central à experiência do ser falante e da qual Foucault não teria se dado conta em sua crítica da compreensão psicanalítica do sexo” (Cunha, 2013, s/p).

Por essa leitura podemos tomar o real como negatividade, o que implica vazio e não uma falta que deveria ser preenchida, como apontam os autores que insistentemente falam do “real do corpo”. Essa leitura também vai ao encontro de algumas proposições de Safatle (2005) quando diz que diferentemente do imaginário e do simbólico, o real carece de um operador definitivo, logo não possível prendê-lo à anatomia.

Para Cunha (2013), as aproximações entre a psicanálise e a teoria *queer* se apresentam como possibilidade quando se trata da homossexualidade, porém quando o que está em questão são práticas socialmente menos inteligíveis, como o sadomasoquismo ou a figura trans, tal diálogo seria ainda mais difícil e “[...] voltaria à cena a velha categoria de perversão, tão familiar ao universo da norma e de seus desvios” (Cunha, 2013). Haveria um câmbio discursivo e de interesse por parte do discurso psicanalítico que passou a assimilar a homossexualidade (e isso acontece justamente quando há uma série de direitos sociais assegurados aos homossexuais que muito se aproximam da heterossexualidade) como algo mais próximo da normalidade e resguardou à figura do transexual o lugar do “bizarro”. A hipótese do autor é amparada na literatura psicanalítica mais recente onde, como apresentado no capítulo anterior, observamos uma proliferação na produção acerca das transidentidades e uma queda em relação à homossexualidade. O autor destaca um movimento de repetição da própria

psicanálise, que hoje produz um discurso específico e muitas vezes psicopatologizante acerca das transidentidades como outrora o fez com a homossexualidade.

“o que a reação distinta, face aos homossexuais e aos transgêneros, deixa aparecer são os limites que a psicanálise parece encontrar ao se deparar com a ruptura radical da norma da divisão binária de gêneros enquanto fundamento necessário do laço social, ao que a homossexualidade normalizada do século XXI não parece visar, já que está razoavelmente acomodada ao modelo da união monogâmica e da filiação. Ruptura essa que as performances de subversão de gênero, até mesmo mais do que os transexuais submetidos à cirurgia de transgenitalização, parecem dispostas a empreender” (Cunha, 2013, s/p).

Ayouch (2015a) afirma que pensar sobre às transidentidades no ocidente implica considerar os poderes médicos e jurídicos envolvidos na sua gestão. A psicanálise tem um importante papel nessa discussão e deveria afastar-se desses discursos de modo a romper com o discurso psiquiátrico, pois quando a psicanálise “[...] considera a transexualidade como uma categoria que existe ontologicamente, em si, ela se torna antipsicanalítica, produzindo uma resistência a si mesma e ao seu exterior” (Ayouch, 2015a, p. 23-24). O psicanalista mostra como houve/há uma predominância do discurso patologizante em torno da temática trans, que agiria como uma espécie de filiação psiquiátrica da teoria psicanalítica. Dentro dessa herança poderíamos encontrar, pelo menos, duas direções, “um freudismo norte-americano medicalizado e um lacanismo indignado denunciando os desregramentos da medicina e a queda do Simbólico” (Ayouch, 2015a, p. 23).

Discutindo como se dá, na França, a admissão e o controle dos sujeitos que se candidatam ao programa de transexualização, por sua explicação, depreendemos um verdadeiro achatamento do sujeito em prol do preenchimento e cumprimentos de critérios estáticos que remontam a algumas concepções de Stoller e Frignet sobre transexuais primários/transexuais verdadeiros, situação também parecida com a brasileira. Para Ayouch (2015a, p. 25) tal procedimento “[...] inscreve esse diagnóstico nas convenções sociais hegemônicas de gênero. A(o) verdadeira(o) transexual remete ao verdadeiro homem ou à verdadeira mulher, e ele(ela) deve convencer nessa performance de gênero, e se distinguir, diagnosticamente, dos homossexuais, travestis [...]”

Em “*Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados*”, Ayouch (2016) discute sobre, pelo menos, três tipos de violência historicamente produzidas pelo discurso psicanalítico em relação às transidentidades: 1)

violência clínica, relacionada à “restauração de uma conformidade binária de gênero após as transições” ou ainda na condução clínica que visa desestimular o paciente ao processo de transição; 2) violência teórica, facilmente identificável na hostilidade de, pelo menos, 50 anos de produção psicanalítica que generaliza e patologiza a condição trans sem maiores questionamentos; e 3) violência ética, ao assumir uma posição de detenção do conhecimento e no não questionamento/análise da contratransferência (Ayouch, 2016, p. 3). Analisar as possibilidades de alcance das ferramentas psicanalíticas passa por uma investigação sobre as teorias implícitas dos/das psicanalistas, importa considerar nessa análise quais são as representações de gênero e quais são as possibilidades de escuta daquilo que foge a essas representações.

Martins e Poli (2018) mostram o quanto as primeiras gerações de psicanalistas lacanianos produziram teorias massivamente patologizantes que provocaram e ainda provocam efeitos nefastos na escuta analítica. Talvez o terreno seja fértil para essa massificação psicopatologizante, especialmente, porque nessas teorias fica excluída a análise da contratransferência. Esse também é o caminho trilhado por Ayouch (2015a) que retoma diversas leituras psicanalíticas acerca das transidentidades e diz de sua falta de criatividade, que pode levar a certa turvação da escuta analítica. As generalizações de algumas ideias de Stoller, Czermak, Frignet e Chiland, remontam à patologização psiquiátrica e “[...] partem da mesma normatividade dimorfista e heterocentrada” (Ayouch, 2015a, p. 26).

A questão da importância da análise da contratransferência também é retomada por Bulamah e Kupermann (2016). Os autores apresentam uma análise histórica de como os relatos de tratamento de pacientes transexuais apareceram em algumas revistas de psicanálise⁴⁰. Pela análise, fica claro que a não-análise de aspectos contratransferenciais leva a uma série de preconceitos e entendimentos que priorizam uma busca etiológica pelo que “deu errado” no desenvolvimento dos pacientes. Para Ayouch (2015a,) o sentimento *infamiliar* provocado na mente do analista pelas experiências transidentitárias, mostra o quanto somos afetados por essa questão e que seria importante pensar no papel que a contratransferência desempenha, uma vez que “[...] deixar não analisada a contratransferência produz vínculos terapêuticos mais mortíferos” (Ayouch, 2015a, p. 26). Ao discutir algumas produções psicopatologizante

⁴⁰ Apesar de mencionarem Chiland, o foco dos autores é em analistas não-lacanianos em função das revistas que são utilizadas (revistas mais ligadas a IPA).

acerca das homossexualidades, Ayouch (2015b) aponta que a não-análise da contratransferência também pode produzir possíveis efeitos projetivos.

Gherovici (2018) diz que o “momento trans” que vivemos é uma boa oportunidade para psicanálise repensar alguns de seus discursos. A psicanalista também recorre a um extenso levantamento bibliográfico, valendo-se da relação entre a psicanálise e a sexologia, passando por autores como Hirschfeld, Cauldwell e Money, para mostrar como várias prerrogativas da sexologia, como as de Hirschfeld, acabaram tomando outro rumo com as teorizações pós-freudianas em relação às sexualidades “não normativas”⁴¹ citando como exemplo Stoller, Green, Chiland, Socarides, Limentani e Oppenheimer. Hoje seria um momento propício para que “[...] os psicanalistas abandonem as atitudes moralistas e estigmatizantes das gerações anteriores de clínicos que, intrigados pelo fenômeno transgênero, dificilmente disfarçavam, em seus comentários depreciativos, seu medo e desprezo e apoiavam posições contrárias à teoria psicanalítica” (Gherovici, 2018, p. 132). Para isso, ela retoma um trabalho de Lothstein que assinalava para um gerenciamento da “contratransferência negativa” que o analista poderia sentir diante de pacientes transexuais. O que se destaca aqui é uma associação direta entre contratransferência negativa e transgressão de gênero. As identidades trans estariam mudando a práxis da clínica, e os argumentos psicanalíticos clássicos de que transexuais repudiariam seus órgãos ou procurariam extirpá-los não é algo que Gherovici diz encontrar em sua clínica. Aqui percebo que minha prática clínica também parece encontrar afinidade com a da autora. A “questão trans” está muito ligada a “encontrar uma nova maneira de ser” (Gherovici, 2018, p. 137). Em seu entendimento, a noção psicanalítica de bissexualidade poderia se aproximar da proposta *queer* em pensar os gêneros mais como um espectro e menos como categorias binárias estanques.

Exemplos do que acabei de discutir podem ser encontrados em Leuzinger-Bohleber (2009) e Abramovitch (2017). Para a segunda, o “transexualismo” começa a “aparecer na clínica psicanalítica”, ao mencionar um breve recorte clínico, parece que as questões de gênero causam mais espanto e dificuldades na analista do que propriamente na fala da paciente. Os comentários da autora em relação ao corte de cabelo da paciente: “cortou o cabelo longo e bonito” por um “taradinho” (p. 133), bem como a atribuição da saída da análise a uma atuação, seguida da invocação de que a diferença sexual “é um

⁴¹ No artigo, sexualidades não normativas aparecem como qualquer sexualidade que não seja a heterossexual.

dado da estrutura do ser falante” e que “ser menino ou menina, já está escrito no corpo, por meio dos efeitos da linguagem sobre as identificações e escolhas objetais do sujeito, o que não permite que essas escolhas sejam livres” (Abramovitch, 2017, p. 133), parecem mais confirmações teóricas do que interrogações da analista acerca da paciente. Leuzinger-Bohleber (2009) descreve o atendimento de um paciente que diz travestir-se na primeira sessão, para o que a autora responde com um enorme desconforto e solda, já na primeira sessão, o travestir-se com algo da ordem da perversão. Após esse comentário, por uma série de argumentos teóricos, a psicanalista relaciona essa forma de experienciar o gênero e a sexualidade com problemas relacionados a falhas dos objetos primários, perpetuando a lógica de que uma transgressão de gênero é reflexo de falhas no desenvolvimento.

É possível oferecer uma escuta que positive esse tipo de experiência, se esse for o caso, quando se fica preso em categorias diagnósticas *a priori*? Como ficam as possibilidades de abertura ao novo e ao desconhecimento quando o analista satura suas interpretações antes mesmo que o paciente possa enunciar-se em sua singularidade? Parece que a máxima psicanalítica da “hipersingularidade do sujeito” também está atravessada pelos enquadramentos de inteligibilidade que ditam quais corpos são dignos de ser pensados de forma singular e quais são simplesmente generalizados e novamente relegados à esfera da abjeção. Afinal, como diz Cunha (2017, p. 10-11)

“É enquanto discurso de poder, portanto, que a psicanálise deve ser alvo de uma operação de quebra das hierarquias discursivas cujo objetivo é a abertura de possibilidade de que vozes antes silenciadas possam agora se apresentar e enunciar a verdade de sua própria experiência subjetiva”.

5.5 – A transmissão em psicanálise tem a ver com gênero?

“[...] transmissão já é uma palavra complicada e enganosa, porque está bem que é preciso transmitir, mas então só se repetem os mestres fundadores, porque só *há a transmissão*” (Porchat, P & Fernandez, A., 2018, p. 130, grifo meu).

As declarações quase raivosas de Rio Teixeira (2017) tocam em um ponto que, embora não tenha sido amplamente mencionado e analisado aqui, aproxima-se de um elemento onírico latente se usarmos o paradigma do sonho como exemplo. Refiro-me à questão da transmissão em psicanálise. Em seu artigo de réplica ao trabalho de Dunker e Cossi (2017), Rio Teixeira mostra-se muito preocupado com os efeitos nefastos que a leitura “butlerizada” da psicanálise possa gerar no “leitor iniciante”. Essa leitura

promoveria uma colagem da teoria de Butler com a de Lacan, uma verdadeira heresia, visto que o autor entende que nem Foucault nem Butler tragam grandes contribuições para a psicanálise, pois suas leituras são demasiadamente ambíguas. Ademais, “ler a teoria e a prática da psicanálise pela perspectiva de programas declaradamente ideológicos produz um efeito de empobrecimento do empreendimento teórico de Lacan e da própria transmissão da psicanálise” (Rio Teixeira, 2017, p. 13). O efeito desse tipo de leitura seria ainda mais grave quando autores como Dunker e Cossi o propõem, pois são autores do campo psicanalítico e não apenas comentaristas externos de Lacan (Rio Teixeira, 2017). Parece não haver possibilidades de um estudioso da psicanálise ter qualquer crítica ou propor aproximações entre diferentes campos do saber.

Trago uma última citação de Rio Teixeira, momento em que ele parece incorrer justamente em sua própria crítica:

“aqueles que se aproximam da psicanálise e *encontram artigos de analistas que afirmam que a noção de gênero é compatível com a teoria psicanalítica, sobretudo lacaniana*, e que Lacan no final do seu ensino preconizou a dissolução das identidades sexuais, conhecerão um Lacan falando com um sotaque butleriano-foucaultiano, desconhecendo a aversão à militância que ele sempre manteve” (p. 13, grifo meu).

Falamos pouco sobre a militância de leituras endógenas da psicanálise, mas temos um belo exemplo aqui. Minha intenção ao trazer os trechos desse artigo é pensar sobre a relação de poder envolvida na transmissão da psicanálise. Isso me fez lembrar de diferentes afirmações que ouvi enquanto frequentava seminários em instituições de formação psicanalítica, especialmente duas que me marcaram muito: “tua leitura de Freud é minuciosa, mas tu perdes a razão quando passa a criticá-lo demais”. A outra que, por razões óbvias, remeteu-me ao texto de Rio Teixeira, foi feita após eu ter realizado a crítica foucaultiana, presente no primeiro volume da história da sexualidade, do quanto a psicanálise pode se tornar uma prática normalizadora que solda a verdade do sujeito com seu sexo, para o que ouvi: “na clínica nós precisamos manter nossos alicerces teóricos e teórico-técnicos muito sólidos, Foucault não ajuda em nada na clínica, ele é um crítico da psicanálise”. Não seriam essas posições ideológicas e militantes⁴²?

⁴² Vale ressaltar que no discurso psicanalítico, normalmente, toma-se a expressão “militância” como equivalente de uma postura política/identitária que a psicanálise não deveria pactuar. Penso que a clínica não deve se orientar por uma militância, entretanto me parece importante esclarecer o que opera

Talvez o “erro comum”, para parafrasear a primeira lição do Seminário 19 de Lacan, dos psicanalistas seja essa crença de que a psicanálise é um dispositivo exterior ao mundo (à história e à produção de novas teorias). Na tréplica de Dunker e Cossi (2017) a Rio Teixeira (2017), os psicanalistas recuperam o histórico de marginalização que a psicanálise relegou à homossexualidade e dizem:

“ora, a patologização das homossexualidades não é efeito apenas de má leitura ou falta de rigor, mas está sobredeterminada pela participação da psicanálise em políticas discursivas, internas e externas aos textos de Freud ou de Lacan. Imaginar que a psicanálise seria imune a determinação ideológica de seus conceitos é sancionar desavisadamente políticas que já estão em curso. Os mesmos que querem uma *Escola sem Partido*, advogam uma *Psicanálise sem Gênero*” (Dunker e Cossi, 2017, p. 5, grifo dos autores).

Quais são as propostas que os autores que se alinham à crítica de Dunker e Cossi trazem? O discurso hegemônico, como bem vimos, é apenas de apontar onde autores como Butler leram ou não leram “certo” a psicanálise, como se houvesse apenas uma leitura possível. “[...] quando leio lacanianos afirmando que Butler não compreendeu Lacan, tenho vontade de acrescentar: Butler não compreendeu o Lacan de vocês; compreendeu outro Lacan”. (Laurie Laufer, 2018, p. 24)⁴³. Lembro também de Birman, que reitera, sempre que possível, como boa parte dos analistas, membros de instituições psicanalíticas, desconhece o conceito de poder. Para Porchat (2018b, p. 129) “a questão do poder é como uma pedra no sapato dos psicanalistas e da psicanálise, porque, para pensar na questão de gênero, normalmente se pensa no psiquismo sem incluir as relações de poder”. O que está em jogo quando determinadas leituras são autorizadas e outras não?

Isso vale para a discussão sobre transmissão e para a clássica fala “gênero não é um conceito psicanalítico”, possivelmente a afirmação que eu mais ouvi ao longo do mestrado, sobretudo, em seminários e congressos. Exemplos disso podem ser encontrados no próprio trecho supracitado de Rio Teixeira e também no texto de Carla Rodrigues (2017), quando a autora critica a chamada de um importante encontro de psicanálise que relega o gênero a uma categoria puramente sociológica, ou ainda, naqueles que defendem que a psicanálise trabalha com a sexuação e não com gênero/identidade de gênero (De Mendonça e Azevedo, 2018). Tais constatações nos levam a indagar, como faz Porchat (2018, p. 38): “quais psicanalistas e quais teorias

subjacentemente, no discurso, quando alguns psicanalistas são acusados de serem militantes, como se isso fosse algo menor.

⁴³ Entrevista realizada por Luiz Prado de Oliveira e Beatriz Santos

podem criar conceitos?”. Nesse sentido, autores como Posadas (2017) defendem a incorporação de teorias e narrativas que abordem questões trans, por exemplo, pelos institutos de formação em psicanálise, na tentativa de dar visibilidade ao que parece um fantasma terrorífico para muitos analistas que colocam a teoria na frente de qualquer prática.

Zambrano (2018) analisa as relações institucionais, valendo-se do conceito de violência simbólica proposto por Bourdieu, discutindo que a não inclusão de autores críticos a proposições familistas e heteronormativas, dentro da psicanálise, faz com que diversos pressupostos teóricos sigam impensados e que a diferença sexual, por exemplo, seja tomada como uma decorrência natural, um fato enigmático. Em um esforço de desqualificação argumentativa, as posições críticas da psicanálise são tomadas e localizadas como “não psicanalíticas”. A autora menciona também o enquadre taxativo de membros em formação em categorias como “feministas”, em um uso do adjetivo que subverte sua função e é utilizado de modo pejorativo. Há, portanto, uma necessidade do reconhecimento e da análise das relações de poder que contribuem para a manutenção de discursos hegemônicos pautados por uma lógica hetero-cis-sexista. Não se trata de qualificar as relações de poder em boas ou más, mas sim de reconhecer sua existência e seus perigos. Pensar sobre relações de poder em psicanálise implica, primeiramente, o reconhecimento por parte da psicanálise de que sua presença é constante e está posta em cada relação, decisão e movimento institucional e, também, demanda um exercício crítico permanente, um convite para pensar além da repetição e do lugar comum.

Considerações Finais

Por diversas vezes falo, nessa dissertação, sobre a importância do reconhecimento e da análise da contratransferência. Isso está relacionado à própria organização interna desse trabalho e com o porquê de o capítulo 5 ter se desenvolvido diferentemente da ideia original. Assim como fiz no capítulo 4, a proposta era apresentar diversos artigos contendo ideias que iam na contracorrente do capítulo anterior, ou seja, pensar no gênero de modo interdisciplinar e apostar no diálogo entre estudos de gênero e teoria *queer* com a psicanálise, e não os tomar como inimigos. Porém, como efeito da própria escrita (serendipidade), percebi que o capítulo (4) em que apresento a visão hegemônica da psicanálise (Cunha, 2016b) acerca dos estudos de gênero, da teoria *queer* e das transidentidades era o capítulo central ao argumento da dissertação. Minha questão estava mais voltada para tentar entender os usos e abusos teóricos e, de fato, pensar sobre eles, no sentido de apontar alguma elaboração. A dificuldade em ler muitos dos artigos analisados, a dificuldade em acertar um tom na escrita que não entrasse em uma lógica especular de violência e desrespeito não foi sem dificuldade, sem um turbilhão de afetos e uma vontade de verdadeiramente *Escapar da Psicanálise*, parafraseando o título do livro de Didier Eribon.

Agora, talvez, seja mais nítido que parte do sentimento de desconforto e irritação experienciados sejam provenientes dos efeitos que todas essas teorizações seguem tendo na clínica e na incapacidade de grande parte da psicanálise em romper com uma história de invisibilização e deslegitimação, além do pouco questionamento de quando a teoria e a clínica se transformam em instrumentos de perpetuação de violência contra certas existências. A defesa de uma leitura endógena da teoria psicanalítica não produz outros efeitos que não a violência e o enrijecimento da escuta analítica, os efeitos não se restringem somente à escuta, mas também reiteram a horizontalidade do poder e a hierarquia de algumas figuras dentro das instituições. Não se trata aqui de um discurso “denuncista dos preconceitos enraizados na psicanálise”, como ouvi certa vez em um congresso quando utilizei Foucault e Butler para fazer trabalhar a teoria psicanalítica, mas de um suporte da angústia que pode advir de uma aposta que alie a psicanálise aos estudos de gênero, que, de fato, oferecem ferramentas para pensarmos as dissidências de gênero para além da patologização e da individualização do sofrimento (Kveller, Cavalheiro & Tietboehl, 2019). Penso que há um impasse colocado por essa reflexão que se centra sobre as possibilidades da psicanálise em atuar tanto como agente de

subversão do *establishment* quanto sua capacidade em tornar-se uma prática prescritiva que detém uma verdade última sobre o sexo e o gênero. Tal impasse foi muito bem descrito por Cunha (2017, p. 3)

“[...] a psicanálise pode aparecer tanto como dispositivo de normalização e silenciamento das dissidências de sexo e de gênero, quanto, ao mesmo tempo, como dispositivo de escuta capaz de produzir a abertura de espaços de enunciação que possam converter-se rapidamente em espaço político para novas formas de existência, para novas formas de subjetivação”.

A psicanálise tem sua origem em uma prática, a prática clínica. Hoje podemos associar a ideia de “clínica” a algo mais amplo, o sentido da psicanálise me parece ser a tarefa de fazer operar uma escuta analítica. Então, será que não deveríamos nos preocupar e nos questionar sobre as normas sociais? Será que podemos ouvir quem quer que seja desconsiderando todas as mudanças ocorridas desde a criação da psicanálise que, certamente, foram as razões de sua sobrevivência? A que servem esses discursos catastróficos em torno dos debates de gênero e também da contemporaneidade? O maior legado deixado por Freud foi justamente o da psicanálise poder sempre se questionar, reinscrever suas teorias como o *après-coup* que funciona em um pólo duplo de inscrição e de uma tendência à “extintividade” (Chervet, 2009). Apesar de suas descrenças em relação ao futuro da psicanálise, Freud, sempre pareceu ter tido uma atitude sóbria e aberta em relação a sua própria teoria. Não vamos esquecer as inúmeras modificações teóricas, o vem-e-vai em vários de seus textos mais importantes (e aqui lembro dos *Três Ensaio*s e de suas sucessivas mudanças), seu ímpeto em reconhecer as possibilidades de mudança e abraçar essa aposta.

Se por um lado o dispositivo psicanalítico nasce da clínica e volta para teoria, por outro, a teoria pode iluminar pontos, mas jamais nos deixar sem possibilidades de ver para além desses pontos iluminados. Agamben (2009, p. 62) nos diz que ser “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro e também aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”. Aqui cabe perguntar como a psicanálise se posiciona frente a essa discussão? Gayle Rubin (1983/2017, p. 79) já alerta que, “a sexualidade é impermeável à análise política se for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia puramente individual”. Como podemos subverter um plano político que se anuncia em nosso cenário, que quer voltar a pensar a sexualidade de modo estritamente biológico, em que

o corpo seria um receptáculo passivo da ação cultural? Como podemos redirecionar esse fenômeno, de forma a impedir que o espaço da diversidade seja confinado a categorias estanques? Parece-me que essa tendência geral na política (macro e micro) brasileira hoje, encontra eco no discurso predominante da psicanálise. Seria isso que a psicanálise tem a oferecer?

Apesar dessa pesquisa ter sido baseada em uma revisão bibliográfica, diversas questões clínicas estiveram presentes como pano de fundo. E tal revisão apontou como os autores trabalham clinicamente e os efeitos que *a priori* teóricos podem ter, sobretudo, em relação às dissidências de gêneros que ocupam um lugar abjeto na história da psicanálise. Refletir sobre as dissidências de gênero é se engajar em uma discussão teórico-clínica e ético-política: esses aspectos não são dissociáveis. Nesse sentido, vale pensar essa reflexão para além de uma suposta “militância”. Refiro-me à expressão “militância”, pois é bastante comum ouvir essa palavra quando se fala em gênero e política, como se propor qualquer discussão política envolvesse uma esfera que não diz respeito à psicanálise. A invocação da expressão militância, em psicanálise, visa desqualificar propostas e, muitas vezes, está a serviço da manutenção de posições bastante reacionárias⁴⁴.

Em 2013, Joan Scott comentou sobre as acusações feitas pela ex-senadora francesa Christine Boutin, que acusava a “teoria de gênero” de ser ideológica e de negar as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Vemos muitas semelhanças entre as acusações de Boutin, feitas em 2011, e as realizadas no Brasil, 6 anos depois, nos protestos movidos contra a vinda de Butler. É notória a elevação de Judith Butler a um lugar de encarnação do mal, criadora da “teoria de gênero” e, conseqüentemente, da ideologia de gênero, que visaria apagar qualquer tipo de diferença sexual, ou ainda, nas palavras de uma deputada brasileira recentemente eleita, “ela quer corromper e acabar com a inocência das nossas crianças”⁴⁵. Parece pouco razoável que o discurso psicanalítico assumira uma postura que se aproxime ao de uma crença ideológica pela qual a teoria psicanalítica estaria sendo contaminada. Além disso, como procurei mostrar, a discussão sobre gênero pouco tem a ver com isso. Usarei dois trechos de uma entrevista recentemente realizada com Judith Butler (2019), onde ela reflete sobre as

⁴⁴ Serve a uma desqualificação argumentativa, conforme refere Zambrano (2018).

⁴⁵ Ver Joice Halsemann (2017) - <https://www.youtube.com/watch?v=7msVAgSG9ok&t=959s>

acusações de ser a “mãe” da “ideologia de gênero” e pondera, de fato, sobre o que se trata discutir gênero

“[...] lendo as teorias de gênero com cuidado vemos que elas não são nem destrutivas tampouco doutrinadoras. De fato, elas simplesmente almejam uma modalidade de liberdade política, de viver em um mundo mais justo e vivível (...) em última análise, a luta por igualdade de gênero e liberdade sexual almeja diminuir o sofrimento e reconhecer as diversidades, encarnadas e culturais, das nossas vidas. Ensinar gênero não é doutrinação: não se diz a uma pessoa como viver; esse ensino abre a possibilidade de pessoas jovens encontrarem seus próprios caminhos em um mundo que, recorrentemente, confronta-os com um espectro estreito e cruel de normas sociais. Afirmar a diversidade de gênero não é, portanto, destrutivo: afirma-se a complexidade humana e se cria um espaço para que pessoas encontrem seus caminhos dentro dessa complexidade”.⁴⁶

Como uma forma de tentar encerrar provisoriamente os objetivos dessa pesquisa, gostaria de propor algumas questões na expectativa de que elas possam seguir sendo pensadas e desenvolvidas:

Primeiramente, sustentar uma escuta analítica que não parta da associação direta entre diversidade de gênero e patologia ou déficit, não procurar explicar como alguém se torna X ou Y, especialmente em relação às dissidências de gênero. Não é uma tarefa da psicanálise explicar como alguém se torna histérico, obsessivo ou o que for (Van Haute & Geyskens, 2016). Aqui friso *da* psicanálise.

Além disso, a questão da possibilidade do reconhecimento do saber médico por parte da psicanálise, não para descartá-lo ou para considerá-lo inferior, mas para colocar-se à parte desse discurso, não produzindo uma massificação diagnóstica que fica presa de modo obsessivo em uma etiologia do sexual (Cunha, 2017; Laufer, 2017).

Por fim, friso a necessidade de considerar que, por mais que trabalhemos com a subjetividade e a particularidade de cada caso, a violência, a precariedade e a vulnerabilidade marcam mais alguns corpos que outros. A proposição de se pensar sempre na singularidade não deve excluir a consideração, por parte do analista, da violência simbólica a que alguns grupos são mais expostos.

Conforme lembra Canelas Neto (2017)

“atualmente, tendo a pensar que é ilusório acreditarmos que o analista deveria ficar, sempre que possível, isento, imune, neutro, no decorrer de uma análise. A experiência clínica foi me mostrando que, na análise, sempre estamos diante

⁴⁶ Tradução de Felipe Demetri

de um incômodo singular com cada novo paciente. E isso não melhora com o tempo; não atingimos um dia uma condição confortável, mais lúcida e isenta. A situação analítica nos é sempre perturbadora.”

O analista é um sujeito presente no tratamento, e tem suas posições, sempre teve e sempre terá. Os preceitos técnicos orientados por Freud podem ser utilizados aqui de modo a favorecer a despolitização. Manter-se afastado dessa discussão, não nomear as normas, significa estar alinhado ao discurso hegemônico. Conforme aponte, tal viés gera constatações que podem render o rótulo de “militante” a todos aqueles que lembrarem o que já deveria ser óbvio, ou que complexificam a discussão política. Não me parece possível que a psicanálise seja pensada sem a dimensão política. Nesse sentido, como nos lembra Scott, discutir gênero é sempre discutir política. O manter-se afastado das supostas discussões ideológicas relativas aos gêneros também é uma posição política e, talvez, uma precondição para uma escuta que tende à normalização, especialmente, na discussão sobre a diferença sexual, conforme procurei ilustrar.

Saketopoulou (2014), aponta que o não reconhecimento do gênero produz efeitos traumáticos. Como se viu ao longo do século XX, tal atitude acaba por reforçar estigmas, colando sujeitos em diagnósticos e enrijecendo a escuta. A partir da perspectiva de uma clínica zelosa com os efeitos da violência relacionada ao gênero e à sexualidade, torna-se mais proveitoso discutir como a escuta pode oferecer a possibilidade de um reposicionamento subjetivo diante da agressão, da injúria e das tentativas de exclusão simbólica; uma possibilidade de inscrição política no laço social e de tensionamento das fronteiras da abjeção (Kveller, Cavalheiro & Tietboehl, 2019).

Referências

- Abramovitch, S. (2017). Sexo, gênero. Sintoma e sinthoma. *Stylus (Rio de Janeiro)*, (34), 129-135.
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Ahmed, S. (2016). Interview with Judith Butler. *Sexualities*, 19(4), 482-492.
- Alvares, J. P. (2017). A garota dinamarquesa: Lili Elbe. *Ide*, 40(64), 185-197.
- Ambra, P. E. S. (2013). *A noção do homem em Lacan: uma leitura das fórmulas da sexuação a partir da história da masculinidade no Ocidente* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ambra, P. E. S. (2017). *Das fórmulas ao nome: bases para uma teoria da sexuação em Lacan* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; Sorbonne Paris Cité - Université Paris Diderot, São Paulo.
- Ambra, P. (2018). Gênero e epistemologia psicanalítica. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. (pp. 81-93). Curitiba: Calligraphie
- Andrade, D. (2018, dezembro). Cirurgia imediata... Pra quem? Recuperado a partir de <https://transfeminismo.com/cirurgia-imediata-para-quem/>
- Antunes, M. C. (2016). A anatomia é o destino: a psicanálise e o sintoma transexual. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*. Rio de Janeiro, 11(22), 42-67.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653-673.
- Argentieri, S. (2009). Travestismo, transexualismo, transgêneros: identificação e imitação. *Jornal de Psicanálise*, 42(77), 167-185.
- Ayouch, T. (2014). A diferença entre os sexos na teoria psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 58-72
- Ayouch, T. (2015a). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percursos*, 54(28), 23-32.

- Ayouch, T. (2015b). *Psicanálise e homossexualidade: teoria, clínica, biopolítica*. Curitiba: CRV.
- Ayouch, T. (2016). Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. *Periódicus*, 5(1), 3-6.
- Bachelard, G. (1996). *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto
- Bagagli, B. (2017, setembro). Sobre “destransição”, arrependimento e cisgeneridade. Recuperado a partir de <https://transfeminismo.com/sobre-destransicao-e-cisgeneridade/>
- Bagagli, B. (2018, dezembro). Uma Resposta à Marco Antônio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos. Recuperado a partir de <https://transfeminismo.com/uma-resposta-a-marco-antonio-coutinho-jorge-e-natalia-pereira-travassos/>
- Barison, O.L. (2010). Para o gol: latência e identidade de gênero. *Jornal de Psicanálise*, 43(79), 83-99.
- Barkai, A. R. (2017). Troubling Gender or Engendering Trouble? The Problem With Gender Dysphoria in Psychoanalysis. *The Psychoanalytic Review*, 104(1), 1-32.
- Belkin, M. (2018). Who is Queer Around Here? Overcoming Rigid Thinking and Relating in Patient and Analyst. *Contemporary Psychoanalysis*, 1-27. Recuperado a partir de <https://doi.org/10.1080/00107530.2018.1491163>
- Benjamin, J. (1987). The decline of the oedipus complex. In Broughton, J.M. (Org.) *Critical theories of psychological development*. (pp. 211-244). New York: Plenum Press
- Bento, B. & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 559-568
- Birman, J. (1996). *Por uma Estilística da Existência*. São Paulo: Editora 34
- Birman, J. (2000). A derrota da intolerância? In Amarante, P. (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 95-105). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Birman, J. (2018). Sexualidade na contemporaneidade. *Cadernos De Psicanálise (CPRJ)*, 40(38), 137-159.

- Bleichmar, E. D. (1988). *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Blestcher, F. (2017). El psicoanálisis interpelado por las sexualidades disidentes: pontualizaciones para una clínica antipatriarcal y posheteronormativa. *SIG: revista de psicanálise*, 9(2), 105-116.
- Borba, R. (2014). Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (17), 66-97.
- Bulamah L. C & Kupermann, D. (2016). A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais, *Periódicus*, 5(1), 73-86.
- Bulamah, L, C. (2016). *História de uma regra não escrita: a proscricção da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. São Paulo: Annablume
- Butler, J. & Athanasiou, A. (2017). *Desposesión: lo performativo en lo político*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora.
- Butler, J. (1990). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (3 ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter. On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge
- Butler, J. (1997). *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2004a). *Undoing gender*. New York and London: Routledge
- Butler, J. (2004b). *Precarious Life: The powers of mourning and violence*. New York, London: Verso.
- Butler, J. (2005). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- Butler, J. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 95-126.

Butler, J. (2015). *Conferência Magna, I Seminário Queer: cultura e subversão da identidade*. São Paulo: SP.

Butler, J. (2017a, outubro). Não podemos esperar que só assembleias e protestos produzam mudanças. Recuperado a partir de: <https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-nao-podemos-esperar-que-so-assembleias-e-protestos-produzam-mudanca/>

Butler, J. (2017b, novembro). Entrevista com Judith Butler. Recuperado a partir de <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/judith-butler-o-ataque-ao-genero-emergendo-medo-das-mudancas/>

Butler, J. (2019, março). The backlash against “gender ideology” must stop. Recuperado a partir de <https://www.newstatesman.com/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop>

Canelas Neto, J. (2017). O homem dos pesados. *Percurso* (58). Recuperado a partir de http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apq=artigo_view&ida=1253&ori=autor&let ra=G

Ceccarelli, P. (2008). *Onde se situa a diferença*. *Polêmica*, 7(1), 53-66

Ceccarelli, P. R. (2014). Inquilino no próprio corpo: reflexões sobre as transexualidades. In M.T.A.D Coelho & L.L.P. Sampaio (Orgs.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. (pp. 53-63). Salvador: EDUFBA.

Ceccarelli, P.R. (2013). *Transexualidades* (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo

Chervet, B. (2009). L’après coup. La tentative d’inscrire ce qui tend à disparaître. *Revue Française de Psychanalyse*, 73 (5), 1361-1441.

Chiland, C. (2005). Problèmes posés aux psychanalystes par les transsexuels. *Revue Française de Psychanalyse*, 69 (2), 563-577.

Chnaiderman, M. & Souza, A.L.M (2015). Até tu, Pontalis? *Percurso*, 54(28), 33-42.

Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

- Chodorow, N. (2005). Gender On the Modern-Postmodern and Classical-Relational Divide: Untangling History and Epistemology. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 53(4), 1097–1118.
- Corbett, K. (2008). Gender Now. *Psychoanalytic Dialogues*, 18(6), 838–856.
- Corbett, K. (2011). Gender Regulation. *The Psychoanalytic Quarterly*, 80(2), 441–459.
- Cossi, R. K. (2017). *A diferença dos sexos: Lacan e o feminismo*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo
- Costa, G. P. (2017). Considerações psicanalíticas sobre sexualidade e gênero. In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs). *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 33-50). São Paulo: Blucher
- Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista EPOS*, 4(2), 00
- Cunha, E. L. (2016a). Para além da questão homossexual: a psicanálise em sociedade. Posfácio In: Bulamah, L. C. *História de uma regra não escrita: a proscricção da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. (pp. 203-210). São Paulo: Annablume
- Cunha, E. L. (2016b). A psicanálise e o perigo *trans* (ou: por que os psicanalistas têm medo de travestis?). *Periódicus*, 5(1), 7-22.
- Cunha, E. L. (2017). *Sexo, norma e verdade: a psicanálise entre sujeição e subjetivação*. Trabalho apresentado na III Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Porto Alegre, UFRGS.
- Czermak, M. (1991). *Paixões do objeto: estudo psicanalítico das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- De Mendonça, L.G. & de Azevedo, C.A.C.B. (2018). Transexualidade – O corpo entre o sujeito e a ciência. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, 34(1), 65-67.
- Dör, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Dunker, C. & Cossi, R.K. (2017). Psicanálise sem gênero? Recuperado a partir de https://docs.wixstatic.com/ugd/91f056_f41e0b6a64534cc3beea66fa2236393e.pdf?fbclid=IwAR3KEXqQ1EjSqRGToHe1tn8UIB9AsxmPZzrWzE_uz2lSI8VYPrLVUGpZqQ8

Fausto-Sterling, A. (2000). The Five Sexes, Revisited. *The Sciences*, 40(4), 18–23.

Fausto-Sterling, A. (2018, outubro). Why Sex Is Not Binary. *The New York Times*, New York. Recuperado a partir de <https://www.nytimes.com/2018/10/25/opinion/sex-biology-binary.html>

Fiorini, L. (2015). Desconstruindo o conceito de função paterna: um paradigma interpelado. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 22(2), 479-491

Fiorini, L. (2017). Subjetividades em transição, parentalidade contemporâneas: diversidade e diferença. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 91-102.

Flores, V. P. (2010). A perversão e a teoria queer. *Tempo psicanalítico*, 42(1), 131-148

Foucault, M. (1976). *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2013.

Françoia, C.R. (2018). Da letra da mulher à reescritura da psicanálise. In C. Françoia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. (pp. 63-79). Curitiba: Calligraphie

Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *S. Freud. Obras completas*, v.6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Freud, S. (1908). Sobre as teorias sexuais infantis. In *S. Freud. Obras completas*, v.8. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Freud, S. (1912). A dinâmica da transferência. In *S. Freud, Obras completas*, v.10. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Freud, S. (1920). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina In *S. Freud. Obras completas*, v.15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, S. (1925). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In *S. Freud. Obras completas*, v.16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, S. (1931). Sobre a sexualidade feminina. In *S. Freud, Obras completas*, v.18. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Freud, S. (1933). Feminilidade, conf. 33. In *S. Freud, Obras completas*, v.18. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Frignet, H. (2002). *O transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud

Gherovici, P. (2018). A psicanálise está preparada para a mudança de sexo? *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 10(2), 130-139.

Goldenberg, R. (2017). O gênero em questão. In: *Correio da APPOA*, 264.

Gomes, A. (2018). Diferença anatômica entre os sexos: diferenças? In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 36-50). Salvador: Ágalma

Graña, R. (2010, agosto). Entrevista: Criança pode escolher ser menino ou menina? Veja o que os especialistas dizem. Recuperado a partir de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2010/08/crianca-pode-escolher-ser-menino-ou-menina-veja-o-que-os-especialistas-dizem-3004697.html>

Green, A. (1988). *Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.

Green, A. (1999). *Las cadenas de eros*. Buenos Aires: Amorrortu.

Gruman, P. (2018). *L'abjection de la femme chez Freud et Lacan (Mémoire de Recherche)*. UFR D'études Psychanalytiques, Université Paris Diderot - Paris VII, Paris

Gueller, A.J.S (2018). Entre o sujeito e o Outro, de quem é o corpo? In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 189-210). Salvador: Ágalma

Guignard, F. (2009). Entrevista com Florence Guignard: processos identificatórios do masculino e do feminino. *Jornal de Psicanálise*, 42(77), 23-29

Hanisch, C. (1969). O pessoal é político. Recuperado a partir de <https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf>

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra, *Caderno Pagu*, 22, 201-246.

Harris, A. (2017). Intimacy: the tank in the bedroom. *The International Journal of Psychoanalysis*, 98(3), 895-907.

Haudenschild, T. (2008). Escuta analítica da bissexualidade psíquica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(4), 75-84

Haudenschild, T. (2009). O pai e a constituição da masculinidade. *Jornal de Psicanálise*, 42(77), 123-141.

Jerusalinsky, J. (2018). A criança diante do enigma da sexualidade em tempos do corpo montado. In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 85-119). Salvador: Ágalma

Jorge, M. A. C & Travassos, N. P. (2017). A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 20(2), 307-330.

Jorge, M. A. C & Travassos, N. P. (2018a). *Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Zahar

Jorge, M. A. C & Travassos, N. P. (2018b, dezembro). Psicanalistas advertem para consequências de cirurgias transexuais Recuperado a partir de <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,psicanalistas-advertem-para-consequencias-de-cirurgias-transexuais,70002645006>

Júnior, J. L. (2014). A interiorização do “verdadeiro” sexo e a busca pelo “verdadeiro” gênero. In M.T.A.D Coelho & L.L.P. Sampaio (Orgs.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. (pp. 41-51). Salvador: EDUFBA.

Kardous, P. (2018). A criança espera que, quando adulto, saberá toda a verdade. In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 120-133). Salvador: Ágalma

Kardous, P. (2019, março). Debate: Gênero e sexualidade na infância e adolescência. Recuperado a partir de <https://www.youtube.com/watch?v=xYJ1ZOIO6Nw&t=2011s>

- Knudsen, P. P. P. da S. (2010). Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 18(1), 161-170.
- Kondera, J. (2018). Quando a diferença é falha. In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 211-227). Salvador: Ágalma
- Kotz, L. (1992). The body you want: Liz Kotz Interviews Judith Butler. *Artforum*, 31(3), 82-89
- Kveller, D. (2018). Psicanálise e gênero: novos debates rumo à despatologização. *SIG: revista de psicanálise*, 10(2), 125-126
- Kveller, D., Cavalheiro, R. & Tietboehl, L. (2019). A criança queer e a psicanálise: para além do princípio do progresso e da heterossexualidade compulsória. No prelo
- Lacan, J. (1960-1961/1992). O seminário, livro 8: *a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- Lacan, J. (1971). O seminário, livro 18: *De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- Lago, M. (2010a). Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 189-204
- Lago, M. (2010b). A psicanálise nas ondas dos feminismos. In: Rial, C., Pedro J.M & Fávero, S.M.A. (Orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. (pp.287-306). Florianópolis: Editora Mulheres
- Laqueur, T. (1990). *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, London: Harvard University Press
- Lattanzio, F. F. (2011). *O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Laufer, L. (2017). *Feminismos e Psicanálise*. Trabalho apresentado no Colóquio: Psicanálise, Gênero e Feminismos: perspectivas. São Paulo: USP.

- Layton, L. (2007). What psychoanalysis, culture and society mean to me. *Mens Sana Monographs*, (5), 146–157.
- Leuzinger-Bohleber, M. (2009). Psychodynamic and biographical roots of a transvestite development: clinical and extra-clinical findings from a psychoanalysis. In Fonagy, P., Krause, R. & Leuzinger-Bohleber, M. (Orgs). *Identity, Gender, and Sexuality: 150 years after Freud*. (pp. 43-73). London: Karnac
- Lévi-Strauss, C. (1956). *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Lisondo, A.B.D. (2015). Homoparentalidade: excessos e possibilidades. *Publicação CEAPIA: revista de psicoterapia da infância e da adolescência*, 24, 55-71.
- Lombardi, G. (2015). Escolha do gênero e escolha do sexo: A lógica do fantasma em 2014. *Stylus*, (31), 103-111.
- Lopes, A. J. (2017). Transexualidades: desafio à psicanálise do século XXI. *Estudos de Psicanálise*, (48), 107-126
- Mariotto, R.M.M. (2018). In R.M.M. Mariotto (Org.). Da psiquiatria à psicanálise: uma investigação histórica sobre os estudos de gênero na infância e adolescência. *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 15-35). Salvador: Ágalma.
- Marques, L., Lavinias, G., & Müller, V. (2018). A transexualidade e o estranhamento do corpo: sobre os recursos à mudança de sexo. *Revista De Psicanálise Stylus*, (35), 133-151.
- Martins, A.C.B.L. & Poli, M.C. (2018). Transexualidade e norma sexual: a psicanálise e os estudos queer. *Subjetividades*, 18(Edição Especial), 55-67.
- Maya, A. (2013). A homofobia no discurso psicanalítico sobre o casal e a parentalidade homossexual. In Quinet, A. & Jorge, M. A. C. (Orgs.) *As homossexualidades na psicanálise*. (pp.65-74). São Paulo: Segmento Farma.
- Melman, C. (2003). *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Millot, C. (1992). *Extrasexo – ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta

- Miranda, E. da R. (2015). Transexualidade e sexuação: o que pode a psicanálise. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 7(1), 52-60
- Moga, D. E. (2018). So What is Gender Anyway? And Who's Having Sex with Whom? *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 66(3), 527–543.
- Mombaça, J. (2016, agosto). Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. Recuperado a partir de <http://www.ssexbbox.com/2016/08/para-desaprender-o-queer-dos-tropicos-desmontando-a-caravela-queer/>
- Money, J. (1988). *Gay, Straight, and in-between: the sexology of erotic orientation*. New York: Oxford University Press
- Morel, G. (2000). *Sexual Ambiguities*. London: Karnac, 2011
- Nogueira, J. (2005). Os transtornos da sexualidade no adulto. In: *Psicanálise e sexualidade: tributo ao centenário de "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" 1905-2005* (pp. 131-139). Porto Alegre: Casa do Psicólogo.
- Oakley, A. (1972). *Sex, gender and society*. London: Temple Smith
- Oliva, M. L. de la. (2015). A insistência do real na sexualidade: diferentes perspectivas da psicanálise e o feminismo. *Stylus*, (30), 79-99.
- Oliveira, R.A. (2017). Interiorização da função paterna e masculinidade na clínica psicanalítica In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs). *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 241-260). São Paulo: Blucher
- Oudshoorn, N. (1994). *Beyond the Natural Body: An Archaeology of Sex Hormones*. Routledge: London
- Penot, B. (2009). A mãe como terceiro, em après-coup, para fazer da menina uma mulher. *Jornal de Psicanálise*, 42(77), 207-214.
- Perez, A. (2016). Poderes, perigos e inquietações discursivas: um certo discurso analítico sobre teorias do gênero e transidentidades. *Periódicus*, 5(1), 154-170
- Perez, A, de A. (2018). *O queer dizer da psicanálise? Paradoxos da normalização do gênero e da sexualidade na psicanálise em São Luís* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

- Perucchi, J. (2009). Dos estudos de gênero às teorias queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. Maceió: ABRAPSO.
- Piscitelli, A. (2003). Comentário. *Cadernos Pagu*, (21), 211-218
- Pollo, V. (2016). Transexualidade e transgêneros: o gozo sexual da falante. *Stylus*, (33), 177-189
- Pombo, M. (2016). *Diferença sexual e função paterna na contemporaneidade: novos possíveis* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pombo, M. (2018). Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na psicanálise. *Psicologia Clínica*, 30(3), 447-470
- Pontalis, J. B. (2005). *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Ideias e Letras
- Porchat, P. & Fernández, A.M. (2018). Ana María Fernández. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. (pp. 119-132). Curitiba: Calligraphie
- Porchat, P. (2014a). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá Editora.
- Porchat, P. (2014b). Transexualidade hoje: questões para pensar o corpo e o gênero na psicanálise hoje. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 115-126.
- Porchat, P. (2015). Um corpo para Judith Butler. *Periódicus*, 3(1), 37-51.
- Porchat, P. (2017). Elementos para refletir acerca do trabalho psicanalítico com famílias que “saem do armário”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 103-116.
- Porchat, P. (2018). Barulhos de gênero. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. (pp. 35-43). Curitiba: Calligraphie.
- Posadas, M. (2017). Psychoanalysis and Psychoanalytic Theory as Tools to Increase TransVisibility. *TSQ*, 4 (3-4), 647–653.

- Prado de Oliveira, L. & Santos, B. (2018). Laurie Laufer: uma psicanalista inspirada por Michel Foucault e pelo feminismo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 52(3), 17-31.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Preciado, P. B. (2004). *Manifesto contrassexual* (2ª. ed.). São Paulo: n-1 edições, 2014.
- Preciado, P.B. (2018a). *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, P.B. (2018b). *Transfeminismo*. São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, P.B. (2019, março). Nossos corpos trans são um ato de dissidência do sistema sexo-gênero. Recuperado a partir de <https://resistaorp.blog/2019/03/26/nossos-corpos-trans-sao-um-ato-de-dissidencia-do-sistema-sexo-genero/?fbclid=IwAR2ed2znN4oC1ghrg4Ta7orweikrhacA1P1py2-aEN7o-K6zU8bEeC6DbiE>
- Rinaldi, D. (2011). O corpo estranho. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(3), 440-451.
- Rodrigues, C. (2017). *Outras hipóteses de escuta para o significante gênero*. Trabalho apresentado na XVII Jornada Corpolingagem e IX Encontro Outrarte. Campinas, Unicamp.
- Rubin, G. & Butler, J. (2003). Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, (21), 157-209.
- Rubin, G. (1975). *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- Safatle, V. (2005). Uma clínica do sensível: a respeito da relação entre destituição subjetiva e primado do objeto. *Interações*, 10(19), 123-150.
- Safatle, V. (2017). Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, 31(91), 211-227.

Saketopoulou, A. (2014). Mourning the Body as Bedrock: Developmental Considerations in Treating Transsexual Patients Analytically. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 62(5), 773–806.

San Miguel, M. T. (2004). El psicoanálisis: una teoría sin género. Masculinidad/feminidad em la obra de Sigmund Freud. La revisión de Jean Laplanche. *Aperturas: Revista Internacional de Psicoanálisis*, 16. Recuperado a partir de <http://www.aperturas.org/articulo.php?articulo=0000280>

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

Scott, J. (2013). The Uses and abuses of gender. *Tijdschrift voor Genderstudies*, 1, 63-77.

Scott, J. (2017, outubro). Gender, Politics, and Psychoanalysis. [Youtube]. Recuperado a partir de <https://www.youtube.com/watch?v=xu7H0SPxQv8&t=1455s>

Silva, A. C. da, & Santos, K. A dos. (2017). O feminino e a perspectiva lacaniana de superação da lógica fálica. *Reverso*, 39(74), 39-46.

Simões, A. & Gonçalves, G.A. (2018). Labirintos da sexualidade: convergências e dissonâncias entre a psicanálise e a teoria queer na atualidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21(1), 12-22.

Smirgel, J.C. (1964). *Sexualidade feminina: uma abordagem psicanalítica contemporânea*. Porto Alegre, Artes médicas, 1988.

Sodré, M. & Arán, M. (2012). Considerações contemporâneas sobre a noção psicanalítica de diferença sexual. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 293-326.

Souto, J, B. et al (2016). As vias da transexualidade sob a luz da psicanálise. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 38(34), 187-206.

Souza, A. (2017). Se fazer homem e se fazer mulher. *Estudos de Psicanálise*, (48), 127-134.

Spargo, T. (2017). *Foucault e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Stoller, R. (1968). *Sex and gender*. London: Karnac.

- Stoller, R. (1975). *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
- Stoller, R. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Tajer, D. (2017). *Algumas considerações éticas e clínicas sobre a infância trans*. Trabalho apresentado no Colóquio: Psicanálise, Gênero e Feminismos: perspectivas. São Paulo: USP.
- Teixeira, M. C. (2012). Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. *Revista aSEPHallus*, 14(7), 43-73.
- Teixeira, M. R. (2016). Teoria do gênero e psicanálise. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(22), 68-77.
- Teixeira, M.R. (2017). Gênero, semblante e gozo – aproximações e diferenças. Recuperado a partir de <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/12/G%C3%AAnero-semblante-e-gozo.pdf>
- Teixeira, M.R. (2018). Aportes teóricos para um estudo sobre sexo, gênero e gozo na psicanálise. In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 51-71). Salvador: Ágalma.
- Tietboehl, L., Cavalheiro, R., Kveller, D. (2018). Quem tem medo de criança queer? Alguns questionamentos às normatividades em Psicanálise. *Periódicus*, 9(1), 234-247.
- Travassos, N.P & Jorge, M.A.C (2018). Adolescência e corpo: o encontro com o sexo e as ciladas do gênero. In R.M.M. Mariotto (Org.). *Gênero e sexualidade na infância e na adolescência: reflexões psicanalíticas*. (pp. 296-316). Salvador: Ágalma.
- Triska, V.H.C (2016). *Cultura e estrutura em psicanálise*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Van Haute, P. & Geyskens, T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Westphal, L. (2015). O transexualismo como suplência na psicose. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 18(1), 11-24

Wolff, M. P. (2009). Reflexões sobre o feminino. *Jornal de Psicanálise*, 42(77), 157-165.

Wolff, M. (2018). Conversando sobre o feminino - de que feminino vamos falar? *Revista de Psicanálise da SPPA*, 25(3), 495-508.

Zambrano, E. (2018). Diálogos de uma psicanalista com a Antropologia: um relato pessoal. In C. Françaia, P. Porchat & P. Corsetto (Orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. (pp. 17-33). Curitiba: Calligraphie.

Zimerman, D. (1999). *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Zucchi, M.A & Santos, T. C. (2006). O fantasma e o real: sobre a desigualdade entre os sexos. *Psicologia Clínica*, 18(2), 109-123.